

# XV CONGRESSO DO SEPE - 40 ANOS

Homagem  
aos lutadores e  
lutadoras,  
aposentados  
de hoje e sempre!

Homagem aos  
100 anos da  
Revolução Russa

## TESES ESPECÍFICAS



Sindicato Estadual dos Profissionais  
da Educação do Rio de Janeiro  
Fundado em 16 de julho de 1977  
[www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

# Índice

Tese 1 – Aposentadas(os), sim. Educadoras(es), sempre. Inativas(os), nunca!.....	pag. 3
Tese 2 - 30 anos de luta pela valorização profissional: .....	pag. 5
Tese 3 - Da Sep ao Sepe, de governos em governos, 40 anos: .....	pag. 8
Tese 4 - Em defesa da saúde dos profissionais da educação: .....	pag. 10
Tese 5 - Educação Infantil - pelo reconhecimento e valorização já: .....	pag. 12
Tese 6 - É preciso reinventar o Sepe - por uma frente de esquerda socialista para arrancar alegrias ao futuro: ...	pag. 15
Tese 7 - O Sepe combativo resiste: .....	pag. 17
Tese 8 - Uma reflexão sobre o fim do ciclo democrático e popular: .....	pag. 21
Tese 9 - As questões das Finanças do Sepe: .....	pag. 24
Tese 10 - Educação integral em escolas de tempo integral: .....	pag. 26
Tese 11 - Em defesa da Incorporação do FUNDEB: .....	pag. 28
Tese 12 - Em defesa de um novo Departamento Jurídico para o Sepe: .....	pag. 30
Tese 13 - O Sepe e a Saúde Pública: .....	pag. 32
Tese 14 - O Sepe precisa melhorar seu Estatuto: .....	pag. 34
Tese 15 - Servidor Público da Educação Aposentado, SIM - Servidor Público da Educação Inativo, NUNCA: ....	pag. 36
Tese 16 - Valorização e formação dos Professores: .....	pag. 38
Tese 17 - XV Congresso deve homenagear as aposentadas e os aposentados: .....	pag. 39
Tese 18 - Para que o Sepe jamais esqueça de suas raízes: .....	pag. 40
Tese 19 - Rede Autônoma de Luta pela Educação (estatuto): .....	pag. 41
Tese 20 - Sindicalismo revolucionário no contexto pré e pós revolução russa no Brasil: .....	pag. 43
Tese 21 - Em defesa do FIM dos Sábados Letivos: .....	pag. 45
Tese 22 - Funcionários de escola, para onde iremos? .....	pag. 46
Tese 23 - Por uma educação pública e militância sindical antirracista: .....	pag. 48
Tese 24 - Estatuto e fortalecimento do sindicato e de sua representatividade: .....	pag. 51



# Aposentadas(os), sim. Educadoras(es), sempre. Inativas(os), nunca!

*É, a gente quer valer o nosso amor; É, a gente quer  
valer nosso suor(...)  
A gente quer viver a liberdade(...); É, a gente quer  
viver pleno direito  
A gente quer viver todo respeito; A gente quer  
viver uma nação  
A gente quer é ser um cidadão/ã” (É -  
Gonzaguinha)*

Somos profissionais da educação aposentadas(os) das redes públicas estadual e municipais do Rio de Janeiro e neste ano o SEPE completa 40 anos de sua construção de um sindicato combativo, autônomo e independente de governos, partidos e patrões. Não por acaso, a história de organização das aposentadas/os do SEPE também estará comemorando a realização do nosso 40º Encontro Estadual de Aposentadas(os). Queremos deixar registrada toda nossa indignação contra esses governos federal, estadual e municipais que seguem à risca os ditames dos organismos internacionais e aplicam a política de ajuste fiscal em nosso país, atacando duramente direitos conquistado ao longo de nossa história.

O estado do Rio de Janeiro tem atuado como balão de ensaio da política tocada pelo ilegítimo governo Temer que, apesar de seus 5% de aceitação do seu governo, insiste em tocar as contrarreformas que tiram nossos direitos, fazendo barganhas com parlamentares igualmente denunciados pela operação lava jato.

O governador Pezão (PMDB) declarou estado de calamidade pública e passou a atrasar o pagamento dos salários dos servidores(as) públicos(as). As diversas manifestações e ações judiciais fizeram com que ele pagasse o salário de algumas categorias mas deixou as aposentadas(os) sem esse direito elementar. Outras redes municipais passaram a seguir sua cartilha como São João de Meriti, Duque de Caxias, Cabo Frio dentre outras, atingindo nossa dignidade como profissionais

da educação, uma vez que cumprimos com todo o tempo de efetivo exercício em nossa profissão. Resaltamos que com a idade, adquirimos doenças que não podem ter o tratamento interrompido e, sem salário, não temos como comprar os remédios. Estamos sem condições de pagar nossas dívidas incluindo conta de luz, água, dificuldades para compra de alimentos e vários casos de despejo, com nome já no SPC. O governo do estado tem aplicado uma distorção no pagamento dos salários ao utilizar triênio e complementos salariais no piso, portanto pagando abaixo do salário mínimo regional. Em Barra Mansa as(os) aposentadas(os), professoras/es e funcionárias(os) administrativas/o, perderam a paridade salarial e atualmente recebem abaixo do salário mínimo. Em Japeri o prefeito retirou o triênio das(os) aposentadas(os) desde janeiro deste ano.

As medidas implementadas pelo governador fere, além da nossa Constituição Federal, o Estatuto do Idoso nos seus artigos 3º, 4º e 9º sintetizado no artigo 4º: “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.”

Temos uma história de lutas desde a formação da então SEP em 1977, ao iniciarmos nossa batalha por um plano de carreira que vai ser entregue ao então governador Chagas Freitas, que ignora a proposta da SEP e apresenta o PCC excluindo aposentadas/os. Forma-se então

a primeira Comissão de Aposentadas, todas 10 mulheres: Alaíks, Blandina, Cilene, Iara, Jurema, Luzia, Marina, Mercedes, Myriam Rosada e Myrna Silva. Elas deixam registrados os motivos principais da formação dessa primeira Comissão: “pela discriminação generalizada, contra os professores aposentados; pela injustiça social, representada pelos baixos salários do aposentado; pela ameaça de ficarem de fora do Plano de Carreira; pela fragilidade dos grupos de aposenta-

dos que lutavam extra oficialmente pelos direitos dos professores aposentados.”

Nossa luta nunca foi fácil porque o Plano de Carreira só foi conquistado em 1986, numa greve de 27 dias com participação de 25 mil professores(as) no Maracanãzinho, já no governo de Brizola. Mas as/os aposentadas(os) ficam fora do Plano. Novas lideranças vão surgindo e aqui vamos destacar pelo menos três na capital: Daise Calazans, Guilhermina Guerra Braz e Edelena Albernaz de M. Bastos. A luta incansável das(os) aposentadas(os) garante sua inclusão no Plano de Carreira em 1987 e a Paridade com Integralidade, eixo principal de nossa bandeira de lutas através desses 40 anos, contra toda e qualquer política de abonos e ou gratificação. Naquela ocasião, incluímos em nossa pauta o enquadramento por formação e tempo de serviço. A luta pela paridade com integralidade nos leva à mobilizações nacionais e vamos participar dos fóruns constituintes para incluir o artigo 40 na Constituição Federal.

A partir daí, garantindo o crescimento de nossa organização, passamos a realizar Encontros Estaduais de Aposentadas(os), fazendo rodízio nos municípios do interior, para facilitarmos a participação de novas aposentadas(os) que iam chegando. O papel desempenhado pelas lideranças do interior e regionais da capital foi fundamental para o crescimento da nossa organização enquanto coletivo de aposentadas(os) e a conquista de outras vitórias.

A luta contra a reforma neoliberal na educação ganha força com as mobilizações de rua e os trabalhadores(as) em educação se posicionam fortemente contra as reformas da Previdência e Administrativa, implementadas por FHC e promovem a Marcha dos Cem Mil em Brasília. Lá estávamos nós, aposentadas(os). E continuamos enfrentando todos os ataques contra a continuidade da Reforma da Previdência na fase do governo Lula, e agora na fase derradeira de Temer quer acabar de vez com esse direito, se não lutarmos.

**Nas ruas, nas praças, nas ocupações (ALERJ, Secretarias de Educação e Câmaras Municipais), nas Assembleias, Congressos e Encontros Estaduais, viajando pelo interior com o SEPE/itinerante vamos arrancando outras conquistas como a incorporação do Nova Escola e o direito aos 164,00 para professoras/es e 50,00 para funcionárias(os) administrativas(os), comprovando**

**que a paridade com integralidade é um direito.** Mas o governo havia deixado de pagar os atrasados do Nova Escola e cobramos o direito a esses atrasados na justiça e mais uma vez obtivemos uma vitória importante. Mas nada disso seria possível se não fosse a determinação daquelas e daqueles que acreditam na luta para arrancar direitos. Construímos um calendário de lutas específicas como De Luto na Luta e realizamos “Cartas na Central do Brasil”, Marcha das(os) aposentadas(os); Plebiscito na Praça Lido. Na rede municipal do Rio de Janeiro elaboramos O Maior Formulário do Mundo colando todos os requerimentos individualizados contra a cobrança previdenciária de 11%, transformando numa ação política coletiva o que diziam que tinha que ser individual. Sempre estivemos nas lutas construindo esses 40 anos da História do SEPE combativo que recebeu homenagem da ALERJ em 15/10/2005 e Menção Honrosa na Câmara de Vereadores do Rio em 1997 reconhecimento público de que o SEPE de fato é quem representa os(as) profissionais da educação em todo o estado.

Portanto, não aceitamos que nenhum governo sonegue nossos salários, muito menos governos corruptos que desviaram nossas contribuições dos fundos previdenciários, aplicaram indevidamente as verbas públicas e continuam impunes, ou no máximo com tornozeleiras eletrônicas.

Queremos ampliar nossa participação nos órgãos deliberativos do SEPE que ajudamos a construir. É

inadmissível que não sejam reconhecidas(os) com direito a voto nos Conselhos Deliberativos. Não admitimos sermos consideradas(os) como número na hora da montagem das chapas por ocasião das eleições do SEPE, não admitimos sermos colocadas como últimas alternativas na composição da direção, sem falar que são poucas as chapas que colocam como prioridade a escolha da Secretaria de Aposentadas(os).

Estamos propondo as seguintes reformas no Estatuto do SEPE: Art. 32- acrescentar ativos e aposentadas(os) logo após conselheiros de base; **Art. 35 - Os conselheiros de base, ativos e aposentadas(os) serão eleitos nos Conselhos de Representantes de Escolas e, quando aposentados nas duas matrículas, em assembleias específicas de aposentadas devidamente convocadas pela direção local;** Art. 45 - Propomos a divisão desse artigo em 2, separando dos funcionários administrativos a saber: Art. 45 - Aos diretores de assuntos ligados às aposentadas(os) compete: (Manter os incisos e acrescentar o parágrafo único): Parágrafo único: A Secretaria de Aposentadas(os) será ocupada prioritariamente apenas por profissionais da educação aposentadas(os). No artigo 61 - Cada unidade escolar elegerá representantes, acrescentar: IV- As(os) aposentadas(os) filiadas(os) que não possuem outra matrícula na ativa, de cada núcleo e regional da capital, serão eleitas(os) em assembleias específicas de aposentadas(os) devidamente convocadas

para esse fim. A cada 10 aposentadas(os) presentes será eleito 01 representante. Art 58- & 1º acrescentar: após Coordenação Geral, tesouraria, Secretaria de Aposentadas(os). No artigo 74 acrescentar no § 3º - Criação de um orçamento participativo no sindicato, através dos representantes de escolas, e de aposentadas(os) eleitas(os) conforme determinado no art. 61 a cada início de ano, para que a categoria discuta as prioridades orçamentárias da entidade. Os representantes de escolas e de aposentadas(os) eleitas(os) terão direito a voz e voto na elaboração do orçamento participativo do sindicato. Considerando que avançamos de Departamento de aposentadas(os) para Secretaria de Aposentadas(os) que OP anual define uma percentual para a garantia da realização do nosso Encontro Estadual anual, as reuniões mensais de Lideranças de Aposentadas(os) e as itinerâncias pelo interior.

*Vem, vamos embora que esperar não é saber/  
Quem sabe faz a hora não espera acontecer(...)  
Com a certeza na frente e a história na mão/  
aprendendo e ensinando uma nova lição”*  
Geraldo Vandré

**É VOANDO JUNTAS QUE  
O BANDO SE FORTALECE!  
APOSENTADAS(os), SIM!  
NA LUTA SEMPRE!**

## Assinam essa tese:

Gesa Linhares Corrêa (SEPE/RJ e regional 3); Laurita Rodrigues Dantas (regional 3), Alice Atanásio (regional 4), Maria Inês (Itaguaí), Sônia Maria Dias (SEPE Itaguaí), Marília Neves (Itaguaí), Florinda Lombardi (SEPE Caxias), Juvenil Marques (SEPE/RJ), Paulo Cesar de Souza (SEPE Campos), Ruth Pereira (regional 3), Zelina da Conceição Bastos (SEPE C. Macacu), Ana Marina Lacerda (SEPE Campos), Sãozinha (SEPE V.Redonda), Isa Maria da Silva (SEPE B. Mansa), Isa Maria Brito dos Santos (SEPE Campos), Maria do Carmo Ribeiro (SEPE Japeri), Elizabeth Estaneck (regional 4 e Caxias), Dervi Felipe (SEPE S. Gonçalo), Elza Mendonça (SEPE Caxias), Jorgete Felício Macedo Lima (SEPE B.Roxo), Maria Oliveira da Penha (Itaguaí), Ivani Alves da Hosta (Lagos), Marise de Oliveira Ramos (Lagos), Cleuza de Almeida (SEPE V. Redonda), Creuza Maria dos Santos (SEPE B. Pirai), Nair Pereira da Silva (B. Pirai), Bruno da Silva (B. Pirai), Claudio Henrique Santos (Barra Pirai), Orlando Chaves Monteiro (S. Gonçalo), Maria Alice de Lima (SEPE Lagos), Marinete Guimarães de Oliveira (Costa do Sol), Elia Martins Azevedo (Lagos), Maria José Ferreira de Melo (Niterói), Maria do Carmo Silva Monteiro de Almeida (São Fidelis), Silvana Lopes dos Santos (São Fidelis), Maria Erenita Gomes Casanova (São Fidelis), Marly Verdade (SEPE Costa do Sol), Maria de Lourdes (SEPE/RJ e SEPE Itaboraí), Claudio Monteiro (SEPE/RJ e Regional V), Joana Leocádia Zacarias (Caxias), Gorete Rosa

(SEPE/RJ), Maria Regina Francisco (funcionária regional 2), Osmir, (regional3), Laura Lázaro de Castilho (regional 4), Ana César Ribeiro (regional 3); Anaite Coriolano (regional 7), Ayda Coriolano (regional 7), Rosaldo Bezerra Peixoto (Rio das Ostras), Sheila Cristina Martins (Caxias), Sergio Tadeu Rodrigues dos Santos (regional 3), Cícero Cavalcanti (regional 2), Francisca Ferreira (regional 2), Ana Ferreira (regional 2), Ana Maria do Espírito Santo Melo (regional 2), Delcia de Moraes Jachelli (Friburgo), Nelsinea Fonseca Salvava (C. Macacu), Sibila do Amaral Oliveira (Três Rios), Genilce Gomes de Azevedo (Campos), Heloisa Marta de Azevedo Pinto (Campos), Rosângela Vargas da Silva (Duque de Caxias), Marila (Duque de Caxias), Maria Luiza Villarins (regional 4), Ana Maria Laurinda Riscado (Campos), Iraci Mendes de Sá (São João Meriti), Maria Auxiliadora Gonçalves de Carvalho (Campos), Isa Barros de Brito (Campos), Tânia Coelho Vitola (Niterói); Tereza Marilda Ferreira da Silva Oliveira (Lagos); Cleuza Guimarães Faria Braga (Lagos); José Muniz Navegantes (Regional 8), Ana Maria Rodrigues Alvarenga (Barra do Pirai); Regina Célia Rodrigues Alvarenga (Barra do Pirai); Maria Olívia Alvarenga da Silveira (Barra do Pirai), Dulce Rodrigues Alvarenga (Barra do Pirai); Lúcia Emília Aires (Barra do Pirai); Marisa Aparecida de Moraes (Barra do Pirai); Nelly Teixeira (Barra do Pirai); Margareth Cardoso dos Santos (Lagos), Therezinha as Silva Santos Francisco (Lagos); Maria do Rosário

dos Santos Ataíde (Lagos); Tereza Marilda Ferreira da Silva (Lagos); Ilza Costa dos Santos (Lagos); Regina Célia B. Caldas (Lagos); Selma Rodrigues da Costa Moraes (Lagos); Elia Martins (Lagos); Cláudia Von Held (Lagos); Sandra Maria de Melo Bertagnoni (Barra do Pirai); Marinete Guimaraes de Oliveira (Sepe Lagos); Odete da Conceição Tobias (Barra do Pirai), Ivete Linhares (Barra do Pirai), Sandra Regina Ferreira (Barra do Pirai), Sônia Maria de Melo (Barra do Pirai), Maria de Lurdes da Silva (Barra do Pirai); Lucy Regina de Azevedo (Lagos)

Também assinamos seguintes apoiadores da ativa:

Denise Soares Teixeira (Direção SEPE Lagos), Nanci Rocha- (Direção SEPE Lagos), Otávio Marques dos Santos (Cabo Frio), Pedro Gonçalves (Direção do Sepe Belford Roxo), Simone Caixeiro G. da Silva (Direção SEPE Nova Iguaçu), Maria Júlia Barreto (Direção SEPE Lagos), Marize Vieira de Oliveira (Duque de Caxias), Keli Moraes Abreu (Direção Nova Friburgo), Leonardo de Freitas (Mendes), Márcia Fonseca (Lagos), Marcos Rangel de Lima (Duque de Caxias), Janaina Matos da Silva (Nova Iguaçu), Gilmar Dias (Lagos), Charles Cardoso Simões (Direção SEPE Lagos), Débora D' Oliveira Naval (Direção SEPE Lagos e Costa do Sol), Andreia Fernandes Neves (Lagos), Angelo Cezar Jachello Junior (Direção Nova Friburgo); Graciete Santana (SEPE Campos)

# TESE DA SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS E COLETIVO DE FUNCIONÁRIOS 30 ANOS DE LUTA PELA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

*“ (...) Nada deve parecer natural  
Nada deve parecer impossível de mudar ”  
Bertold Brecht*

A luta de FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS foi iniciada há mais de trinta anos, com o rompimento destes com o medo e preconceito quando ousaram implantar a luta.

Na tarefa de colher os frutos de uma escola democrática, popular e cidadã, os funcionários administrativos são imprescindíveis junto aos demais setores da educação. É de suma importância resgatar nosso papel na escola e aprendermos a valorizá-lo.

Há exatos 30 anos o SEPE unificou a luta, e através da Secretaria de Funcionários Administrativos, e do Coletivo Estadual de Funcionários, vem trabalhando afim de resgatar a dignidade e a valorização dos funcionários da educação. A luta não é só por melhores salários e sim por valorização profissional, de modo que o reconhecimento como EDUCADOR aconteça contribuindo para uma educação de qualidade.

A UNIFICAÇÃO continuará sendo o grande desafio para os funcionários da educação. Porém, entendemos que não poderá haver uma unificação consolidada se esse processo NÃO for incluído nas carreiras profissionais. Quando são chamados de apoio, são tratados como bengalas da escola, o que não se ode aceitar, quando isso NÃO valoriza os profissionais dentro da unidade escolar.

A luta tem sido intensa e sem tréguas, principalmente aos governantes, que tratam esse grupo da nossa categoria como simples subalternos, e não como OS PROFISSIONAIS são, cada um na sua função.

No Rio de Janeiro, a luta tem sido intensamente fortalecida pela luta da categoria na rede estadual, capital e vários municípios. O avanço tem acontecido

nos planos de carreira unificados, redução de carga horária, e na capacitação profissional.

Apesar disso, o primeiro passo deve ser a conscientização do papel que exercemos primeiramente na nossa categoria, seguido da organização política que precisamos ter.

Precisamos conscientizar e aos nossos colegas, e a nós mesmos, que os funcionários administrativos estão sobrecarregados e morrendo aos poucos, e que é possível mudar principalmente se conseguirmos nos reunir e discutir para encontrarmos soluções coletivas.

A conversa não é para chegar apenas na “cozinha”, e sim colocarmos o dedo na ferida, para que as nossas questões e opiniões contribua de forma gradativa no enriquecimento da escola de saberes.

Na busca deste processo de mudança na esfera estrutural da escola, é imprescindível passarmos pela valorização e profissionalização.

A falta da profissionalização dificulta uma discussão clara e política sobre o verdadeiro papel dos profissionais da educação dentro da globalização da miséria e a política neoliberal na educação.

Esses profissionais poderiam dar uma contribuição mais efetiva na construção social e política do conhecimento dos alunos e na interlocução da escola com a comunidade, já que grande parte reside próximo às escolas e vive o cotidiano das comunidades ao redor, e se vêem tolidos pela forma de organização da Unidade Escolar.

A participação efetiva dos funcionários da educação contribuirá para que os demais profissionais entendam a falta de participação da comunidade escolar em relação à escola e à forma de organização.

Nesses 20 anos de unificação de nossas lutas aprendemos que todos na escola somos educadores. O aluno é recebido pelo porteiro da escola. Os inspetores encaminham nossas crianças com segurança

para suas salas e garantem a disciplina necessária nos corredores para manter o bom andamento das atividades escolares. Os serventes mantêm a escola limpa e ensinam hábitos de higiene no espaço coletivo. A merendeira ajuda na criação de hábitos alimentares e disciplina no refeitório. A secretaria garante que a documentação do aluno esteja em dia e ensina os caminhos burocráticos da rotina escolar. Sem os funcionários administrativos, a escola não funciona.

Os nossos principais desafios com certeza é melhorar as condições salariais e de trabalho e também a PROFISSIONALIZAÇÃO. Precisamos organizar em todos os municípios e na rede estadual a luta pelo plano de carreira unificado.

O concurso público deve ser pauta de URGÊNCIA para que os quantitativos NECESSÁRIOS possam ser realidade e para que os terceirizados não sejam mais penalizados com demissões políticas. Propomos que cada ano trabalhado pelo cooperativado na escola conte ponto para o concurso.

A aprovação pelo senado federal e a consequente sanção da Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, autoria da Senadora Fátima Cleide, não é apenas uma simples mudança na LDB. Com ela, amplia-se e atualiza-se o conceito de Profissionais da Educação.

Na realidade, a Lei consagra uma política que vinha sendo implementada desde 2004, quando teve início a discussão da valorização dos profissionais de educação, e cujo parâmetro era o FUNDEB, mais especificamente, a proposta de que pelo menos 80% dos recursos desse fundo fossem investidos nas folhas de pagamento dos professores e funcionários. Essa política incluía também o início da **profissionalização dos funcionários**, por meio do **PRO-FUNCIONÁRIO**.

Para atender a essa nova demanda, foi criado o programa Pró Funcionário - curso Técnico

de Formação para os Funcionários da Educação. Para que acontecesse a Formação profissional em Nível médio.

## CONJUNTURA ESTADUAL

O governador Pezão conforme veiculado na mídia, instalou o caos no estado do Rio de Janeiro, e por isso estamos sim numa crise e vivendo um dos maiores desafios que é vencer o preconceito que é decorrente da ausência de políticas voltadas à geração de conhecimentos que é fundamental para a educação.

O SEPE precisa contribuir lutar pelo ingresso de mais funcionários administrativos da Educação, e também para o conhecimento e importância das suas atribuições dentro da Escola como educador, sujeito do processo educativo, primordial na socialização dos alunos, profissionais da educação e comunidade escolar para o avanço na reflexão do papel da escola na sociedade, em produzir e contribuir para o conhecimento e formação do cidadão

Os funcionários administrativos, lutam há décadas para a implementação do plano de carreira, fim da terceirização e pela redução de carga horária de 40 horas para 30 horas semanais. Em 2016, na greve da rede estadual, foi alcançada a redução de carga horária para 30 horas semanais dos funcionários administrativos, porém ainda ficaram faltando os Inspectores de alunos do concurso realizado no ano de 2012, o que nos impulsiona a continuar a luta até que todos sejam contemplados.

Não podemos desanimar e continuar lutando pela EDUCAÇÃO e pelos profissionais que à esta dedicam-se diariamente.

## REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O Sepe é a ferramenta de luta das trabalhadoras e trabalhadores da rede municipal do Rio, onde vive a mesma situação de ajuste fiscal que os governos Temer e Pezão buscam impor, marcada pelo corte de verbas, retirada do direitos dos servidores municipais com ataque ao salário, além da ameaça de grandes reformas, como a reforma da previdência municipal que o governo Crivella pretende implementar.

Servidores e alunos sofrem diariamente com falta de material e merenda, a Direção do SEPE precisa mobilizar a rede para enfrentar Crivella/ Benjamin e garantir os direitos, bem como lutar pelos salários e condições de trabalho, porque só a luta da categoria poderá conquistar alcançar vitória.

A unificação dos PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO à outras categorias de servidores municipais, contra os ataques de Crivella aos nossos direitos, pode derrubar o pacote de maldades proposto, bem como levar à sociedade o conhecimento do que de fato é a realidade da rede municipal do Rio de Janeiro.

O SEPE deve buscar incansavelmente UNIFICAR cada vez mais os PROFISSIONAIS DA EDU-

CAÇÃO para construir um plano de lutas, onde TODOS os profissionais estejam organizados e engajados na luta!

## XVIII ENCONTRO ESTADUAL DOS FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO

09, 10 e 11 de dezembro de 2016

### PROPOSTA GT: VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO.

Encaminhar a questão do Pró – Funcionário para o próximo congresso do SEPE;

Implementação e ampliação do Pró – Funcionário na rede estadual e redes municipais e a garantia para todos os cargos;

O SEPE precisa realizar cursos de formação política sindical para os funcionários;

Plano de carreira unificado, por formação e tempo de serviço;

Reconhecimento do curso PRÓ INFANTIL para a carreira;

Pré Congresso nos núcleos e regionais para esclarecer as questões da CNTE e do pró Funcionários. Necessidade de aprofundar o debate sobre o Pró-funcionário afim de que, caso seja aceito pelo SEPE, a questão da formação possa ser ampliada para outras áreas de formação;

Que se discuta no Congresso o retorno do SEPE à CNTE;

Que o SEPE construa uma política de valorização dos funcionários para todos, sem distinção de nível, escolaridade ou idade;

Aposentadoria especial para funcionários;

Que no próximo Congresso os trabalhadores da Educação abram o debate ao retorno do SEPE à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação);

Que o SEPE garanta o convenio com universidades publicas para que haja formação de funcionários nos cursos de: graduação, pós-graduação, mestrado. Visando enquadramento funcional;

Que a secretaria de funcionários acompanhe em todos os municípios o processo da formação;

Acompanhamento nas universidades aos cursos de formação técnicas para que sejam implementado no Pró-funcionários;

Aprovar uma resolução contra as reformas apropriado desse debate;

Que o sindicato SEPE, além da pauta econômica, leve também a pauta da saúde do trabalhador, condição de trabalho, assédio moral, saúde do trabalhador;

Que o SEPE tenha formação, para funcionários referente a política, com convenio com Universidades Federais;

Boletim com as propostas e balanço do Encontro de Funcionários;

Que os funcionários possam participar das audi-

ências, junto com a coordenação. Referente as pautas da educação pois concluímos pela falta de funcionários na mesa de audiências, ficamos de fora de reivindicar as nossas pautas;

Encontros Regionais levando as resoluções do Encontro;

Cursos de Formação política entre os temas Reforma da Previdência, Auditoria da dívida, orçamentos da união;

Confecção de cartilhas sobre esses temas;

Formação de comitês de Base nas Escolas, com funcionários, estudantes, familiares, professores e a comunidade em geral;

Institucionalizar a Biblioteca Escolar visto que o Estado terceiriza a leitura, de forma não assumir responsabilidade com a biblioteca Escolar (Lei 12.244), mantém neste quadro fundações, editor livreiro a oportunismo de professor readaptado em detrimento da biblioteca escolar e o bibliotecário excluído deste quadro;

Que sejam realizados Pré Encontros nos Núcleos e Regionais nos próximos anos;

Política para Readaptados: Questionar o quadro de readaptados em função da responsabilidade majoritário, visto que não há concurso para funcionários há 22 anos;

O Sepe garantir cursos de formação técnica para todos funcionários administrativos em parceria com Universidades Publicas; E formação política;

Concurso para funcionários públicos;

O setor jurídico dar andamento ao processo das readaptadas;

29. Lutar para que todos os funcionários da educação sejam lotados na Secretaria de Educação, não mais em outras pastas como a de Administração;

30 Luta pelo calendário de pagamento das redes até no máximo o 5º dia útil do mês;

31 Retomada da luta em todos municípios para implementação de PLANO DE CARREIRA UNIFICADO.

## PROPOSTAS GT: SAÚDE DO TRABALHADOR

Que o Sindicato negocie com os governos Municipal e Estadual e pressionar o governo para assistência médica de qualidade e publica com a melhoria no atendimento do SUS;

Que o SEPE continue a luta pela IASERJ;

Que o SEPE lute pela saúde do trabalhador de forma integral;

Realização de uma conferência para discutir saúde;

Lutar pelo reconhecimento e troca de nomenclatura de merendeira para cozinheira escolar;

Lutar pelo adicional de insalubridade e periculosidade para todos os funcionários administrativos e técnicos de acordo com a função exercida;

Garantir a participação dos funcionários administrativos para eleição de Direção de Escola;

1% da Arrecadação Mensal do SEPE para o En-

contro de Funcionários e 1% para os aposentados;

Lutar pela composição no quadro da educação de uma equipe multidisciplinar com pedagogo, psicólogo, bibliotecário e assistente social e aprofundar o debate sobre essas funções;

Aprofundar o debate sobre assédio moral e como a violência afeta os profissionais da educação;

Combater o desvio de função com abertura de concurso público;

Que o SEPE volte a parceria com a Fiocruz para que seja investigada a forma de adoecimento na escola;

Fortalecer a roda de conversa de Saúde do Trabalhador;

Lutar pelo direito de definir a identidade profissional dos readaptados;

Acompanhar a questão de deficientes auditivos concursados que entraram como readaptados e garantir seu encaminhamento a salas como de recurso multifuncionais e outras que trabalhe com quantidade menor de alunos.

Isonomia nas gratificações

Garantir o direito de origem dos funcionários que adoecem;

Criar comissão para que se acompanhe o retorno dos funcionários que adoecem afim de que seus direitos sejam garantidos;

Lutar por insalubridade para todos e por equipamentos de trabalho adequados;

Que o SEPE cobre do governo do Estado que venha no contra cheque a função para qual nós fizemos o concurso;

## **PROPOSTAS ANIMAÇÃO CULTURAL**

Regulamentação da função;

Plano de cargos e salários - Enquadramento por formação.

Curso na área de atuação cultural;

Concurso para animação cultural, com garantia de pontuação pelo tempo de serviço dos que já estão na rede estadual há 23 anos;

Secretaria de Funcionários

---

## **Assinam essa tese:**

**Angela Barbosa - Campos**  
**Gellian Moreira – Regional IV**  
**Creuza Maria dos Santos – Barra do Pirai**  
**Nair Pereira da Silva - Barra do Pirai**  
**Ivete Linhares - Barra do Pirai**  
**Odete Tobias da Conceição- Barra do Pirai**  
**Mário Sérgio Martins- Cachoeiras de Macacu**  
**Izaurina de Araújo – Cachoeiras de Macacu**  
**Miralda Pinheiro Garcia – Cachoeiras de Macacu**  
**Jussara Henriques – Cachoeiras de Macacu**  
**Charles Simões - Cabo Frio**  
**Roberto de Paula – Cabo Frio**  
**Ana Maria Montesuma - Campos**  
**Cátia Regina Campinho – Campos**  
**Lúcia Regina da Costa - Campos**  
**Alcina Bernardes - Campos**  
**Daniel Marinho – São Pedro da Aldeia**  
**João Valter Soares da Silva – Cabo Frio**  
**Maria do Carmo S. Santanna – Cabo Frio**  
**Sandro Batista- Cabo Frio**  
**João Batista da Silva – Cabo Frio**  
**Maria de Lourdes da Silva - Barra do Pirai**  
**Valdir Vicente de Oliveira- Nova Iguaçu**  
**Maria Helena Belo – Cabo Frio**  
**Nanci Ferreira da S. Bello – Cabo Frio**

**Valdira Gama de Mendonça- Cabo Frio**  
**André Olegário Silveira – Cabo Frio**  
**Sueli P. Machado – Cabo Frio**  
**Valquíria Teixeira Matos- São Pedro da Aldeia**  
**Orlando Chaves Monteiro – São Gonçalo**  
**Jorgete Felício Macedo – Belford Roxo**  
**Juvenil Marques – Campos**  
**Marco Antonio Sagatti – Petrópolis**  
**Claudio Henrique – Barra do Pirai**  
**Dervi Felipe de Souza – São Gonçalo**  
**Claudio Henrique dos S. Souza – Barra do Pirai**  
**Fernando de Souza – Japeri**  
**Denise Guterres Moreira – Regional II**  
**Maria do Carmo C. Ribeiro – Japeri**  
**Eva de Jesus Ferreira – Regional V**  
**Telma Luzemi – Regional I**  
**José Francisco – Iguaba Grande**  
**Nelcy Regina da Silva – Belford Roxo**  
**Cristiane de Souza Rodrigues – Regional III**  
**Eliane de Jesus - Mesquita**  
**Marcilene Marins Machado - Mesquita**  
**Lilian Fernandes - Mesquita**  
**Vivianne Alexandra - Mesquita**  
**Marília Domingos de Souza - Mesquita**  
**Lúcia Regina da Costa Renato Ferraz Costa - Mesquita**

**Deonil Menezes Filho - Mesquita**  
**Ítala Freire Gonçalves- Mesquita**  
**Lídia Batista Moraes - Mesquita**  
**Lúcia Cristina Santanna - Mesquita**  
**Elizete Albernaz - Mesquita**  
**Francisca Maria de Souza- Mesquita**  
**Lídia Correia de Souza- Mesquita**  
**Brigida Mariani - Mesquita**  
**Ana Paula Ribeiro - Mesquita**  
**Rosane Carvalho- Mesquita**  
**Nathally Silva de França- Mesquita**  
**Rodrigo Melo Batista - Mesquita**  
**Jorge Cezar Gomes Maia - Mesquita**  
**Jacy Luz Vieira - Mesquita**  
**Cesar Uchoa Junior - Mesquita**  
**Douglas Kodos - Mesquita**  
**Ana Paula Alves Lima - Mesquita**  
**Patrícia Silva Miranda - Mesquita**  
**Lucirene Farinazzo - Mesquita**  
**Paulo Cesar Souza - Campos**  
**Teresa Cristina Cruz - Campos**  
**Sandra Maria Rangel - Campos - Campos**  
**Martha Regina – Campos**  
**Lucia de Oliveira Barbosa – Campos**  
**Maria de Fátima Cristina – Campos**  
**Lúcia regina Gomes Pereira - Campos**



## **XV CONGRESSO ORDINÁRIO DO SEPE/RJ**

# **“DA SEP AO SEPE, DE GOVERNOS EM GOVERNOS, 40 ANOS! NAS ESCOLAS, CRECHES, RUAS E GREVES, SEM TEMER A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA, DE QUALIDADE, EM DEFESA DA GREVE GERAL!”**

### **Trabalhadores da Faetec no Sepe**

A Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica – foi criada em junho de 1997 pela Lei 2735/97. É um órgão sem fins lucrativos vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Secti, e destinado à formação profissional técnica. A Faetec abrange o Ensino Técnico Médio, a Formação Inicial e Continuada, a Qualificação Profissional e o Ensino Superior. Sua rede, antes da crise atual, chegou a atingir cerca de 300 mil alunos por ano em suas mais de 130 unidades espalhadas por todo estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, a despeito do acúmulo de debate pedagógico na questão da educação profissional, onde se condena a dicotomia educação para o mundo x educação para o trabalho, e entendendo-se que o mundo é o mundo do trabalho, a fundação tem destinado a maior parte de suas atenções aos cursos de formação inicial. Estes, voltados para a instrução profissional rápida, dissociados da formação geral e cidadã, constituíram-se em instrumentos da baixa política, associados a apoiadores dos últimos governos que passaram a fomentar precários pólos de formação inicial, os CVTs –Centros Vocacionais Tecnológicos – em seus “feudos” eleitorais.

Soma-se a isso, o fato de que a Faetec não possui em sua estrutura algo que garanta uma gestão democrática. Seus conselhos possuem estruturas viciadas, o que não permite a fiscalização e o planejamento coletivo. A presidência é ocupada por indicação do poder executivo estadual.

Tais elementos têm feito da instituição um aparelho privado de interesses escusos, além de dar dimensão falsa de seu alcance, uma vez que atua com uma população discente flutuante de permanência aligeirada. Grande parte dos profissionais que trabalham nos CVTs são contratados em regime precário. O uso político eleitoral da fundação é visível, assim como o enfraquecimento de seu vínculo público.

Fortalecer a Faetec com eleições para presidente

da instituição, com a reformulação de seus conselhos e o redimensionamento de seu atendimento à população, buscando articular as instâncias de formação inicial com as de formação técnica média e superior, é necessária e precisa ser feita urgentemente.

### **As Lutas da Categoria e o Sindpefaetec**

Apesar da curta existência da instituição e da fragilidade de sua “representação sindical”, os trabalhadores da Faetec possuem um histórico de lutas bastante significativo. Ao longo do tempo, conquistas como a mudança do regime de trabalho de CLT para estatutário e a passagem dos profissionais cedidos da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc) para o quadro permanente Faetec, além de reajustes salariais e da obtenção de um Plano de Cargos e Salários, são exemplos de que nossa luta não foi em vão.

A Associação dos Profissionais de Educação da Faetec – Apefaetec –, criada a partir das primeiras mobilizações da categoria ao fim do governo Garotinho, foi sucedida, anos depois, pelo Sindicato dos Profissionais de Educação da Faetec – Sindpefaetec –, um sindicato que, legalmente, não pode nos representar, pois não possui uma Carta Sindical.

Com o passar dos anos, a direção do Sindpefaetec foi caminhando para uma posição cada vez mais submissa ao governo estadual e seus prepostos. Em troca desse alinhamento com governo, os dirigentes do Sindpefaetec conseguem certas vantagens, como a licença sindical para todos os 25 membros da direção. Nas últimas grandes greves da categoria, inclusive, a direção do sindicato aliou-se descaradamente à presidência da Faetec e à Secti para derrotar a vontade da categoria, usando os meios mais torpes e expulsando os diretores que se colocaram ao lado da categoria.

Esse comportamento da direção sindical, aliado às necessidades de uma representação forte para a categoria, que cresceram diante da conjuntura atual de brutal ataque aos nossos direitos, fez com que boa

parte dos trabalhadores da Faetec concluísse que o Sindpefaetec não tem mais condições políticas e econômicas para ser seu instrumento de luta. Dessa forma, o Sepe assumir o papel de representante dos trabalhadores da rede Faetec é o caminho natural.

### **Por que construir uma representação pelo SEPE?**

Neste momento, meados de 2017, cerca sete mil trabalhadores e trabalhadoras da FAETEC encontram-se órfãos de uma representação sindical verdadeiramente classista e sem vínculos espúrios com o governo do estado. Esse conjunto de servidores estaduais concursados atua no serviço público no que diz respeito à educação propedêutica, técnica e profissional. Portanto, todos são **PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA** do estado do Rio de Janeiro e devem ter uma representação sindical forte e experiente.

A maioria das escolas técnicas da rede Faetec, originalmente, pertenceu à Seeduc. Quando a Faetec foi criada, essas escolas foram encampadas pela nova rede. Tal fato, porém, não justifica a separação de sua base sindical, já que existe uma matriz única do conjunto de profissionais da educação desse estado.

Os motivos políticos que levaram a essa divisão podem estar ligados a uma tentativa de cindir a maior categoria de profissionais do serviço público do Rio de Janeiro. O SEPE sempre foi um sindicato atuante, que mobilizou e formou politicamente a base que representa. Historicamente, o Sepe foi o responsável pelas maiores mobilizações de caráter classista de nosso estado.

Com os ataques que sofremos perenemente pelos seguidos governos estaduais e as irresponsáveis administrações no âmbito da fundação, que nunca tiveram como prioridade a defesa de uma educação pública de qualidade, faz-se extremamente necessária a promoção da unidade de todo o serviço públi-



co estadual, no seu conjunto, e dos profissionais da educação, especificamente.

Observando a luta dos trabalhadores ao longo do tempo, percebemos que só conseguiram obter conquistas permanentes, como reajustes salariais, condições dignas laborais e de vida, a partir da unidade da classe trabalhadora e/ou de categorias profissionais específicas.

Muitos de nós atuamos em variadas redes públicas de ensino – federal, estadual e municipal – e não nos parece razoável que tenhamos atuações distintas em cada uma delas. Mesmo respeitando as especificidades de cada rede, não podemos esquecer que, paralelamente às nossas demandas profissionais, somos servidores públicos do estaduais, o que significa que temos o mesmo objetivo, o de servir ao povo do estado do Rio de Janeiro.

Para que tenhamos plenas condições de exercer nossas tarefas e por elas possamos receber um retorno profissional digno, em todos os sentidos, não é mais possível que o conjunto dos profissionais da educação da Faetec permaneça no limbo da representação sindical. São milhares de trabalhadores que não possuem um sindicato para organizar sua luta contra os ataques cotidianos perpetrados dentro de uma lógica política neoliberal, que tem como objetivo a privatização da educação no país e nos estados. Privatização, dita aqui, no seu sentido lato.

Nas últimas tentativas de mobilização da Faetec,

no sentido não só de construir as reivindicações corporativas, mas também de defender a própria educação profissional no estado do RJ, o que se apresentou foi um verdadeiro desastre como, por exemplo, a

baixíssima adesão às “greves” e uma ação extremamente despolitizada, onde cada unidade escolar assumia uma posição em detrimento de uma necessária ação coletiva.

Entendemos que nossos problemas de mobilização e ação, corporativas e políticas, se mostram como consequência imediata da falta de uma representação sindical verdadeiramente potencializada a partir da base das escolas técnicas, e que tenha a história e experiência de décadas, o que SEPE possui. Isso geraria respeitabilidade e confiança na categoria, mas também o reconhecimento político por parte do governo.

A palavra de ordem engasgada na garganta daquelas e daqueles profissionais da Faetec que assumem a bandeira da educação pública em nosso estado, não pode ser outra que não UNIDADE de todas e todos os profissionais de educação do Rio de Janeiro. Sem a construção dessa unidade, a educação pública deixará de existir mais cedo do que podemos imaginar.

A luta por uma educação pública, gratuita, laica, contra todos os preconceitos e de qualidade é de toda a população, mas, acima de tudo, daquelas e daqueles que trabalham e militam no seu dia a dia.

## **Propostas de Resolução da Tese:**

Como consequência direta do processo efetivo da representação dos trabalhadores da rede Faetec pelo Sepe, entendemos que duas propostas devem ser encaminhadas para a devida concretização dessa ação política:

1) Criação de uma Coordenadoria da Faetec

A criação dessa coordenadoria específica servirá para garantir uma efetiva representação dos milhares de trabalhadores da Faetec pelo Sepe.

2) Conferência sobre a Faetec

Aprovada a criação da Coordenadoria da Faetec a partir do XV Congresso Ordinário do Sepe, deve-se convocar para o 1º semestre de 2018 uma Conferência sobre a Faetec. O intuito é promover um debate com os profissionais da rede Faetec a respeito das estratégias de luta para a rede e tudo aquilo que concerne ao ensino estruturado nas unidades da Faetec em todo o estado do Rio de Janeiro. Identificamos nessa conferência uma oportunidade impar de apresentação do Sepe aos trabalhadores da Faetec. Tal proposta é feita sabendo que a Conferência é uma instância prevista no estatuto do Sepe para a discussão de questões específicas.

## **O SEPE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ!**

## **Assinam essa tese:**

**Andre Toribio-Iserj/ Seeduc**

**Alessandro Baptista – Iserj / Rede Municipal de Niterói**

**Claudio França – Iserj / Seeduc**

**Luiz Felipe Carvalho – Ettesf / Seeduc**

**Marcelo Biar – Etetmp**

**Marcio Bousada – Eeefr / Rede Municipal RJ**

**Vladimir Lacerda – Iserj / Rede Municipal de Angra dos Reis**

**Alexandre Nogueira – Etefv**

**Gustavo Lopes – Iserj / Rede Municipal de Caxias**

**Beatriz Lanziero – Iserj / Rede Municipal de Caxias**

**Marcelle Rodrigues – Etesc**

**Sigrid Hoppe – Etesc**

**Adriana Conti – Iserj**

**Aldaléa dos Santos – Iserj**

**Sonia Sarmento – Iserj**

**Telma Castro Silva – Cetep Teresópolis**

**Marcelo Nicolau – Faeterj Três Rios**

**Isabella Gaze – Cemef**

**José Luiz da Silva Junior – Eter / Seeduc**

**Catia Rocha – Eteab**

**Aderaldo Pereira dos Santos – Cemef**

**Janete Ribeiro – Iserj**

**Mauricio Flores – Etehl**

**Marcia Victorino – Iserj**

**Maria Cristina Muniz – Iserj**

**Erika Daher – Iserj**

**Thaysa Segal Caseli – Etefv**

**Andréa Paura Aieta – Iserj / Rede Municipal RJ**

**Dora Vieira – Iserj**

**Ana Claudia Dantas – Etefv**

**Francisco Barbosa – Eteab**

**Luzia Pese – Eteab**

**Orlando Rey – Iserj**

**Andreia Lima Campos – Etefv**

**Alessandro Pacheco – Iserj / seeduc**

**Daniel Simões do Valle – Iserj / Rede Municipal de Caxias**

**Diego Medeiros – Iserj**

**Antonio Pinheiro – Iserj / Seeduc**

**Márcia Hortência Alencar – Iserj / Seeduc (aposentada)**

**Lucia Dias – Rede Municipal RJ / Niterói**

**Isabela Canossa – Rede Municipal de Niterói / Araruama**

**Luis Fernando Silveira – Rede Municipal de Niterói / Seeduc**

**Gilberto Torres – Rede Municipal RJ / Niterói**

**Hugo Rosa e Silva – Rede Municipal de Niterói / Seeduc**

**Ricardo Teixeira – Rede Municipal RJ / Seeduc**  
**Sheila Pontes – Rede Municipal de Niterói / Seeduc**

**Olivia Dib – Rede Municipal RJ**

**Silvana Freire – Rede Municipal RJ / Niterói**

**Mirna Palmeira-Iserj/SMERio**

**Leila Dutra-Iserj**

**Graciete Nunes-Isepam/Seeduc**

**Valdir Ribeiro-Iserj/Seeduc**

# EM DEFESA DA SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

## **1) A Saúde dos Profissionais da Educação: qual o papel do SEPE diante desse quadro crítico?**

Os profissionais da educação precisam conhecer com urgência a relação existente entre sua saúde mental e física e as condições de trabalho a que estão expostos. Poderíamos falar de várias, mas algumas são mais importantes como: o acúmulo de funções, a sobrecarga de tarefas, os precários salários, ausência de planos de carreira, a alta carga horária, a indisponibilidade e a baixa qualidade dos materiais de trabalho, a falta de controle e de autonomia no processo de trabalho e o tempo de deslocamento de nossas casas para o trabalho.

Muitos profissionais estão adoecendo física e mentalmente em taxas alarmantes, como mostra o crescente número de afastamentos por esgotamento profissional (burnout) e depressão, para citar as categorias de transtornos mentais mais diagnosticadas entre os professores. O desconhecimento do potencial patogênico das condições de trabalho contribui para que os profissionais não se mobilizem diante do adoecimento de seus colegas e mesmo de si próprios.

Desafortunadamente, a maior parte de nossa sociedade é massacrada pelo discurso que situa nos indivíduos a culpa por problemas cujas causas estruturais são econômicas e políticas. No caso da saúde, o modelo biomédico e a indústria farmacêutica hegemônica consideram o adoecimento como um problema meramente pessoal e que, portanto exige intervenção apenas sobre o indivíduo; os fatores causais estruturais permanecem intocados e continuam a ser fonte de adoecimento não apenas para novos indivíduos como para aqueles que já se recuperaram de agravos anteriores. Com efeito, estamos inseridos em um modelo de saúde que na prática focaliza apenas a recuperação da doença, em detrimento da prevenção e promoção da saúde preconizadas pelo SUS.

Deste modo, quando os profissionais da educação enfrentam dificuldades físicas ou mentais em seu dia-a-dia, dificilmente irão pensar nas causas laborais que estão em jogo nos sintomas de que padecem. No entanto, é preciso questionar a ideia de

que esses sintomas são consequências de fraquezas e impotências individuais. Problema de insônia e de apetite, cansaço, falta de motivação, relacionamentos pessoais prejudicados, úlceras gástricas, problemas dermatológicos e de pressão arterial, dentre outros, são sintomas bastante comuns de um problema que não é individual, mas político e econômico: a precarização do trabalho.

A precarização do trabalho nas escolas públicas serve não apenas para produzir força de trabalho barata para as funções menos qualificadas no mercado de trabalho, como também para engrossar o exército de reserva e ainda promover e justificar a privatização da educação pública. Obviamente, a educação não é a única visada: a estratégia de precarizar os serviços públicos para promover a privatização dos mesmos é fundamental para legitimar a expansão do capital para áreas consideradas dever do estado e direito de todo cidadão: educação, saúde, moradia, transporte etc.

Além de adoecer o profissional, a precarização do trabalho, acompanhada do individualismo hegemônico, contribui para promover a ruptura dos laços de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras, colocando-os uns contra os outros na competição pelos escassos recursos disponíveis e legitimando a concorrência entre pares através do discurso da meritocracia, usado amplamente para justificar a desigualdade de oportunidades que se oferecem para a população como um todo.

Neste cenário desolador, não é de espantar o vultoso crescimento de afastamentos por transtornos mentais e físicos entre os profissionais da educação. Vultoso também é o lucro da indústria farmacêutica que financia discursos e práticas patologizantes, sobretudo, entre os médicos e a mídia, fazendo com que compremos remédios e tratamentos individuais ao invés de lutarmos pela transformação das condições que nos adoecem.

Não queremos remédio, nem para nossos profissionais, nem para nossos alunos, queremos a eliminação das condições que provocam o adoecimento. Para tanto, precisaremos transpor a imensa barreira do “cada um por si” que faz com que apenas soluções individuais sejam buscadas para problemas que dizem respeito a todos.

É totalmente necessária para nossa categoria que o SEPE construa o coletivo de saúde física e mental do trabalhador da educação em cada núcleo e regional, visando o engajamento da categoria nesse trabalho, para potencializar tanto o rompimento com a lógica mercantilizadora, realizando um tratamento coletivo dos sintomas, quanta a realização de ciclos de debate sobre as causas estruturais dos mesmos.

## **2) Intensificação da exploração do trabalho sacrifica a saúde dos trabalhadores em nome dos interesses capitalistas**

Órgãos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) revelam que os transtornos mentais afetam parcelas cada vez maiores da população e são responsáveis por retirar do mercado de trabalho quantidades significativas de profissionais. Nas últimas décadas, com as mudanças na correlação de forças da luta de classes, diversos governos no mundo têm desmontado, a serviço do capital, os direitos conquistados pelos trabalhadores nas batalhas do século XX. Incremento das técnicas de exploração do trabalho e agravamento dos problemas de saúde mental dos trabalhadores: será coincidência?

Além dos problemas mentais, os casos de LER/DORT, cistite, problemas musculares e o sofrimento vocal vem aumentando e têm sido relacionados ao estresse ocupacional dos professores no Brasil e no mundo. O estresse crônico provoca muitos problemas no organismo dos trabalhadores atingindo o intestino, a pele, o coração, o estômago, entre outros.

Na educação, o gerencialismo, a meritocracia, bem como outros elementos associados à introdução da lógica empresarial e da pedagogia do mercado, atuam no sentido de expropriar o conhecimento docente e transformar os professores em meras peças de uma engrenagem de ensino neotecnicista, imposta de cima pra baixo.

De acordo com este projeto, a autonomia pedagógica, a pluralidade e a criatividade devem dar lugar à padronização e aos resultados (IDEB, Prova Brasil, SAERJ, PISA e outros). A alma da escola deve ser arrancada para ceder espaço aos números (quantofrenia).

É a dinâmica industrial satirizada por Chaplin em “Tempos Modernos” sendo aplicada nas escolas por governos servis ao empresariado e preocupados em formar força de trabalho barata. O surto de sinceridade da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro a este respeito em 2014 foi emblemático: publicou um anúncio que dizia “Nossa linha de produção é simples” e continha imagem de alunos em carteiras escolares dispostas sobre uma esteira mecânica. Este processo vai de encontro à luta por uma educação popular, voltada aos interesses da classe trabalhadora, além de fazer mal à saúde mental e física dos profissionais da educação.

### **3) Prevenção da saúde dos profissionais da educação e segurança do trabalho no ambiente escolar**

Portões malconservados, árvores sem poda adequada, quadras esportivas precárias, lousas mal fixadas na parede, instalações elétricas expostas, pisos irregulares, falta de manutenção e equipamentos de segurança nas cozinhas... qual profissional de educação nunca sofreu ou conhece alguém que sofreu acidentes dentro da escola em função de problemas com estes?

Apesar dos riscos decorrentes da falta de condições dignas de trabalho, a prevenção da saúde dos profissionais da educação e a segurança do trabalho nas escolas ainda são temas pouquíssimos discutidos.

É fundamental produzirmos mais materiais esclarecendo a categoria e debatermos a criação de Comissões Escolares de Prevenção de Acidentes e Defesa da Saúde da Comunidade Escolar para fiscalizar as condições das escolas, denunciar as irregularidades e exigir soluções dos governos a esse respeito.

Uma das ações dessas comissões é mapear e sinalizar os locais de risco e produzir um dossiê com a condição de conservação das unidades escolares,

com auxílio da Secretaria de Direitos Humanos do SEPE. Além disso, é fundamental buscarmos assessorias com centros de pesquisa, universidades e fundações para apoio técnico especializado, visando o embasamento teórico e prático para nossas ações de formação de profissionais para expandir o projeto de combate aos riscos de saúde físico e mental.

### **4) A farsa da “guerra às drogas” e as operações militares no entorno das escolas e áreas residenciais**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio de Janeiro é a cidade com maior população vivendo em “aglomerados subnormais” do Brasil. Cerca de 1/3 dos cariocas são moradores das quase 800 favelas do Rio. Na grande maioria dos casos, estes trabalhadores, além de sofrerem com condições precárias de habitação, saneamento e transporte, são os que mais sofrem na pele um dos principais problemas do Rio de Janeiro: a violência.

Uma palavra define a política de segurança vigente: hipocrisia. Não obstante, Hélio Luz, chefe da Polícia Civil entre 1995 e 1997, afirmou ao documentário “Notícias de Uma Guerra Particular”: “É polícia política mesmo. Isso aqui é uma sociedade injusta e nós garantimos essa sociedade injusta. O excluído fica sob controle e ‘ai dele’ se sair disso... E nós fazemos um negócio bem sofisticado. Na África do Sul eles colocam arame, aqui é sem arame”. Um dos pilares desta política de segurança do Estado e das elites, muito mais que segurança pública propriamente dita, não passa de uma farsa: a famigerada “guerra às drogas”. Tratando como caso de polícia uma questão de saúde pública, o Estado deixa de regulamentar a relação dos usuários com algumas drogas, diferentemente do que ocorre com o tabaco e o álcool.

A criminalização tem se mostrado notoriamente ineficaz: todos sabem que, quem quer, compra maconha, cocaína etc. O saldo humanitário da guerra às drogas é claramente negativo. Muito mais gente

morre em função da repressão ao varejo de drogas do que pelo uso das mesmas. Quantas crianças mais precisarão ser baleadas e mortas dentro das escolas para que acabem de uma vez por todas as operações militares nas favelas? Como o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, tem a coragem de propor a blindagem das escolas em vez de questionar a exposição das crianças, profissionais da educação e a comunidade local aos tiroteios?

Apesar do alto custo humano, tal política interessa a alguns setores burgueses. Afinal, alimenta a corrupção policial, justifica a militarização das favelas diante da “opinião pública” e favorece a indústria bélica. Enquanto isso, pouco ou nada se faz para evitar a entrada de armamentos em território nacional e os grandes barões internacionais das drogas, que operam no atacado, seguem íntimos de certos caciques políticos.

Portanto, convidamos os profissionais da educação para que sejam multiplicadores do debate sobre a atual política de insegurança e somem esforços, em uma só voz, exigindo o fim das operações militares no entorno das escolas e áreas residenciais!

### **Resumo das propostas defendidas em nossa tese:**

- Elaboração de uma conferência estadual de saúde dos profissionais de educação;
- Organização de seminários descentralizados nos núcleos e regionais;
- Realização de convênios com instituições especializadas em saúde do trabalhador;
- Realização do curso de formação de agentes de combate ao assédio moral;
- Construção de uma pesquisa diagnóstica sobre as condições dos profissionais de educação;
- Produção de materiais (cartilhas, vídeos, outros) sobre assédio moral, adoecimento profissional, saúde e segurança no trabalho, violência e outros.
- Articulação com entidades e movimentos populares de defesa dos direitos humanos.

---

## **Assinam essa tese:**

**Coletivo de Saúde e Direitos Humanos do SEPE/RJ**



# TESE ESPECÍFICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOMOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE LUTA! PELO RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO JÁ!

**Cilda Sales, Claudilene Neves,  
Juliana Fonseca e Samantha Guedes**

O Brasil assistiu, no final do século XX, um movimento de transformação no conjunto da classe trabalhadora desde da década 70 devido a expansão econômica/industrialização/urbanização. Houve um grande aumento da mulher no mercado de trabalho, “acendendo” a problemática de serviços correlacionados à Educação Infantil. Com isso, Comunidades Eclesiais/Movimento Feministas entraram na batalha por creches. Entretanto, vários estudos sobre a E. I. aponta que a necessidade dessa etapa é o desenvolvimento cognitivo da criança. Assim, a E. I. saiu do assistencialismo para se consolidar com educação, passando a ser um dever do Estado e retirando das costas da mulher o educar/cuidar. O ponto mais elevado da discussão foi assegurado na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, em que se garantia que a Educação Infantil deveria compreender de 0 a 5 anos na educação básica e, sob a Lei 12.796, ela é tornada obrigatória a partir dos 4 anos. O que se observa é constante omissão dos governos, motivado por rearranjos orçamentários, infringindo o seu dever, como acontece no governo federal, desde o governo do PT até o de Michel Temer (PMDB). Segundo o Anuário da Educação Básica de 2017, somente 21,9% das crianças de 0 a 3 anos têm acesso às creches. Dessa porcentagem, 34% são crianças brancas e amarelas, e 59,3%, crianças negras (pardas e negras). Segundo o PNAD (2015), 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos, 16,6% (1,4 milhões), estavam matriculadas em creche ou escola. Contudo, 74,5% (6,8 milhões) não frequentavam esse tipo de estabelecimento nem pela manhã nem à tarde. Atualmente, há 64.500 creches no Brasil, 76,6% se encontram na zona urbana. É a maior participação da iniciativa

privada em toda a Educação Básica, com 41%. Os outros 58,8% são de responsabilidade municipal. Na área rural, há 15.100 creches, e a maioria delas (97,4%) está sob o encargo dos municípios. Hoje, 88,3% das crianças mais pobres estão matriculadas na Pré-Escola. Os critérios para tal desigualdade na Educação Infantil são baseados na renda familiar, na cor ou nas regiões. Sendo assim, o acesso varia de acordo com a classe social, deixando também a mulher trabalhadora e a mulher negra a mercê do governo. É importante dizer que os municípios não vêm garantindo o número de vagas de acordo com as demandas e que as profissionais da Educação Infantil não são reconhecidas como cargo do magistério. Reconhecer essas profissionais é incluí-las no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério pelo fato das semelhanças nas atribuições de suas funções, corroboradas pela LDB 9394/96. As profissionais da Educação Infantil devem se unir às mulheres trabalhadoras que precisam, urgentemente, dos serviços públicos de creches, visto que as lutas devem ser articuladas contra o machismo. O poder público é ausente na Educação Infantil.

## **I. I – A luta pela Educação Infantil continua!**

O surgimento das creches no Rio de Janeiro aconteceu por volta dos anos 80, sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social. O objetivo era liberar força de trabalho feminino para o mercado. Foi no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto da década de 1980 que a educação pré-escolar foi oficializada. Questionamentos sobre a função assistencial e compensatória dessa primeira fase escolar foram duramente levantados e debatidos. Em várias cidades, trabalhadoras das creches eram terceirizadas, contratadas por OS's, sem formação

necessária e seus direitos trabalhistas desrespeitados, o que não é diferente de hoje. Foram muitas as lutas para garantir concurso público para profissionais atuarem nas creches. A E.I. passa a ser de responsabilidade da SME, com o Decreto nº 20.525 de 2001, sugerindo uma mudança de qualidade no atendimento, desde a formação dos profissionais, que devem pertencer ao quadro de servidores municipais, provenientes de concurso público, até o repasse de recursos que garantam o atendimento necessário. Desde então, fica evidente que município demonstra seu reconhecimento pela importância do atendimento à infância no foco das políticas públicas. A formação dos profissionais da Educação Infantil e sua atuação são diferenciadas por meio da dicotomia assistencial versus pedagógico, pois a ligação cuidar e educar misturam-se na educação. Essa questão dicotômica diverge em diferentes propostas de trabalho, conforme KUHLMANN JUNIOR (1998) fala. Por conta do paralelo em questão, a Educação Infantil em vários municípios, e como exemplo o Rio de Janeiro, aparece nesse reflexo ambíguo. A constatação é feita quando o governo, como estratégia de reduzir gastos, não utiliza uma nomenclatura unificada para tal profissional. Em alguns locais, a desvalorização é tão grande que surgiram os Agentes de Educação Infantil, Estimuladores Materno-Infantil, Agente Infantil, Pajéns, entre outros, sem contar que os Professores de Educação Infantil têm seus salários também diferenciados dos docentes das demais séries subsequentes. Na maioria das creches existentes no Estado do RJ, não existem professorxs em quantitativo suficiente, levando as profissionais de educação Infantil a cumprirem dupla função, pois ao mesmo tempo, auxiliares e professores regentes, recebendo a metade do salário referente às responsabilidades impostas.

### **1.3 – Educação Infantil, um espaço de educação para o filho da classe trabalhadora**

O espaço escolar é um dos mais importantes para desenvolvimento aconteça de maneira integral. A fim de garantir a formação nesse estágio de vida, é importante repensar o currículo da Educação Infantil para além dos conceitos didático-pedagógicos, incluindo a discussão sobre as diversidades étnicas, culturais e de gênero, no sentido de valorizar, respeitar e combater toda forma de machismo, lgbtfofia, racismo, ou qualquer outro tipo de violência e preconceito, a partir das brincadeiras, jogos e práticas educativas cotidianas. Permanece na E.I., ainda, o caráter mais assistencialista do que educativo, quando se percebe que as creches e escolas continuam depósitos de crianças, fruto de uma visão capitalista, em detrimento à construção do conhecimento cognitivo/social. A proposta inicial é que atendimento a crianças de 0 a 3 anos tenha caráter educativo, sendo dever do Estado e um direito constitucional oferecer creches e pré-escolas que promovam o acolhimento, segurança, confiança e, posteriormente, o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social da criança. Entendemos que, para a realização de práticas educativas de qualidade em creches públicas, é fundamental que sejam dispostos recursos, materiais pedagógicos e de higiene, alimentação adequada, espaço físico adequado estimulante de aprendizado, quantitativo ideal de funcionários para cada turma de berçários e maternais, a valorização de profissionais e a formação continuada. Ainda é comum a utilização de datas comemorativas nas instituições de Educação Infantil. Boa parte das instituições organizam o planejamento anual tendo como norteador as comemorações religiosas, patrióticas, afetivas, simbólicas e culturais. Geralmente essas comemorações são feitas de forma desconectada de outros conhecimentos, o que nos apontam a pouca reflexão por parte dos profissionais da Educação Infantil sobre a própria prática. A influência das religiões cristãs é maciça, é muito comum encontrarmos nas instituições murais com passagens bíblicas, festas de comemoração da Páscoa e do Natal. Ressaltamos que a escola pública é laica. Ou seja, não há uma religião oficial, ela respeita a escolha religiosa dos alunos e das suas famílias, assim como a de seus funcionários. Contudo, a escola não pode promover comemorações específicas de algumas religiões. Logo, esses espaços não estão proporcionando uma educação laica e democrática em que garante a cada indivíduo a liberdade de expressão religiosa e de pensamento. Cabe a escola socializar todo o conhecimento produzido pela humanidade, inclusive a religiosa e não a imposição de uma única religião.

### **1.4 - Por uma verdadeira inclusão na Educação Infantil**

A Educação infantil é uma etapa importante para

qualquer indivíduo em formação, pois ao longo do processo educativo será possível seu sucesso nos outros segmentos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Consequentemente, podemos encontrar crianças que apresentam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, necessitando atendimento e professores especializados em instituições públicas. Se analisarmos a constituição de 1988, ela estabelece “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras forma de discriminação” (art.3º inciso IV). No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). A realidade dos Espaços de Educação Infantil pública de todos os municípios do Estado do RJ é totalmente diferente. O atendimento apresenta falhas e ausência, pois não existem profissionais especializados, o que caracteriza a falta de investimentos para uma educação inclusiva. Em muitos casos, as instituições não asseguram currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as crianças com necessidades específicas, sejam elas físicas, psicológicas ou mentais. É importante salientar que a oferta de educação especial é um dever constitucional do Estado. De modo geral, a educação inclusiva tem sua importância à medida que todas as crianças possam participar ativamente na vida em sociedade, sem discriminação e preconceitos e de forma igualitária.

### **1.5 - Queremos uma Educação Infantil Pública de Qualidade**

A Prefeitura do Rio de Janeiro vem diminuindo profissionais concursados em relação ao quantitativo de crianças. É importante ressaltarmos o excesso de crianças em berçários/salas de atividades. Queremos a redução para 15 crianças por turma, visto que com 25 crianças (chegando a 28 crianças!) é impossível educar com qualidade. Na relação profissional/criança, o quantitativo ideal é 1 profissional para 3 crianças de berçário; 1 profissional para cada 4 crianças de M1; 1 profissional para 7 crianças para M2; e 8 crianças por profissional para pré-escola; desde que todas as profissionais que estão dentro de sala de atividades, tendo uma relação direta e íntima com a criança, sejam reconhecidas através do Plano de Carreira Unificado por tempo e formação inclusas no magistério. Salas de atividades/berçários com climatização para qualidade ao atendimento ao educando são fundamentais. Ao contrário do que exigimos, a prefeitura do Rio de Janeiro, aos poucos, vem extinguindo berçários e colocando meio período para as crianças existentes nas unidades. Essa iniciativa faz parte de uma política neoliberal que destrói a educação pública gratuita, laica e de qualidade, e prioriza índices e metas, atribuindo um caráter mercadológico ao universo educacional,

repassando investimentos para a iniciativa privada. Além das constatações supracitadas, repudiamos o uso dos cadernos de apoio pedagógico na primeira infância! Pela autonomia pedagógica! Pela garantia do direito à infância e pelo aprendizado através de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras, respeitando-se cada etapa de construção do conhecimento. O atendimento à Educação Infantil para os filhos da classe trabalhadora em horário integral não deve estar vinculado ao fato de os responsáveis estarem no mercado de trabalho, o Estado é o verdadeiro responsável pela formação do educando. Isso retira das costas da mulher o encargo de educar/cuidar. Sobre a formação das crianças, das turmas de 4 e 5 anos, na prefeitura do Rio de Janeiro, foram retiradas disciplinas importantes, o que reduz também o tempo destinado às atividades extraclasse do professor, previstas em legislação federal. O planejamento das atividades para as turmas de E.I. é uma etapa muito importante, que vai nortear toda a prática pedagógica. Porém, as atuais políticas educacionais ainda não garantem o tempo destinado ao planejamento das aulas. Pelo retorno das disciplinas de Artes, Sala de Leitura e Língua Estrangeira. Pela inclusão da Música como disciplina obrigatória nas turmas de Educação Infantil.

### **1.6 - Educação Étnico-Racial: A formação do profissional para educação infantil**

Antes de abordar as questões referentes à formação do profissional da educação infantil, é necessário elucidar que a concepção de criança como sujeito de direitos, deve servir como referência para a elaboração de qualquer proposta curricular na Educação Infantil, e as propostas pedagógicas das instituições deverão considerar a criança como sujeito histórico, que constrói sua identidade pessoal e coletiva durante as relações. Nesses momentos, a criança “aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009). Apesar dessa definição de criança como sujeito competente, muitos professorxs que atuam na Educação Infantil, possivelmente influenciados pelo mito da democracia racial, (BRASIL, 2004, p. 16) que é utilizado para encobrir o racismo, e/ou ainda por uma concepção equivocada de criança e de infância, acreditam que as crianças pequenas não são capazes de demonstrar racismo/preconceito e que, por isso, o trabalho com a temática não é necessário para essa faixa etária. Quanto a este aspecto, Júnior et. al (2012, p. 9) contribui dizendo que, no território da educação da primeira infância, a ideia de felicidade e cordialidade é equivocada, pois, “estudos de mestrado e de doutorado que tratam das relações raciais na faixa de 4 a 5 anos apontam que há muitas situações de discriminação que envolvem crianças, professores, profissionais de educação e famílias.” A Educação Étnico-Racial na Educação Infantil está regulamentada por lei

10.639/2003 e 11.645/2008. Sua abordagem deve ocorrer em todas as instituições do país. Todavia, existe a necessidade de se investir na formação de todos os profissionais para que uma educação realmente inclusiva aconteça. Para tanto, é essencial que haja a construção coletiva e a implementação de ações efetivas de promoção da igualdade racial nos currículos e propostas político-pedagógicas das instituições.

### **I.7– Rumo à luta, Profissionais de Educação Infantil!**

- Pelo enquadramento das AEI's no magistério/PEI's;

- Plano de Carreira Unificado por tempo e formação;
- Carga horária de 30 horas de fato para os AEI e cargos semelhantes;
- Planejamento de 1/3 para as PEI's;
- Implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas unidades de E. I.;
- Garantia do direito às creches em horário integral, com apresentação da construção de novos prédios;
- Formação durante a jornada de trabalho;
- Fim das gratificações, incorporação já!
- Carteira funcional e bônus cultura para as profissionais de Educação Infantil;
- Contra as adaptações sem estrutura, de salas de

- atividades para turmas de M1,M2 e pré-escola;
- Concurso público para fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e terapeutas educacionais, para atuação nas creches e EDI's;
- Garantia de condições estruturais, de materiais pedagógicos/higiene adequados, professores de artes, educação física e de sala de leitura para E.I.;
- Alimentação de qualidade, com a pesagem das crianças atendidas e acompanhamento médico das que tem problemas nutricionais;
- Merendeiras/cozinheiras/profissionais de limpeza concursados;
- Pela redução do número de crianças nas turmas, sem decréscimo de profissionais;
- Fim do assédio moral.

---

## **Apoiam essa tese:**

**Andréa Silva de Oliveira – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Luana Oliveira da Silva – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Marcia Rodrigues dos Santos – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Elenir de Paiva Gomes – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Sheila Cristina G. da Silva – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Paulo César de M. S. Júnior – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Stefani Fernando da Silva – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Luciana Mathias Amadeu Pinto – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Ana Cláudia Modesto – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Marluce Alves de Jesus – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Amanda Silva de Paula – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Angela S. de S. Poubel – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Marília Barbosa Ferreira – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Vanessa Oliva de Araújo – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Nanci Bermudes – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Sandra Aparecida Maciel – C. M. Mussum O Trapalhão**  
**Etiene Avelino – EDI Karine Lorraine Chagas de Oliveira**  
**Jéssica Nascimento Pinto da Cunha – C. M. Morro da Paz**  
**Oneida Aparecida Silva – C. M. Morro da Paz**  
**Mariana Lopes Rangel – C.M Morro da Paz**  
**Nadja Cristina Marques dos Santos Carvalho – EDI Cremilda da Silva**  
**André Luiz do Nascimento – EDI Morro da Fé**



# E preciso reinventar o SEPE: por uma frente de esquerda socialista para arrancar alegrias ao futuro

*Os tempos estão duros  
Para o artista.  
Mas,  
Dizei-me,  
Anêmicos e anões,  
Os grandes,  
Onde,  
Em que ocasião,  
Escolheram  
Uma estrada  
Batida?  
General  
da força humana  
- Verbo -  
Marche!  
Que o tempo  
Cuspa balas  
Para trás,  
E o vento,  
No passado  
Só desfaça  
Um maço de cabelos  
Para o júbilo  
O planeta  
Está imaturo  
É preciso  
Arrancar alegria  
Ao futuro!  
Nesta vida  
Morrer não é difícil  
O difícil  
É a vida e seu ofício!*

mento e “arrancar alegrias ao futuro”. O #MAIS consiste em um movimento político coletivo da esquerda radical e socialista que surgiu há um ano da ruptura de centenas de militantes do PSTU. Ruptura movida após um longo processo de debate interno onde as diferenças sobre análise de conjuntura, concepções de política socialista e movimento sindical se tornaram insustentáveis num ambiente sadio de unidade partidária. Desde então estamos batalhando no interior do SEPE e do movimento da nossa categoria não somente pela construção “de mais uma corrente de esquerda” ou “mais um coletivo”, e sim principalmente pela unidade das esquerdas socialistas nas frentes de lutas concretas e também por uma reinvenção das práticas e concepções sindicais do SEPE.

Neste sentido, esta contribuição toca em duas questões centrais. Por um lado, um debate sobre a conjuntura política que vivemos no Brasil e na conjuntura da categoria, buscando refletir estratégias e caminhos de lutas pela transformação da realidade. Por outro lado, um debate sobre a concepção sindical hegemônica no SEPE, em nossa opinião esgotada e que por isso tem que ser reinventada. Por fim, a maioria de nós, ativistas do #MAIS, contribuimos e apoiamos solidariamente a Tese Geral “Por um SEPE à altura de seus 40 anos de lutas”, animada por companheir@s do coletivo Ocupação Sindical e independentes”. E também contribuimos solidariamente com a Tese Geral construída e assinada por companheir@s do coletivo Braços Dados e independentes, companheir@s com quais construímos uma solidária e convergente atuação nas lutas sindicais – educacionais.

## **Conjuntura: tempos sombrios. Por frentes de esquerda socialista!**

Ao longo de 2015 e 2016, ocorreu uma mudança na correlação social e política de forças entre as classes sociais no Brasil. Esta alteração regressiva não foi continuidade de Junho de 2013; mas, sim, o seu avesso. O golpe parlamentar que derrubou o governo de colaboração de classes do PT foi o momento chave desta inflexão política. Houve, portanto, a con-

solidação de uma situação política defensiva, isto é, de uma correlação de forças caracterizada pela ofensiva política, social e ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora e o povo pobre. Porém, o governo Temer entrou numa segunda fase em 2017. Ao contrário do período anterior, a dinâmica foi de enfraquecimento. Em primeiro lugar, o avanço do movimento de massas - expresso nas mobilizações de 8 e 15 de março, na marcha a Brasília de 24 de maio, e sobretudo na greve geral de 28 de abril - debilitou o governo e expressou a enorme rejeição popular às reformas. Isso causou os primeiros reveses na base parlamentar governista, que passou a encontrar dificuldades para a aprovação da Reforma da Previdência. Junto com o avanço da resistência dos trabalhadores, os áudios de Joesley Batista e a delação da JBS colocaram o governo em crise. A nova ofensiva judicial, comandada pelo Rodrigo Janot (MPF) e o ministro Fachin (STF), deixou Temer em crise. Temer, até esse o momento, vem conseguindo contornar a crise e se mantém à frente do governo. A aprovação da Reforma Trabalhista no senado, a vitória de Temer na Câmara (rejeição da denúncia de Janot) e o refluxo das manifestações de rua sinalizam uma inflexão negativa na conjuntura. Do ponto de vista econômico, observa-se um quadro de estagnação após acentuada recessão. Ou seja, a crise não foi superada, ainda que a economia tenha parado de cair. Após a posse de Temer, Henrique Meirelles passou a comandar o brutal ajuste fiscal e a agenda das contra-reformas sociais. A policia econômica da classe dominante visa a imposição de um novo padrão de exploração da força de trabalho no Brasil, bem como a redução significativa dos gastos sociais para a remuneração da dívida pública. As crises nas alturas persistem, é verdade. Porém, observemos a dinâmica da classe trabalhadora e dos setores oprimidos. Ao longo do processo que desaguou no golpe parlamentar, prevaleceu no proletariado e nas massas empobrecidas a paralisia. Em sua maioria, os trabalhadores se recolheram à casa enquanto a classe média tomava as ruas. Se fez sentir, nesse momento crítico, tanto a falta de uma alternativa política à esquerda com peso de massas, como o retrocesso na consciência e na organização independente dos trabalhadores. Por outro

Este texto consiste na contribuição específica de educador@s que se organizam coletivamente em diversos espaços militantes: no Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (#MAIS), na Direção do SEPE e na base da categoria, no movimento feminista, em espaços de construção de outra educação possível. Escrevemos esta contribuição ao XV Congresso do SEPE com espírito crítica, colaborativo e solidário pela construção de frentes de esquerda socialista no SEPE e para além dele, para que possamos como categoria enfrentar os tempos difíceis do mo-

lado, é preciso destacar as importantes lutas do setor dos oprimidos e da juventude. As mulheres protagonizaram expressivas manifestações e por várias vezes pautaram o debate público em temas importantes como violência sexual, o Fora Cunha, etc. A luta do movimento negro também ganhou mais visibilidade com a campanha contra o genocídio da juventude pobre e negra, no embate pelas cotas nas universidades públicas, etc. A juventude, por sua vez, travou a primeira grande batalha (embora tenha sido derrotada) contra o ajuste de Temer na onda de ocupações de 2016. E foi, também, o principal setor nas mobilizações contra o golpe parlamentar. Se os anos de 2015 e 2016 foram marcados pelo refluxo e fragmentação das lutas dos trabalhadores, em 2017, verifica-se uma importante mudança de conjuntura. Entrou em cena o movimento de massas contra as reformas. O governo perdeu o debate na sociedade: a ampla maioria da população posicionou-se contra as reformas da Previdência e Trabalhista. Vendo seus direitos fundamentais ameaçados, o proletariado se colocou em movimento de resistência - foi decisivo para isso o fato de que as principais direções sindicais e políticas dos trabalhadores tenham convocado dias nacionais de luta e a greve geral de 28 de Abril. Mas, quando as direções majoritárias recuaram, algumas traindo (Força Sindical, UGT) e outras recuando (CUT, CTB) da greve geral marcada para o dia 30 de junho, a resistência de massas perdeu força. Em outras palavras, embora tenha aumentado a disposição de luta dos trabalhadores, não há uma situação ofensiva em que os trabalhadores estão passando por cima dos aparatos burocráticos. O elemento particularmente significativo da situação política consiste no fato de que a crise política “dos de cima” não é acompanhada por um correspondente avanço “dos de baixo”. Quer dizer: embora exista um quadro de divisão na classe dominante no terreno político-institucional, a classe trabalhadora mantém-se na defensiva - ainda que tenha ganhado corpo o movimento de resistência contra as reformas de Temer. Este dramático cenário nacional somente se amplia no terreno do estado do Rio de Janeiro e dos municípios. Para enfrentar este cenário, defendemos:

A frente única para a luta de massas. No presente momento o programa mínimo urgente em torno do qual deve se lutar pelas mais amplas unidades pode ser resumido em poucas palavras: FORA TEMER E SUAS REFORMAS! Ou seja, lutamos pela máxima unidade possível da classe trabalhadora e de suas organizações (sindicais, movimentos sociais, juventude, partidos, coletivos, etc.) para derrotar as contrarreformas e o governo.

As frentes de esquerda socialista. A luta política contra o lulismo e o petismo tem uma importância central. Sem a batalha pela alternativa política, o

processo de reorganização da esquerda não avançará, assim como as lutas e a frente única será derrotada. É preciso desenvolver a unidade política envolvendo PSOL, PSTU, PCB e todas as organizações políticas e movimentos sociais que estejam dispostos a conformar uma alternativa de esquerda socialista, no terreno político geral e eleitoral, ao petismo. Esta mesma política é fundamental no interior dos movimentos sindicais e sociais, como no SEPE!

O combate à extrema-direita e à nova direita. O fortalecimento da extrema direita e da nova direita nos últimos anos coloca uma tarefa de primeira importância: a luta política e ideológica contra esses setores ultra-reacionários. Nesse momento, esse embate deve mirar dois alvos principais. Em primeiro lugar, o neofascismo. Jair Bolsonaro é o principal representante desse setor e tem hoje relevante peso político em todo país. Não se trata de uma questão secundária, afinal estamos falando do aparecimento de um líder neofascista com influência de massas. Em segundo lugar, é preciso travar um duro combate contra a nova direita. Tanto aquela que aparece por dentro dos tradicionais partidos burgueses, como João Dória e outros novos nomes do PSDB, DEM, etc., como aquela que surge em novas organizações (MBL, Vem Pra Rua, Moro, Novo Partido, etc.).

### **O modelo sindical do novo sindicalismo está esgotado: reinventar o SEPE já!**

A concepção sindical amplamente hegemônica no SEPE, oriunda do novo sindicalismo dos anos 1980, está esgotada. Mesmo na sua variante de esquerda ao “sindicalismo cidadão” da CUT / PT. Ainda que o SEPE continue a desenvolver importantes lutas e que possua uma estrutura sindical relativamente democrática, é público e notório que o modelo do SEPE é cada vez menos atrativo para a categoria se organizar sindical e politicamente. As direções e vanguardas são cada vez mais restritas, criativas e conectadas com a amplitude social, cultura e política da categoria. A categoria, em geral, participa como sujeito social dos processos de lutas no espaço do SEPE, porém esta participação se dá cada vez mais “fora dos padrões”. Amplos setores de novas vanguardas atuam em comandos de greve, mas atuam com resistência nos Conselhos Deliberativos. Outros amplos setores das novas vanguardas não atuam organicamente em comandos de greve, mas atuaram lindamente nas ocupações estudantis, em diversas iniciativas de luta contra as opressões, de educação popular, etc. A nova geração da categoria é muito mais precarizada, mais feminina, mais negra, mais imigrante, mais culta, mais informada etc. Essa nova geração não tem referência nas tradicionais “correntes” da esquerda tradicional, também **não tende aos partidos “re-**

**volucionários” tradicionais.** Quando se organiza nos movimentos tradicionais liderados pelo SEPE ou age de maneira coletiva, em outras lutas concretas, tende a rejeitar formas centralizadas de organização. Assim, guardada sua unidade fundamental como profissionais da educação, se aprofunda a **fragmentação** política, ideológica, etária, de gênero, racial, funcional, cultural e econômica da categoria. Mesmo nos processos de lutas mais “tradicionais” de luta da categoria - as greves - se manifestam estas características. Em muitos casos os ativistas mais combativos e dedicados **desconfiam do aparelho do sindicato** e às vezes até o combatem. **Rejeitam a centralização** da linha pela direção sindical, exigem novas formas de organização e **consulta à base.** Terminada a luta, apenas uma parte muito pequena se torna orgânica no movimento, ou seja, se cristaliza em ativismo permanente do SEPE.

Perante esta realidade, defendemos todo um debate que busque reinventar as estruturas políticas e as culturas militantes hegemônicas no SEPE. Defendemos um quadripé para a concepção do Sindicato:

Um SEPE combativo, irrestritamente independente de todos os governos, que priorize a organização da base para a ação direta;

Um SEPE democrático, profundamente aberto para a participação, decisão e principalmente participação militante e autodeterminação da categoria. É preciso desburocratizar as instâncias do Sindicato e ampliar a sua possibilidade pluralidade no SEPE Central, Núcleos e Regionais, como coletivos, grupos de trabalho, comandos de greve, comandos de mobilização, conselhos de representantes de base, seminários temáticos, etc.

Um SEPE educador, que reorganize e amplie as estruturas e iniciativas de formação política e pedagógica da categoria e com a categoria. No sentido de reinventar a política a partir da formação e atuação comum, assim como reinventar a educação na luta contra a ordem do capital. Pela construção, física (uma sede própria!) e pedagógica da Escola de Formação do SEPE!

Um SEPE como espaço de apoio mútuo, assistência e solidariedade da categoria. O Departamento Jurídico precisa ser reorganizado e repensado. As estruturas de planos de saúde, descontos e até mesmo economia solidária precisam ser retomadas. É inadmissível que o SEPE seja um dos poucos, talvez único, sindicato combativo do país que não possui sede social, colônia de férias, nenhum espaço agradável de encontro e estadia da categoria. Possuir estas estruturas nada tem a ver, necessariamente, com “sindicalismo de resultados”. Tem a ver com o desenvolvimento de uma “cultura de classe”, que somente se estrutura, é claro, quando este ponto se combina com os outros três.

---

## **Assinam essa tese:**

**Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista #MAIS**

# O SEPE COMBATIVO RESISTE: AUTÔNOMO, INDEPENDENTE E DEMOCRÁTICO. UM BALANÇO NECESSÁRIO PARA REORGANIZAR A ENTIDADE ATUALIZANDO O ESTATUTO

*Mas, quem é o Sindicato?  
Ele fica sentado em sua sede com o telefone?  
Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?*

*Quem é ele?  
Bertolt Brecht*

Chegamos aos 40 anos do SEPE com uma trajetória de lutas e resistência por um SEPE autônomo, democrático independente de qualquer governo e partidos políticos, à frente da luta pela educação pública, laica, democrática e com qualidade socialmente referenciada. Por isso também afirmamos que muitos lutadores/as não se desviaram do sonho socialista. Nessas últimas greves muitas lideranças despontaram e é preciso garantir a renovação na direção do SEPE. A renovação não significa que aqueles e aquelas que participaram dessa longa construção vão sair do debate e decisões em seus fóruns. O congresso passado já apontou nessa perspectiva com a mudança nos artigos 62 em Das Eleições- capítulo V- Cada filiado(a) só poderá candidatar-se em até duas instâncias de direção e no Art. 63- § 7º - Limitada as candidaturas dos profissionais da educação, podendo ele concorrer somente a duas instâncias do SEPE/RJ.

Esperamos que não surjam propostas oportunistas e que apontem sua alteração, com o argumento de que é preciso preparar os mais “novos” garantindo-se os mais “experientes” nas direções tanto no SEPE central como nos núcleos e regionais. **Talvez apareçam argumentos de que vai ser difícil renovar nos municípios, mas acreditamos que esse é o desafio posto: não se eternizar enquanto diretor/a estimulando que as lide-**

**ranças novas assumam a direção da entidade** e como no voo dos gansos, estaremos voando juntos alternando a posição de direção e base do sindicato.

Fazer o debate sobre a alteração estatutária significa debater o SEPE que Temos e o SEPE que Queremos. Artigos imprecisos, que deixam margem para dupla interpretação, servem às conveniências das forças políticas ou de blocos formados durante

determinada gestão, para interpretar o estatuto conforme os interesses do momento, na tentativa de esmagar as minorias. Por isso tais artigos precisam ser reformulados. Um grave problema aconteceu nesta gestão quando determinada chapa quebrou a regulamentação estabelecida para a criação da Comissão Provisória num município que integrava outro núcleo regional. Com o objetivo de garantir a transparência no processo e não agir antecipando o processo eleitoral, foi deliberado que caberia à direção estadual coordenar tal procedimento. Já que isso não aconteceu, estamos apresentando como inclusão no Estatuto para evitar novos casos dessa natureza.

Defendemos as seguintes alterações estatutárias, além das que já estão na tese específica de aposentado(as), iniciando pela substituição da palavra sócio por filiado(a):

Art. 8º- Acrescentar ao final: O diretor (a) do SEPE só será considerado quite se mantiver todos os meses pagos, não cabendo, portanto, o período de 6 meses.

Ao parágrafo único atribui-se &1 e acrescenta-se o &2º- O filiado (a) que não conseguir manter sua contribuição via desconto direto no órgão municipal e ou estadual, deverá pagar sua contribuição no nú-

cleo e ou na tesouraria do SEPE central.

Art 31- Parágrafo 1º: Quando a decisão da Assembleia Geral for sobre os rumos da greve, só poderá votar quem fizer parte da rede específica, considerando que as responsabilidades pela decisão aprovada serão encaminhadas pelos integrantes da referida rede de ensino.

&2º- Deflagrada a greve será constituído o Comando de Greve que junto à direção organizará as atividades aprovadas nas assembleias.

& 3º O comando de greve local será formado na assembleia específica que deflagrou a greve quando serão eleitos(as) o mesmo número de representantes da base quanto o número de diretores do núcleo ou regional, para garantir a paridade.

& 4º O Comando de Greve Estadual será formado por 3 representantes de cada núcleo e regional dentre os representantes eleitos para os comandos locais.

& 5º O comando de greve será desfeito no momento do encerramento da greve.

Art. 36 - Os Núcleos do Interior e Regionais da Capital em que o SEPE/RJ está em vias de se organizar, devem indicar uma Comissão Provisória, cujos membros não terão direito a voto no Conselho Deliberativo e que conduzirá os trabalhos até que, satisfeitas as condições fixadas no artigo 57, sejam realizadas as eleições para a Diretoria Municipal ou Regional. Essa indicação será feita em assembleia específica convocada pela direção estadual com prazo mínimo de 30 dias, sendo enviada correspondência para os filiados(as) do núcleo ou regional com a data da referida assembleia. Em situação de formação de chapas na referida assembleia, a Comissão provisória será formada respeitando a proporcionalidade dos votos obtidos nessa assembleia por cada chapa.

Art. 42 - À Diretoria Estadual compete, coletivamente:

V - reunir-se em sessão plenária ordinária a cada 15 dias por mês ou em sessões extraordinárias sem-



pre que necessário;

IX - contratar e dispensar funcionários que trabalham na sede central;

Parágrafo 1 – Os itens de I a V são aplicáveis às direções de núcleos municipais estatutariamente constituídas, nas questões locais, bem como a contratação ou demissão de funcionário do seu núcleo ou regional

& 2º Para contratação de funcionários para o SEPE central, núcleos os regionais será utilizado o processo seletivo, ficando vetada a participação de parentes de diretores: (justificativa: somos contrários/as a prática de nepotismo e apadrinhamento de amigos)

**Visando ampliar a participação da base propomos a formalização da participação dos Coletivos de Base juntos às Secretarias, garantir a regularidade da convocação do Conselho de Representante de núcleos e regionais, a representação de aposentados/as no Conselho de Representantes dos núcleos e regionais:**

Art.42- Inciso VII- Estimular a criação dos Coletivos vinculados às Secretarias, a exemplo das Secretarias de Aposentados/as e Funcionários(as), que serão chamados para as reuniões específicas, com o objetivo de ampliar a participação da base filiada e contribuir para que as mesmas mantenham regularidade no calendário das reuniões previamente divulgado. As propostas aprovadas nesses espaços serão remetidas para a reunião de direção.

Art. 43 - À Coordenação Geral compete:

V - representar o SEPE/RJ, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo, para este fim, constituir procurador com atuação inclusive em assuntos técnico administrativos e nesse caso, informando à direção.

Art. 44 - Aos diretores de Finanças compete:

VI - apor assinaturas de 1 (um) de seus membros, juntamente à de 1 (um) Coordenador-geral, em cheques e outros títulos, necessariamente de chapas diferentes;

VII - Apresentar, trimestralmente, um balanço financeiro para a categoria. Adicionar Parágrafo único: os diretores da secretaria de finanças que não cumprir o determinado acima, será suspenso de sua função e as chapas que ocuparem tal cargo deverão proceder a essa substituição e atualizar a prestação de contas conforme determinado no estatuto.

Art. 54- acrescentar: O Conselho Fiscal que der parecer favorável ao balancete que não estiver de acordo com as determinações aprovadas no Conselho Deliberativo Orçamentário e ou no Orçamento Participativo anual, será chamado para corrigir o parecer e persistindo no erro, será afastado da função,

após amplo direito de defesa.

Art. 55 - O SEPE/RJ é organizado no município do Rio de Janeiro em Regionais e nos demais municípios em núcleos municipais ou regionais considerando o número mínimo de escolas, nos termos do anexo I e II do presente Estatuto, respectivamente.

Art. 56 - O município do Rio de Janeiro estará dividido em 10 (dez) regionais, conforme discriminado no anexo I deste Estatuto, podendo sofrer alterações nos termos do art. 82 do presente estatuto.

Art. 57 - São condições imprescindíveis para o reconhecimento de um núcleo municipal, regional ou regional:

Parágrafo único- Os municípios com menos de 50 escolas deverão constituir núcleos regionais com até três municípios. Nenhum núcleo poderá representar mais de 3 municípios.

Artigo

61(substitutivo)

– Cada unidade escolar elegerá

representantes, obedecendo à seguinte proporção: I- A unidade escolar com até 30 (trinta) servidores elegerá um representante; II – as unidades escolares com mais de 30 (trinta) servidores elegem um representante para cada 30 (trinta) ou fração superior a 15 (quinze) servidores e deverá garantir representações nos turnos.

Considerando que a independência e autonomia face aos partidos políticos, às organizações religiosas, entidades patronais e ao Estado norteia a ação sindical do SEPE, propomos em Das Eleições- Art. 64- Não poderão candidatar-se aos cargos eletivos do SEPE/

RJ: (incluir)- II- ocupantes de cargos no legislativo, incluindo assessores parlamentares, no executivo (incluindo cargos comissionados), ou outro considerado de confiança dos governos, seja municipal, estadual ou federal, com exceção de diretores(as) de unidades escolares eleitos(as) pela categoria.

(incluir) IV- os diretores (as) do SEPE central, de núcleos e regionais, ocupantes da Coordenação Geral e Secretaria de Finanças que não concluírem a prestação de contas da gestão, incluindo a relação patrimonial, conforme normas específicas nessa área.

(incluir) V – o profissional de educação que tenha

lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical ou associativa de trabalhadores(as), ou escola pública, em casos julgados após amplo direito de defesa.

Art. 65-Caso algum membro da diretoria estadual, municipal ou de regional assumam cargos no espaço legislativo ou executivo após processo eleitoral do SEPE seu desligamento será automático à data da posse.

Art. 66- § 2º - A Assembleia Geral Eleitoral elegerá, de forma proporcional, uma Comissão Eleitoral Geral composta por filiados ao SEPE que após a inscrição das chapas será acrescida de 1 (um) membro indicado por cada uma das chapas inscritas no pleito.

§ 4º - A inscrição da chapa será feita através de requerimento assinado por um de seus membros que será responsável pela mesma, e nele deverão constar os nomes completos, local de trabalho e número da matrícula ou registro profissional de cada candidato, endereço de moradia e CPF.

§ 6º - Estão impedidos de pertencer à Comissão Eleitoral: (Aditiva) d) ocupantes de cargos no legislativo ou executivo

§ 6º- Estão impedidos de pertencer à Comissão Eleitoral:

d) filiados(as) que integram qualquer cargo no espaço legislativo ou executivo, mesmo como assessor parlamentar.

e) quem não é da categoria e não é filiado(a);

Art 67: (aditiva) VI- Assinar as atas de posse das direções eleitas pelo prazo máximo de 30 dias.

Art 75- Substituir o parágrafo único por:

&1º- A escrituração das receitas e despesas do SEPE/RJ, núcleos e regionais será feita de acordo com as normas legais revestida de todas as formalidades que assegurem a completa exatidão da movimentação da entidade, assegurando que o conjunto da direção tenha acesso ao balancete que deverá ser entregue ao SEPE central a cada três meses (janeiro a março e subsequentes), com assinatura do Conselho Fiscal e posteriormente enviado aos filiados (as).

&2º- Os núcleos e regionais que não apresentarem o balancete trimestral terá seu repasse suspenso até que cumpra o determinado no estatuto e os valores não poderão ser utilizada para outros fins, pois pertencem aos referidos núcleos e regionais. Nesse caso, caberá ao SEPE central garantir o pagamento das despesas fixas a saber: funcionário, aluguel, luz, telefone afim de manter a sede funcionando.

Art. 73 – O quórum mínimo exigido será de 1/3 (um terço) dos associados em pleno gozo de seus direitos, conforme estabelece o art. 8º do presente estatuto, sendo aplicado aos núcleos e regionais.

Parágrafo Único – Caso não seja obtido o quórum mínimo, proceder-se-á a novo escrutínio, 01 mês

**Art. 85 – Considerando que o congresso do SEPE já havia aprovado o reordenamento das regionais com base em 200 escolas e sua regulamentação deveria ter sido feita em Conselho Deliberativo Unificado a ser convocado pela Direção Estadual do SEPE/RJ, para as próximas eleições esse reordenamento já deverá constar do processo eleitoral de 2018/21**

**Visando ampliar a participação da base propomos a formalização da participação dos Coletivos de Base juntos às Secretarias, garantir a regularidade da convocação do Conselho de Representante de núcleos e regionais, a representação de aposentados/as no Conselho de Representantes dos núcleos e regionais**

após o último dia de votação, (supressiva- sem qualquer exigência de quórum) considerando o quórum de 1/5.

Art 74- § 2º -adicionar ao final: Os núcleos e regionais deverão seguir os mesmos procedimentos.

§ 3º – Criação de um orçamento participativo no sindicato, através dos representantes de escolas, e de aposentados(as) eleitos conforme determinado no art. 61 a cada início de ano, para que a categoria discuta as prioridades orçamentárias da entidade. **Os representantes de escolas e de aposentados(as) eleitos terão direito a voz e voto na elaboração do orçamento participativo do sindicato.** Deverá ser convocada, no mesmo período, uma Assembleia Geral Ordinária para prestação de contas com assinatura nos balancetes de todos os tesoureiros da entidade e aprovação da proposta orçamentária. Os núcleos e regionais deverão seguir estes mesmos procedimentos.

Art. 77 - A representação ativa e passiva judicial e extrajudicial do SEPE/RJ compete à Coordenação Geral, cujos integrantes, em conjunto ou separadamente, poderão constituir procuradores para representá-lo desde que consultada a direção estadual e respeitando a proporcionalidade das chapas. Em caso de ações pertinentes a núcleos, caberá à coor-

denação geral dos núcleos tal representação.

Considerando a necessidade de liberar o maior número possível dos diretores (as) eleitos(as), cada diretor(a) só receberá uma liberação sindical, mesmo que tenha duas matrículas. Assim propomos a criação do parágrafo único no Art 81- Parágrafo único- As licenças sindicais serão distribuídas entre as chapas considerando a proporcionalidade direta obtida no processo eleitoral. Cada diretor(a) receberá apenas uma licença sindical, quando tiver duas matrículas e sua licença será renovada por mais uma gestão, caso seja eleito, permitindo a renovação dos dirigentes liberados.

**Art. 85 – Considerando que o congresso do SEPE já havia aprovado o reordenamento das regionais com base em 200 escolas e sua regulamentação deveria ter sido feita em Conselho Deliberativo Unificado a ser convocado pela Direção Estadual do SEPE/RJ, para as próximas eleições esse reordenamento já deverá constar do processo eleitoral de 2018/21**

### **Sobre as finanças do SEPE**

Atualmente, as contribuições dos filiados (as) da

rede estadual são depositadas para o SEPE central e depois distribuídos para os núcleos e regionais, com alguma proporção ao número de filiados que cada um possui.

Quando aprovamos a política de repasse mínimo acreditamos que foi uma política correta, pois não podemos manter um núcleo ou regional sem uma estrutura mínima (sede, funcionário/a, luz e computador). Assim foi aprovado que nenhum núcleo poderia receber menos de 2 mil reais naquela oportunidade. São os que chamamos “núcleos de repasse mínimo” e em contrapartida, deveriam investir em filiações e manter regularidade na corrida às escolas, enviando um relatório político junto com o balance. Esse valor foi atualizado mas ainda é insuficiente e faz-se necessário a realização de Conselho Deliberativo anual para atualização do valor do repasse.

Nesse sentido, estamos propondo o que segue abaixo:

(adicionar) & 4º- O repasse para núcleos e regionais será atualizado anualmente, na proporção de 50% da contribuição de seus respectivos filiados, considerando a receita resultante da contribuição per capita dos (as) filiados(as) das redes estadual e municipal mensal

---

## **Assinam essa tese:**

**Assinam integrantes da LRP, Avançar na Luta Sindical e Popular e independentes:**

**Adriana Ferreira Silveira Egger (Nova Iguaçu), Andreia Fernandes Neves (Lagos), Angelo Cezar Jachello Junior (Direção Nova Friburgo), Anna Beatriz Dutra Lopes Guarulhos (Nova Iguaçu), Arnaldo Siqueira (Nova Iguaçu), Charles Cardoso Simões (Direção SEPE Lagos), Cláudia Oliveira Santos de Almeida (Nova Iguaçu), Claudia Von Held( Lagos), Débora d' Oliveira Naval (Direção SEPE Lagos e Costa do Sol), Delcia de Moraes Jachelli (aposentado Nova Friburgo), Denise Maria Bispo dos Santos (Nova Iguaçu), Denise Soares Teixeira (Direção SEPE/Lagos), Danuse Batista Guimaraes (Nova Iguaçu), Edmilson Esteves (Ciep Nelson Rodrigues Nova Iguaçu), Eduardo Rodrigues da Silva,**

**Fatima Esteves (Nova Iguaçu), Gesa Linhares Corrêa- (Direção SEPE/RJ e Regional 3), Genilce Gomes de Azevedo (Campos), Gilmar Dias (Lagos), Humberto da Silva Michaeli (Vassouras), Ildica Silva Garcia (Nova Iguaçu), Ingrid C. Teixeira (Nova Iguaçu), Israel Pinheiro Avelino ( Engenheiro Pedreira), Iza Maria Brito (Direção Campos), Janaina Ferreira da Silva Araújo (Nova Iguaçu), Janaina Matos da Silva (Educação Especial), Jane Beatriz Carvalho Perez- (Lagos), Jaqueline Cristina Mendes da Silva Negreiros (Nova Iguaçu), Jaqueline Manhã (Nova Iguaçu), Jaqueline Moraes de Oliveira (Nova Iguaçu), Jorge Renato Gil (Nova Iguaçu), Juvenil Marques dos Santos (Direção SEPE/RJ), Keli Moraes Abreu (Direção Nova Friburgo), Leonardo de Freitas (Mendes), Márcia Fonseca (Lagos), Marcos Rangel de Lima (Duque de Caxias), Maria**

**Alice de Lima (Direção SEPE Lagos), Maria Júlia Barreto (Direção SEPE Lagos), Marize Vieira de Oliveira (Duque de Caxias), Marly Santos da Verdade (Direção SEPE Costa do Sol, suplente SEPE Lagos), Nanci Rocha (Direção SEPE Lagos), Nancy Ferreira Belo (Direção SEPE/RJ), Otávio Marques dos Santos (Lagos), Pedro Gonçalves (Direção do Sepe Belford Roxo), Rita de Cássia Araújo (Colégio estadual Alfredo Neve), Roselia Andrade Barbosa (Nova Friburgo), Roberto Andrade Barbosa (Nova Friburgo), Sergio Tadeu Rodrigues dos Santos (Aposentado rede estadual), Sheila Cristina Martins (aposentada Caxias), Silvana Lopes dos Santos (São Fidelis), Simone Caixeiro G. da Silva (Direção SEPE Nova Iguaçu), Simone Cristina Ribeiro da Silva (Nova Iguaçu), Vanessa Andrade Nobrega (Nova Iguaçu)**

# *Filie-se ao Sepe*



**Proposta de tese específica para o XV Congresso Ordinário do SEPE/RJ**

## **UMA REFLEXÃO SOBRE O FIM DO CICLO DEMOCRÁTICO E POPULAR**

**Saudações às trabalhadoras e aos trabalhadores em luta, delegados,  
convidados, observadores e demais participantes deste congresso!**

Neste ano de 2017 estamos comemorando, além dos 100 anos da Revolução Russa, os 40 anos de existência da nossa organização sindical, o SEPE/RJ. O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro é reconhecidamente combativo desde a sua fundação nos finais dos anos de 1970, quando ainda amargávamos a ditadura empresarial-militar aqui no Brasil. Somos um sindicato composto majoritariamente por mulheres, porque assim é conformada tradicionalmente a categoria da educação; trabalhadoras assalariadas do sistema público de ensino que construíram nas últimas quatro décadas, lado a lado com os homens, uma magnífica história de luta e resistência aos ataques do capital e seu Estado.

Outro evento importante completa 30 anos em 2017, a sistematização e aprovação do Projeto Democrático e Popular, um projeto de sociedade para o Brasil, fruto da luta e organização da classe trabalhadora neste período e que orientou o governo popular de Lula e Dilma. Os chamados “novos movimentos sociais” com suas reivindicações políticas classistas (anti-misóginas, antirracistas, anti-homofóbicas) foram sujeitos ativos na construção e implementação desse projeto e não se pode negar que trouxeram desafios relevantes para a militância sindical e partidária. Todo processo revolucionário revela que as diversas formas de preconceitos e demandas particulares insistem em perambular como zumbis, exigindo medidas revolucionárias para sua superação, porque os problemas relacionados à emancipação humana não se resolvem ao mesmo passo que a emancipação política.

Assim, o movimento feminista, o movimento negro e LGBT, não deixaram de ter papel importante dentro da nossa ação sindical, foram importantes para a emancipação da nossa consciência

de classe. Mas após três mandatos do PDP, e principalmente depois da eleição da primeira mulher presidente da república, a conjuntura começa a mostrar resultados contrários ao que projetávamos. A realidade colocada para a luta sindical e para a luta feminista, classista particularmente, é a de que esse movimento que nos levou conciliar classes antagônicas, priorizando as lutas particulares, chegou ao seu limite circunstancial. O crescimento da violência intolerante contra orientações de gênero, contra as mulheres; os inúmeros crimes raciais e sexuais; a contínua grilagem das terras indígenas e quilombolas; os números alarmantes do extermínio da juventude trabalhadora; a criminalização das lutas sociais e o encarceramento em larga escala, são fatos que nos fazem questionar sobre aquele prometido “empoderamento” que as políticas afirmativas buscavam.

Ao que parece, patinamos no campo da apatia e, principalmente depois do afastamento da presidenta, a fragilidade desse projeto de sociedade foi colocada à mostra. Os principais atingidos por essa violência são justamente estas “minorias” que o PDP salientou como particulares, ou seja, a grande maioria da nossa classe, mas ao mesmo tempo as organizações e movimentos específicos estão temerosos, recuados, fragilizados, não têm força nem unidade suficientes para barrar os ataques em curso, que cada vez se generalizam mais. A conclusão é que a luta por direitos não foi e nem será capaz de transformar o Estado numa “democracia direta” e muito menos de garantir a subjetividade das massas num patamar mais tolerante, menos misógeno, racista ou homofóbico. Essa conjuntura nos coloca a necessidade urgente de reflexão profunda sobre essa estratégia abraçada pela classe trabalhadora em oposição ao capital.

### **As origens da contradição e seu amadurecimento**

Nossa tarefa crítica e autocrítica diante desta situação é a responsabilidade dialética de negação e superação desse projeto, ao mesmo tempo em que construímos o próximo ciclo que se inicia sobre os escombros do que já existia. Alguns inventários já realizados sobre esse ciclo histórico nos revelam uma estreita ligação do Projeto Democrático e Popular com a Social Democracia Alemã. Esta corrente de pensamento reformista que assumiu uma perspectiva contrarrevolucionária em relação ao projeto socialista soviético exerceu enorme influência nas organizações da classe nos países dependentes e associados ao capitalismo central. Assim, tanto o PT como a CUT, como as diversas organizações populares do movimento feminista, movimento negro, de jovens pela paz, estudantil, entre outros, foram gestados ou fortemente influenciados por essa corrente no Brasil. Com sede no Rio de Janeiro desde 1977, a Friedrich Ebert Stiftung (FES), conhecida entre a militância como ILDES, foi a principal responsável pela formação dessa orientação ideológica para as lideranças da nossa classe neste período.

Dessa forma, os anseios dos trabalhadores naquele momento, em luta por melhores condições de vida e trabalho e pela liberdade de expressão, identificaram-se com essa proposta socialdemocrata de “pacto social” entre os trabalhadores o capital e seu estado, para desenvolver o país e emancipar “o povo”. A ideia era promover uma ampliação lenta e gradual da sociedade civil, pela via institucional, organizando a classe a partir dessas opressões específicas, rumo ao socialismo. Mas o pacto foi mais generoso com um dos lados: o capitalista. Tanto o capital financeiro como o capital produtivo seguiu



seu curso de desenvolvimento, dominando cada vez mais a máquina estatal e as riquezas, enquanto apaziguava os trabalhadores com programas assistenciais e incentivo ao consumo via créditos. Por outro lado, parte das lideranças dos movimentos sociais e sindicais foi encastelando-se nos diversos cargos de confiança dentro do Estado, perpetuando-se no parlamento, nos partidos, centrais sindicais e sindicatos, afastando-se cada vez mais das demandas reais da classe.

O resultado nefasto dessa política de conciliação só apareceu com mais evidência a partir do acirramento da crise, expressado na explosão das jornadas de junho em 2013, quando alguns militantes tiveram suas diversificadas bandeiras violentamente arrancadas e rasgadas no meio das passeatas e ficaram surpresos com o que chamaram de “ódio de classes”. Mas é importante ressaltar que ali estava a própria classe, dividida e fragmentada, e por não saber mais quem era o inimigo comum, atacava o que considerava a origem do problema: o governo popular, já bastante desgastado e tudo o que mais representasse a esquerda, até a cor vermelha.

Ao mesmo tempo em que essa violência social se acirrava, crescia também no parlamento a bancada conservadora apresentando os projetos da burguesia. A “reforma” do ensino médio, por exemplo, tenta retirar conquistas importantes como a obrigatoriedade do ensino da história da África e das disciplinas da área de humanas, como filosofia e sociologia, consideradas “ideologizantes”. O projeto “Escola sem partido”, mesmo que seja *uma asneira sem tamanho de uma direita delirante e estúpida*, é uma tentativa de controle social que nos desafia, principalmente às trabalhadoras da educação, a buscar ferramentas úteis para o embate nesse próximo período de lutas.

### **A necessidade do método e da formação da consciência**

Aqui é importante destacar outro terrível legado do democrático popular que foi nos afastar da teoria revolucionária. Quando priorizamos “ler os nossos pares” - importantes, mas singulares - em detrimento dos teóricos revolucionários - clássicos e universais - nós perdemos a capacidade de superação da sociedade de classes. O arcabouço teórico-metodológico deixado principalmente por Marx e Engels, como alerta Netto, com suas categorias de totalidade, contradição e mediação, são de extrema importância para a compreensão e transformação da realidade. Em momentos como esse, os movimentos sociais não encontram ferramentas suficientes para enfrentar os ataques da direita reacionária, não reagiu de forma mais enfática, por exemplo, às agressões feitas publicamente pelos parlamentares fascistas, tampouco conseguem revidar a acusação de “ideologia de gênero”. Afinal, desnaturalizar as questões de gênero é uma ação ideológica ou é ideologia naturalizar os gêneros?

A ideologia, segundo a teoria marxista, é a visão

de mundo da classe dominante em determinado período, portanto no nosso caso é a visão de mundo da burguesia. Toda ideologia é um todo unitário e coerente, mas difere da consciência social porque **inverte, vela, falseia, generaliza, naturaliza e justifica** os fenômenos resultantes das contradições sociais. Nesse sentido, o debate sobre gênero nas escolas acontece justamente para que a ideologia patriarcal, machista e institucionalizada em todos nós, seja problematizada. Ou seja, não existe uma “ideologia” de gênero, ao contrário, ideologia é naturalizar o comportamento de homens e mulheres. Mas como garantir esta crítica se as referências teóricas no campo do feminismo democrata não ajudam? Nossas feministas, assim como o senso comum da nossa classe, continuam **invertendo** as origens da nossa opressão específica, **velando** as reais origens do patriarcado, **falsificando** as razões da nossa divisão em classes, **generalizando** e **naturalizando** o comportamento de homens e mulheres.

Esse limitado campo **inverte** a origem da família e do estado, não percebendo nestas instituições o resultado de um processo do desenvolvimento das relações de propriedade privadas. Acredita que este modelo de família (monogâmica para as mulheres, mononuclear e burguesa) é uma instituição universal, existiu em todos os tempos históricos, seria uma das primeiras e fundantes instituições humanas. Mas as investigações de Marx e Engels mostram justamente o contrário, principalmente a clássica obra sobre a origem da família, da propriedade privada e do estado, ainda ignorada ou mal compreendida pela esquerda envolvida nestas lutas particulares. Engels localiza a família e o estado na sua materialidade histórica, como resultado da divisão da sociedade em classes pela apropriação privada do trabalho. Esse fenômeno fez com que futuramente as mulheres tornassem propriedades privadas também, mas a origem da submissão das mulheres não foi a causa primeira. Não foi a vontade dos homens que deu origem a apropriação privada da mulher, mas ao contrário, a apropriação privada do trabalho pela sociedade deu origem à posse privada dos corpos das mulheres pelos homens.

Nesta **inversão** se perpetua o equívoco entre causa e consequência da opressão de gênero, levando a análise do fenômeno para o campo moral, culpabilizando os homens pelo problema. Nessa mesma lógica vão algumas correntes antirracistas que fazendo a mesma **generalização** da humanidade, culpabilizam as pessoas fenotipicamente diferentes pelo preconceito inicial, a partir do qual a humanidade teria sido hierarquizada pela cor. Na verdade, é uma tautologia usada por uma vertente do movimento negro que ao apontar a causa do racismo para a própria humanidade racista, naturaliza o problema, faz análise moral do fenômeno, além de idealizar a solução, secundarizando a luta pela emancipação da classe. O movimento feminista e o movimento negro liberal e pequeno burguês não percebem

que ao delegar a gênese da sociedade de classes à maldade ou à própria natureza humana, **invertem, naturalizam** e **justificam** esta lógica societária. Essa vertente ideológica também **vela** a longa história da humanidade anterior às classes, assim como **naturaliza** a condição humana de disputa, violência e competição, remetendo a inferiorização do outro à subjetividade.

A hipótese que os seres humanos embranquecidos pela adaptação climática, na luta para dominar os recursos, decidiram hierarquizar a humanidade a partir do fenótipo é **falsa**. Afirmar que a ideologia racial teria surgido para fazer o branco se sentir superior e o negro inferior, também **não é verdade**. O que podemos constatar é que há pouca compreensão sobre as relações de propriedade, sobre o surgimento das classes e do Estado nesta concepção ideológica. Um texto recém-publicado no blog da Boitempo é um exemplo de como há pouca compreensão das nossas camaradas das lutas feministas e antirracistas sobre o modo de produção capitalista. A escravidão no Brasil, por exemplo, continua sendo percebida de forma **invertida** quando a autora mantém a hierarquização racial e preconceituosa como base do fenômeno, e mais preocupante ainda é sua ingenuidade em pensar que nossa elite sequer tem um projeto para o Brasil.

### **A estratégia da classe é socialista**

A conclusão que chegamos é que o PDP foi um projeto construído sobre essas bases ideológicas porque a Social Democracia **naturaliza** a propriedade privada e o mercado, e por isso está também decidida a **justificar** a sociedade de classes e as opressões daí derivadas, **falseando, velando** e **invertendo** a origem e seus resultados dramáticos. Estas demandas particulares nos dividiram, criando uma consciência pequeno-burguesa, competitiva, individualista, e ao mesmo tempo medrosa e submissa perante a outra classe. Essa inversão nos fez cultivar um ódio contra a humanidade, ao macho da espécie, ao branco, ao preto, ao gay, ao outro que não identificamos como pertencente a nossa classe. Aprendemos a fazer análise moral, não política, a julgar as pessoas ou acontecimentos sem perceber as determinações históricas e por isso não conseguimos direcionar nossos caminhos para a direção certa. Além disso, aprendemos a sentir pena de nós mesmos, as nossas bandeiras ainda pedem ajuda, piedade, socorro, pedem para “pararem” de nos prenderem, de poluírem nosso meio ambiente e pedem principalmente, a inclusão nesta sociedade de classes.

Nossa classe precisa enfrentar os dilemas desse fim de ciclo, compreendendo que nossa categoria faz parte da classe trabalhadora cada dia mais proletarizada. E se nós precisamos diariamente vender nossa força de trabalho para sobreviver, há algo anterior ao sexo, à cor, a orientação sexual, que nos unifica. O centenário da experiência soviética nos faz refletir sobre estas questões relativas à emancipação

política e emancipação humana, nos mostrando, por exemplo, que o legado deixado pela luta das mulheres bolcheviques são tanto para a emancipação feminina, como para a classe como um todo.

O SEPE precisa repensar o papel das secretarias de gênero, combate ao racismo e a homofobia, de forma que funcionem para instrumentalizar a catego-

ria com ferramentas tanto para o enfrentamento aos ataques diários sofridos individualmente, como para resistir à violência estatal contra a educação pública. Acreditamos ser possível unificar os trabalhadores a partir destas demandas, mas pelo local de trabalho, por exemplo, tendo como foco a violência que atinge toda a comunidade. Além disso, diante do sucateamento dos serviços públicos e da galopante perda de direitos, é cada vez mais necessário tornar realidade nossa prometida Escola de formação. Este espaço formativo da classe pode ser uma semente de unidade entre a teoria e a nossa ação rumo ao socialismo e à emancipação humana. Qual socialismo? Esse que estamos construindo.

---

## Assinam essa tese:

**ANA CRISTINA MENDES PIMENTEL** – Inspetora de alunos da Rede Estadual do RJ/militante pela base do SEPE/RJ Núcleo Angra dos Reis - **CARLOS ANTONIO COSTA** – Professor de Geografia da Rede Privada/Escola Pequena Cruzada de Santa Terezinha/filiado ao Sepe/RJ - **ELIANA MARIA SIQUEIRA CARVALHO** – militante pela base do SINDMED/MT | integrante

da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora/Núcleo MT/**JORGE WILLIAM BERNARDINO DOS SANTOS** – professor de Sociologia da Rede Estadual/militante pela base do SEPE/RJ Regional IX integrante da Intersindical/Núcleo RJ/ **MARIA CÉLIA AZEVEDO DA SILVA DE ALMEIDA** - professora de Sociologia da Rede Estadual/diretora

do SEPE/RJ Regional IX/integrante da Intersindical /Núcleo RJ/ **MARIA DAS DORES MENDES PIMENTEL** - professora de Sociologia da Rede Estadual/militante pela base do SEPE Regional IX/integrante da Intersindical/Núcleo RJ/ **MARIA FRANCISCA DA COSTA** – professora de artes no Colégio Estadual Leopoldo Américo Miguez de Mello/ Angra dos Reis.

# Tese: As questões das Finanças do SEPE

“O SEPE/RJ tem por finalidades: (...) VI - desenvolver a unidade de todos os profissionais de educação; (...)” (Art. 2º, Estatuto do SEPE/RJ) É com tristezas que se sabe, ao menos os que participam das lutas sindicais, sociais e populares, que a finalidade da “unidade” ainda não se materializou dentro do cotidiano das lutas deste sindicato de classe, o SEPE. E o fator fundamental, o que não deveria ser fato, é a questão financeira. Mesmo os grupos que atuam direta ou indiretamente dentro deste grandioso sindicato que são considerados “radicais”, de “esquerda”, “revolucionários”, não “respiram”, não têm “fôlegos” sem o “famigerado”, tão criticado com o “pai do capital”, o famoso “dinheiro”. “A contribuição mensal do sócio Efetivo corresponde a 1% (um por cento) da remuneração percebida, inclusive todos os vencimentos e vantagens, como também sobre o 13º (décimo - terceiro) salário.” (Art. 7º, Estatuto do SEPE/RJ) Bem... Se por um lado muitos, mesmo questionando “o capital”, precisam de dinheiro para “as lutas de classes”, por outro, os que “se apegam ao dinheiro” gastam desesperadamente, compulsivamente “sem crises de consciências”. São dois pesos e duas medidas dentro de uma mesma avaliação de que a luta de classe não pode ser “focada no ter” e sim “no ser”, na categoria, no filiado, no sindicalizado”. Enquanto muitos “dirigentes sindicais” ficam “desesperados” em conseguirem “dinheiro para as lutas”, os patrões, o próprio Estado, os “dominadores”, estão por ai, explorando, roubando direitos, matando gente. As “misérias sociais” também são frutos de um sindicalismo que também “mata o outro”. “Mata” de fome. “Mata” de ignorâncias de seus reais direitos dentro de uma sociedade, no caso do Brasil, democrática. “Mata” de omissões com relação a sua própria categoria. Acaba sendo um sindicalismo apenas de “ideias utópicas”, “sem fundamentos efetivos, eficazes” que represente suas bases. “São direitos dos associados: (...) V - solicitar, perante a Assembléia Geral da entidade, o exame de livros e documentos do SEPE/RJ. (...)” (Art.

---

---

## “Deveriam se sentir protagonistas de críticas, mudanças radicais, mudanças estruturais, que aprimorem o Estatuto e as lutas em termos de Educação, Trabalho e Direitos Sociais”

10º, Estatuto do SEPE/RJ) Transparência e compromissos com as lutas da sua categoria, essas deveriam ser algumas das bandeiras do SEPE, o que, “na prática”, está distante de acontecer. O que se observa são apenas “reunismos vazios”, onde apenas alguns grupos, ditos “maiorias”, camuflados com um “véu” de coletividade, colegialidade, peso igual sem preconceitos ou discriminações, “ditam as ordens”, mesmo aparentemente, sem ouvirem as “minorias”. Dentro do SEPE, a Transparência nem aparece. Os compromissos são, em tese, apenas com os seus próprios grupos. A categoria, se útil para grupos, é “acolhida”. Caso contrário, se considerada desnecessária para aquele tempo e espaço, é “abortada” por grupos do SEPE. Para se ter acesso a uma única Ata de fóruns, reuniões, ou até mesmo a registros contábeis, é quase “um milagre divino”. É mais fácil conseguir ser atendido pelo Supremo Tribunal Federal do que pelo SEPE no que diz respeito às vistas a documentos internos, públicos. Existem casos que a simples vista a algum documento do SEPE é “início de uma guerra” ou de “olhares tortos” por funcionários e até por diretores. É uma verdadeira “via dolorosa” nos moldes cristãos. Os compromissos com a categoria e, principalmente, com os filiados, sindicalizados, e não apenas com grupos internos, deveria ser um legado deste nosso sindicato de classe. “A AGO tem como competência exclusiva a eleição e posse da diretoria estadual, a prestação de contas do SEPE/RJ e a aprovação da proposta orçamentária.” (Art. 24º, Estatuto do SEPE/RJ) “À Diretoria Estadual compete, coletivamente: (...) IV - elaborar o projeto de orçamento anual, remetendo-o ao Conselho Deliberativo, que deverá aprová-lo em sua primeira reunião anual; (...)” (Art. 42º, Estatuto do SEPE/RJ) É motivo de reflexões a falta de “maturidade” da própria categoria nas Assembleias Gerais. Muitos participam destas como meros antagonistas. Deveriam se sentir protagonistas de críticas, mudanças radicais,

---

---

## “Falta um Planejamento Orçamentário Participativo de fato.”

mudanças estruturais, que aprimorem o Estatuto e as lutas em termos de Educação, Trabalho e Direitos Sociais. A culpa não é dela, da categoria. Os culpados são os dirigentes sindicais que ficam tão preocupados com “dinheiro” que esquecem da “pessoa humana”. A Assembleia Geral é, ou ao menos deveria ser, um fórum “rico de possibilidades”. E o que se observa: Assembleias Gerais “esvaziadas”, sem representatividade, onde as bases “são abortadas” das discussões e decisões colegiadas. Uma “minorias” “arregimentados poucos com certas afinidades aos seus grupos” e “discutem e deliberam”, de acordo com seus próprios interesses, “de grupos”, em nome da maioria da categoria. Onde fica a participação da totalidade ou da maioria da categoria neste precioso fórum? Outra questão: As finanças do SEPE, central e nós locais, são apreciadas e deliberadas neste fórum. Pode um fórum “esvaziado” representar os interesses da categoria, do colegiado, dos filiados, dos sindicalizados? No sindicalismo tem-se uma palavra que as vezes é utilizada: Rodo. Rodo para nós significa a maioria vence a minoria. “À Coordenação Geral compete: I - (...) rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria e visar as contas a pagar; (...)” (Art. 43º, Estatuto do SEPE/RJ) “Aos diretores de Finanças compete: I - organizar a Tesouraria e a contabilidade do sindicato; II - propor e coordenar a elaboração e a execução do plano orçamentário anual, bem como suas alterações, a serem aprovadas pela diretoria colegiada e submetidas ao Conselho Deliberativo; III - elaborar relatório da situação financeira do sindicato e apresentá-lo trimestralmente à Diretoria colegiada; IV - elaborar balanço financeiro anual, que será submetido à aprovação da Diretoria colegiada, do Conselho Fiscal e de Assembléia Geral; V - ter sob sua responsabilidade a guarda de documentos, contratos e convênios atinentes à sua pasta, a adoção de providências para impedir a corrosão inflacionária e a deterioração financeira do sindicato, a arrecadação e o recebimento de numerário e de contribuições de qualquer natureza, inclusive doações e legados; VI - apor assinaturas de 1 (um) de seus membros, juntamente à de 1(um) Coordenador-geral, em cheques e outros títulos; VII - Apresentar, tri-

mestralmente, um balanço financeiro para a categoria.” (Art. 44º, Estatuto do SEPE/RJ) Cabe uma outra reflexão: Será que as direções do SEPE estão realmente “gastando bem” o “dinheiro” que precisa ser investido nas lutas sindicais? Ou estão aplicando em interesses de seus grupos? “O Conselho Fiscal Estadual será composto de 5 (cinco) membros e 5 (cinco) suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por mais um período consecutivo. § 1º – É vedada a acumulação de cargos de membros do Conselho Fiscal e direção do SEPE/RJ ou qualquer outro cargo fixo de representação; § 2º – o Conselho Fiscal Estadual será eleito no Congresso do SEPE/RJ; § 3º – os núcleos e regionais deverão eleger seu Conselho Fiscal em até 2 (dois) meses após o Congresso Ordinário do SEPE/RJ, com composição mínima de 3 (três) membros e regulamentação semelhante à do Conselho Fiscal Estadual do SEPE/RJ, em Assembléia Local Unificada, convocada para este fim, devendo informar sua composição ao SEPE/RJ.” (Art. 53º, Estatuto do SEPE/RJ) “Ao Conselho Fiscal compete: I – Fiscalizar a gestão financeira e patrimonial do SEPE/RJ; II – Dar parecer, com as periodicidades previstas no Art. 44, incisos IV e VII; III – A obrigatoriedade de duplicação dos demonstrativos que aludem aos membros do próprio Conselho Fiscal, garantindo a periodicidade, recebendo e dando quitação, elaborando e encaminhando, mensalmente, o demonstrativo de receitas e despesas, trimestralmente o balancete e anualmente o balanço financeiro e patrimonial para apresentação ao Conselho Fiscal.” (Art. 54º, Estatuto do SEPE/RJ) “Os núcleos e regionais que não elegerem seus conselhos fiscais no prazo estabelecido pelo art. 53 § 3º, terão seus repasses suspensos.” (Art. 85º, Estatuto do SEPE/RJ) A questão financeira do SEPE, para que não conviva internamente, diariamente, é uma “loucura”. Se movimentar “muito dinheiro” de forma “sem freios”. Se “gasta” demasiadamente. Falta um Planejamento Orçamentário Participativo de fato. No papel tudo acontece. No dia a dia, é “história”. O Que “manda” é ter a maioria e pronto. Comprovantes realmente fiscais, Recibos internos, Extratos Bancários, e outros, deveriam “comungar” no momento de se reunir os Conselhos Fiscais do SEPE e até mesmo quando da apresentação para a categoria em Assembleia Geral. O SEPE precisaria contratar uma Empresa de Auditoria Contábil, independente, para avaliar todas as suas finanças, tanto para a esfera central quanto nas localidades. Os Conselhos são “figuras decorativas” para agradar Regimentos Internos, o próprio Estatuto e a “Comunidade Externa”. É o que se diz no popular “coisa pra inglês ver”. Se fosse para

---

---

---

**“O SEPE precisaria contratar uma Empresa de Auditoria Contábil, independente, para avaliar todas as suas finanças, tanto para a esfera central quanto nas localidades.”**

citar exemplos materiais teria-se uma lista. Lamentavelmente alguns, poucos, que pensam em “moralizar a casa” são logo “acusados” por uma dita maioria que tem “medos de algo que transcende a imaginação humana” quando se fala em finanças. Às ditas Prestações de Contas são apenas “Balancetes vagos” que “nada demonstram de real”. E se existe alguma suspeita de desvios ou outros “fatos sobrenaturais”, a política sindical “guarda em um baú” pra não “abalar as estruturas de nosso sindicato de classe. “Constituem o patrimônio do SEPE/RJ: I - a receita resultante das contribuições mensais pagas pelos associados; II - os bens móveis e imóveis; III - os legados, doações e concessões feitos em caráter permanente; IV - os títulos de crédito que pertençam ou venham a pertencer ao SEPE/RJ; V - as subvenções e auxílios que sejam destinados ao SEPE/RJ; e VI - o fundo de reserva, que é composto por, no mínimo, 4% (quatro por cento) da renda financeira bruta do SEPE/RJ que se rá utilizado especificamente nas possíveis greves a serem deflagradas pela Categoria, sendo depositado em conta específica. § 1º - A aplicação dos recursos provenientes da contribuição dos associados será, em linhas gerais, discriminada em regimento financeiro aprovado pelo Conselho Deliberativo, ad referendum de Assembléia Geral ou Congresso Estadual. § 2º - Toda aplicação de recurso que ultrapasse em 10.000 (dez mil) vezes o valor da mensalidade vigente dependerá de aprovação de 2/3 (dois terços) da Diretoria Estadual, ouvido o Conselho Fiscal, ad referendum do Conselho Deliberativo ou de deliberação de Assembléia Geral. § 3º - Criação de um orçamento participativo no sindicato, através dos representantes de escolas, a cada início de ano, para que a categoria discuta as prioridades orçamentárias da entidade. Os representantes de escolas terão direito a voz e voto na elaboração do orçamento participativo do sindicato. Deverá ser convocada, no mesmo período, uma Assembléia Geral Ordinária para prestação de contas e aprovação da proposta orçamentária. Os núcleos e regionais deverão seguir estes mesmos procedimentos” (Art. 74º, Estatuto do SEPE/RJ) “O patrimônio do SEPE/RJ deverá ser discriminado e registrado em livro próprio de tombamento e ficará sob guarda, administração e responsabilidade da Diretoria, assistida e fiscalizada pelo Conselho Fiscal. Parágrafo Único - A escrituração das receitas e despesas do SEPE/RJ será feita em livros revestidos das formalidades que assegurem a completa exatidão.” (Art. 75º, Estatuto do SEPE/RJ) “Fica definida uma contribuição de 4% (quatro por cento) da renda financeira bruta do SEPE/RJ para a reconstrução do movimento sindical rumo à construção de uma nova

central independente, de luta e não atrelada ao governo. Esse percentual será investido conforme deliberação da Direção Estadual do SEPE/RJ.” (Art. 83º, Estatuto do SEPE/RJ) Por todos os relatos até aqui, que se faz de extrema relevância a contratação, com certa urgência, de uma Empresa de Auditoria, com independência, para avaliar todas as finanças do SEPE, tanto para a esfera central quanto nas localidades. É preciso “abortar” do SEPE Conselhos Fiscais “apáticos”, “adormecidos”, “omissos”, “desorientados”. Estes precisam “acordar para a vida” e realizarem suas tarefas, já que ninguém, que destes faz parte, foi obrigado a entrar e participar. Deve-se prevenir contra denúncias, processos, com relação a prováveis “desvios de recursos financeiros”, “má aplicação de recursos financeiros”, “esquemas estranhos de uso do dinheiro”, além de outras questões que possam manchar o nome deste respeitado sindicato de classe. Os Congressos do SEPE deveriam ter o compromisso de melhorar as normas formais, e políticas, para fazer “funcionar” os Conselhos Fiscais do SEPE. Estes precisam deixar de ser apenas “marionetes de uma dita maioria”. Os Conselhos Fiscais do SEPE precisam, também, sair apenas do campo da “política fiscal sindical” e “mergulhar” no campo técnico das Contas, de suas próprias finanças. Cortes de gastos considerados “inúteis” é um dos caminhos para se evitar uma possível “crise financeira” dentro do SEPE. Faça-se mais uma reflexão: O país, o Brasil, mergulha em uma tão exclamada crise financeira; o Estado do Rio de Janeiro tem servidores, Aposentados, “mendigando” alimentos e remédios nos cantos do Estado e até fora dele; com muito suor o SEPE ganha, e em alguns casos leva, as ações contra os governos; tem-se relatos de servidores cometendo suicídio por assistirem seus filhos passando fome e estarem sem salário em dia; para não citarmos outros exemplos; e o SEPE “fazendo festas” com o dinheiro do filiado, sindicalizado, sem uma eficiente e eficaz Prestação de Contas para a sua categoria dentro de um Planejamento Orçamentário Participativo adequado as realidades. “ (...) O gestor do sindicato precisa fazer o controle completo das entradas e saídas, registrar cada movimentação financeira da instituição e ficar de olho em todas as despesas. O controle rígido das finanças do sindicato ajuda a fortalecer a instituição e evitar prejuízos no futuro. (...)” (AFFINIBOX) “O trabalho antes de tudo é uma relação entre o Homem e a natureza, ou seja, a transformação da natureza através do Homem para satisfazer suas necessidades. Entendendo essa relação do homem com a natureza, constatamos que o trabalho é a base da sociedade humana, pois é através desse, que se iniciam as relações sociais, há uma cooperação de seres humanos entre si para fazer uso da natureza.” (Andreza Vaz dos Reis; Letícia Pinheiro Nascimento; Maria Cecília Paulino Teixeira)

---

**Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (MTE)**



# Tese: Educação integral em escolas de tempo integral

## (1) Educação inclusiva em uma escola viva

“O atraso educacional é seqüela do escravismo que animalizou, brutalizou o escravo, arrancado de seu povo para o cativo como um bem semovente do senhor. Esse fato o condenou/condena a lutar pela liberdade, reconstruir-se como ser cultural, aprendendo a falar a língua do senhor e a sobreviver em terra nova, ao mesmo tempo rebelou-se, fugindo e combatendo. O lado do senhor ó exercício do papel do castigado, do explorador, do opróbrio, porque seu combate é eternizar o cativo” (Darcy Ribeiro). A educação tem ainda atendido aos interesses do grande capital nacional e internacional. Capital que oprime a classe trabalhadora. Apesar disso, precisamos acreditar que “a esperança pode vencer os medos”. A escola é sofre de uma enorme falta de atenção dos governos. Esta enfrenta tempos difíceis. Tempos que a coloca em um local de destaque: o abandono. A escola não é privilégio: é direito. Nós, trabalhadores e trabalhadoras precisamos ter a consciência de que o nosso direito de experimentarmos e vivenciarmos uma educação de qualidade, qualidade fundamentada em bases sólidas de respeito a singularidade e ao pluralismo. Todo ser dotado de conhecimentos produz idéias que poderão revolucionar o mundo e transformá-lo em um mundo melhor, mais justo. Uma escola viva é fruto de uma educação séria, comprometida com a melhoria de vida do cidadão. É importante, também, no tipo de escola que acreditamos: Estrutura material e suporte pedagógico coerente com as necessidades de um funcionamento de qualidade, consistente e duradouro. A responsabilidade para garantir o pleno funcionamento, com investimento e administração deve ser da parte do poder público sem admitir a “terceirização” de responsabilidades.

## (2) Alguns paliativos na Educação escolar

• ONG’S e fundações nas escolas: substituem o papel do estado na educação. Não se pode aceitar, tendo em vista que as escolas precisam ser financia-

das, geridas e ter projeto educacional político-pedagógico direto do poder público e não terceirizar seu papel.

• Precisamos exigir, enquanto categoria organizada, que os governos acabem com as contratações de professores e pessoal de firmas para “o preenchimento provisório de vagas na escola pública”. O concurso público de provas e títulos é uma obrigação constitucional que deve ser rigorosamente seguido por todos os governantes.

## (3) Comunidade Local

É importante que aconteça uma relação prazerosa de convivência fraterna com toda a comunidade escolar. A escola diante de seu papel histórico de “formar cidadãos” precisa avançar no debate do seu papel diante da sociedade brasileira. O sucesso de uma educação de qualidade e igualdade para todos depende, em parte, desta parceria de participação ativa e consciente de todos os seus atores sociais. “A escola não resolve sozinha as injustiças sociais, nem a passagem por ela pode mudar a condição de classe. Mesmo assim ela é importante para as camadas subalternas, pois pode lhes transmitir elementos úteis às suas estratégias de melhoria de vida e de organização política” (Guiomar Namó de Mello).

## (4) Prédio escolar

Não é relevante a “metragem” dos prédios escolares, se estes não forem, realmente, elementos importantes para acolherem uma educação de qualidade para todos e todas. Hoje, na rede municipal do Rio de Janeiro se defende a “blindagem” de escolas. Isso é um absurdo. Um exemplo de integração comunidade escolar / comunidade local, que se materializou no fim dos muros escolares, foram os CIEP’S do estado do Rio de Janeiro, no primeiro e segundo go-

verno de Leonel Brizola. Tinha-se claro que aquela escola era de toda a comunidade escolar e local, logo, se aboliram os muros. A blindagem representa um retrocesso e reduz o papel e a finalidade da escola. Precisamos nos posicionar contra esse projeto. Se o argumento é falta de segurança, precisamos cobrar do poder público políticas nesse campo entendendo que a educação se torna a principal. Fazer o contrário significa desprezar o papel social da escola e da educação pública como um todo.

## (5) Ensino

A escola de tempo integral é parte integrante de uma educação que se propõe ser de qualidade para todos os cidadãos e todas as cidadãs. No entanto, o Brasil ainda é um dos raros países do mundo onde se tem a escola de turnos. É necessário garantir a expansão dessa escola, de modo que possamos chegar à totalidade das escolas. Os poderes públicos precisam garantir instrumentos humanos e materiais para tornar o processo ensino-aprendizagem desenvolvido nessa escola de verdadeira qualidade com durabilidade, capaz de formar as futuras gerações com o conhecimento necessário para a vida. “O papel político da escola está em garantir a todos o acesso ao conhecimento como modo de superar a dominação decorrente da distribuição desigual do saber e do acesso à cultura” (Maria Isabel de Almeida)

**Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro.”**

## (6) Projeto Político-Pedagógico

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores” (1994, p. 579)

– GADOTTI. A construção de um Projeto Político-Pedagógico cidadão é um elemento importantíssimo para fortalecermos nossas lutas por uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos brasileiros. Este deverá ser, realmente, trabalhado por toda a comunidade escolar, de forma coletiva e não unicamente individualizada. Princípios tais como: Espaço / tempo para planejamento e respeito aos múltiplos olhares sobre o processo ensino-aprendizagem, sem a imposição de métodos e técnicas são importantes na construção e no desenvolvimento de PPP.

### **(7) Alunos**

O aluno e a aluna da escola de tempo integral têm uma atenção especial e, verdadeiramente, marca posição na sociedade como pessoa indispensável no processo de uma “educação inclusiva”. Esse alunado não é um privilegiado. Ao contrário, pretende ser um cidadão e uma cidadã conscientes de seus direitos e dos seus deveres perante a escola e o mundo. Pretende ser um “consciente revolucionário” que muito mais do que idéias tem atitudes para enfrentar problemas e vencê-los com plena verdade sem perder suas raízes, sua matriz cultural, política, social e humana. Acreditamos

**“A escola não resolve sozinha as injustiças sociais, nem a passagem por ela pode mudar a condição de classe.”**

que este alunado acumula um conhecimento que faz parte de um processo histórico de construção e consolidação, o qual se utiliza durante toda a vida. A oferta de variedades de oportunidades para que os alunos tenham acesso aos diversos campos da cultura e da ciência (oficinas, cursos livres e outros), também é relevante. A escola de tempo integral é o caminho para evitar que as futuras gerações acabem dentro de prisões, na rua ou em situações outras de misérias que geram mortes. Todo gasto com Educação não deveria ser gasto: deveria ser investimento. OLHO: “O papel político da escola está em garantir a todos o acesso ao conhecimento como modo de superar a dominação decorrente da distribuição desigual do saber e do acesso à cultura” (Maria Isabel de Almeida)

### **(8) Profissionais da educação**

Os profissionais da escola de tempo integral pre-

cisam de valorização concreta para fortalecerem as bases de sustentação desta idéia de fazer educação. São eles e elas os atores protagonistas dessa empreitada desafiadora. Sem eles e elas a escola não terá sucesso. Salários justos e condições dignas de trabalho para realizarem seus trabalhos dentro deste “fazer educação” são elementos inspiradores para a satisfação pessoal e social destes profissionais que colaboram na construção de uma idéia de Estado comprometido com os interesses de sua população. Necessitam de uma formação acadêmica, completa, consciente e atualizada, e não apenas superficial. Paralelamente a esta formação, estes e estas anseiam por uma constante formação em serviço. Os profissionais da educação em escola de tempo integral não são “escravos”: São seres humanos que merecem respeito.

### **(9) Gestão democrática**

Onde o administrar seja compartilhado entre todos os segmentos que constroem a escola (professores, funcionários, alunos e comunidade local). OLHO: “Os profissionais da escola de tempo integral precisam de valorização concreta...”

**“O papel político da escola está em garantir a todos o acesso ao conhecimento como modo de superar a dominação decorrente da distribuição desigual do saber e do acesso à cultura” (Maria Isabel de Almeida)**

## **Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (MTE)**

# Tese: Em defesa da Incorporação do FUNDEB

“O fundo promove a redistribuição entre o governo estadual e as prefeituras, de uma parte dos impostos, baseado no número de matrículas na educação básica, não disponibilizando recursos novos.” (Ana Paula Preschlak; Edaguimar Orquiza Viriato)

Pensar na relevância do uso, da aplicação, deste fundo na Educação, é considerar que todos os elementos envolvidos na dinâmica deste precisam ser alcançados. O fundo, mesmo sendo apenas um fundo, tem que ser incorporado ao “salário” do servidor da Edu-

cação, pessoa relevante nesta tese. Claro que se entende que os demais elementos que fazem parte do contexto do atual FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) e não podem ser abortados da história de gestação, nascimento, crescimento e desenvolvimento deste fundo “Criado em dezembro de 1996, no ano seguinte o Fundef foi implantado de forma experimental no estado do Pará e funcionou em todo o país de 1º de janeiro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006. Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios passaram para 20% e sua utilização foi ampliada para toda a educação básica por meio do Fundeb, que promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da educação básica informado no censo escolar do ano anterior, sendo computados os estudantes matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211 da Constituição Federal). Ou seja, os municípios recebem os recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os estados, com base nos alunos do ensino fundamental e médio.” (FNDE/MEC) A aplicação correta do FUNDEB é fiscalizada pelos Conselhos

de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, nos Estados e Municípios do Brasil. Entretanto, muitas das composições, das cadeiras que são ocupadas, são apenas números. Em muitas e muitas realidades locais, os conselheiros são que como “figuras decorativas” ou, simplesmente, “marionetes

do tempo antigo” nas mãos dos governos, dos executivos, locais. Os “sobreviventes” que estão em muitos destes Conselhos “gritam solitários como que no deserto” sem, em muitos casos concretos, terem apoios

nem mesmo de “suas bases”. Muitos dos conselheiros são realmente “militontos” dentro dos Conselhos. Outros têm “interesses ocultos” dentro dos Conselhos. Uma parcela é, declaradamente, governista. E os que sobram são os “guerreiros”, perseguidos, caluniados, difamados, humilhados e sofrem toda a sorte de “tempestades”. Estes últimos, em alguns casos concretos, “metem o pé do Conselho”. Outros destes, “dão à vida” por tão nobre causa. O antigo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) já carregava estas “realidades de mortes nas costas”. Muito penoso que conselheiros, eleitos e posteriormente indicados por “suas bases”, em muitos momentos, por divergências de grupos, estejam, ou estavam, “abandonados à própria sorte” na “cova dos leões governistas”.

Muito penoso que conselheiros, eleitos e posteriormente indicados por “suas bases”, em muitos momentos, por divergências de grupos, estejam, ou estavam, “abandonados à própria sorte” na “cova dos leões governistas”. Muitos dos conselheiros são que como “figuras decorativas” ou, simplesmente, “marionetes do tempo antigo” nas mãos dos governos, dos executivos, locais. Os “sobreviventes” que estão em muitos destes Conselhos “gritam solitários como que no deserto” sem, em muitos casos concretos, terem apoios nem mesmo de “suas bases”. Muitos dos conselheiros são realmente “militontos” dentro dos Conselhos. Outros têm “interesses ocultos” dentro dos Conselhos. Uma parcela é, declaradamente, governista. E os que sobram são os “guerreiros”, perseguidos, caluniados, difamados, humilhados e sofrem toda a sorte de “tempestades”. Estes últimos, em alguns casos concretos, “metem o pé do Conselho”. Outros destes, “dão à vida” por tão nobre causa. O antigo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) já carregava estas “realidades de mortes nas costas”. Muito penoso que conselheiros, eleitos e posteriormente indicados por “suas bases”, em muitos momentos, por divergências de grupos, estejam, ou estavam, “abandonados à própria sorte” na “cova dos leões governistas”.

nicípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.” (Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007) A movimentação do dinheiro, dos recursos, do fundo, em muitas realidades locais é caso de polícia. Sem falar nas ameaças as vidas de muitos dos conselheiros que realmente querem trabalhar dentro dos Conselhos. Nas Prefeituras a realidade é pior. Muitas das cadeiras que são preenchidas têm “braços diretos dos governos municipais” que “dizem amém” para Prefeitos com medos que transcendem a sabedoria humana. Ai o que se observam: ruínas de escolas; profissionais recebendo misérias, além de salários miseráveis; prédios mais quentes que uma fornalha; transporte

de péssima qualidade; o privado sendo mais valorizado que o público; amigos sentados nos conselhos, com “rosto de sociedade civil”; Prestações de Contas completamente irregulares no que diz respeito ao

recebimento e a aplicação dos recursos do fundo; sem falar em tantas outras “desgraças dos tempos modernos”. Claro que a sociedade civil organizada procura interferir nestas “realidades de mortes”, entretanto, falta sucesso em muitos momentos. O Ministério Público até que tenta, entretanto, “nada e nada e morre na praia”, por questões ocultas que, também, transcendem a sabedoria humana. “O professor tem de ser incentivado a progredir, a criar maneiras de trabalhar que permitam aos alunos melhor aprendizagem, tanto no que se refere ao domínio dos conteúdos curriculares como nos aspectos formativos mais amplos da cidadania. Nesse contexto, a titulação deve, sim, ser valorizada.” (Por Roberto Leão - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação em 01/06/2013) Um dos dilemas da atualidade é “o FUNDEB vai acabar, e agora?” Pensando nesta realidade, e para resolver o dilema, é que se faz necessária uma atitude emergencial: Incorporação do FUNDEB já, ao “salário” do servidor público da Educação, especificamente, no contexto do próprio fundo, do Professor. Não se pode mais ficar “aguardando o fim do mundo” para materializar esta questão “em números”. Já é um

**“O fundo, mesmo sendo apenas um fundo, tem que ser incorporado ao “salário” do servidor da Educação (...)”**

**“A movimentação do dinheiro, dos recursos, do fundo, em muitas realidades locais é caso de polícia.”**

**“Muito penoso que conselheiros, eleitos e posteriormente indicados por “suas bases”, em muitos momentos, por divergências de grupos, estejam, ou estavam, “abandonados à própria sorte” na “cova dos leões governistas”.**

clamor de todas as Centrais Sindicais, de todo Movimento Sindical, de todas as categorias da Educação, no Brasil, que a Incorporação do FUNDEB aconteça imediatamente. O que é preciso ser feito para esta “utopia” virar realidade? Lutar e sensibilizar, pela luta, o legislativo e, em sequência, o executivo federal, mesmo com todas as divergências, para que percebam que não existe outra solução para tal dilema. “O Fundeb é uma grande conquista social resultante de vários anos de luta da sociedade civil que reuniu diversas organizações sociais, entre organizações não-governamentais, sindicatos, fundações e outros movimentos sociais. Como podemos observar, a Lei do

---

---

**“Já é um clamor de todas as Centrais Sindicais, de todo Movimento Sindical, de todas as categorias da Educação, no Brasil, que a Incorporação do FUNDEB aconteça imediatamente.”**

Fundeb foi resultado de um ato de cidadania, pois graças à participação dos profissionais da educação e da sociedade civil, mudanças significativas foram acrescentadas ao projeto original que criou o fundo, trazendo enormes benefícios ao ensino público brasileiro.” (Ramona Soulimá Vieira Massafera) É preciso neste momento, anterior a Incorporação do fundo, que os Conselhos realmente exercem suas funções com clareza, com transparência, sem medos, para que se possa ter Conselhos efetivos e não meras “siglas”. É de tão igual relevância que os conselheiros sejam homens e mulheres que de fato, e de direito, representem suas bases, e não apenas sejam “nú-

meros fantasmas” dentro de um colegiado. A sociedade civil organizada precisa, e deve, estar mais atenta aos clamores da cidadania. Não devem existir Conselhos apenas “de nome”. As parcerias com os outros segmentos da sociedade é de extrema relevância para o sucesso destes Conselhos. Todas as ressalvas, denúncias e outros mecanismos legais, e de lutas, precisam ser utilizados para fazer os Conselhos trabalharem e alcançarem seus objetivos legais. A categoria da Educação não pode ser abandonada à própria sorte nas mãos dos governos. OLHO “Não devem existir Conselhos apenas “de nome” “Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz.” (Platão) A Incorporação do fundo só acontecerá se todas as categorias da Educação abraçarem esta ideia ao invés de caminharem na direção contrária.

---

## **Assinam essa tese:**

**MARCIA DE OLIVEIRA CARDOSO  
PEDRO PAULO SAMPAIO DE FARIAS  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO ( MTE )**



# Tese: Em defesa de um novo Departamento Jurídico para o SEPE

“O SEPE/RJ tem por finalidades: I - reunir e congregar os professores, funcionários administrativos, orientadores e supervisores, ativos e aposentados, enfim, os profissionais de educação das redes públicas de educação Estadual e Municipais do Estado do Rio de Janeiro; II - defender diretamente os interesses profissionais dos servidores constantes do inciso” (ESTATUTO DO SEPE-RJ, ARTIGO 2) O Departamento Jurídico do SEPE-RJ está caminhando “a passos lentos”. “Lentos” tendo em vista que a própria justiça “é lenta”. Estamos assistindo os esforços do Conselho Nacional de Justiça no sentido de fazer mutirões para “fazer andar” uma demanda enorme de ações que “adormecem nas gavetas dos magistrados”. “Gavetas” estas que já não são, em quase todas as cidades brasileiras, suficientes para suportar “tanta papelada”. Cidadãos e cidadãs que aguardam por uma resposta simples da justiça, como por exemplo, “furto” de um alimento de um supermercado por “alguém que tem fome” e cujo caso foi parar nos tribunais. É lamentável, entretanto, assim caminha a justiça no Brasil. O DJ do SEPE-RJ não é diferente dos “tribunais brasileiros”. Temos homens e mulheres de boa vontade. Profissionais com ótima qualificação, entretanto, a “morosidade” de suas ações profissionais, como a própria justiça “é morosa”, atrapalha o sucesso de nossas ações políticas enquanto sindicato constituído para servir a categoria de nossos filiados da educação pública escolar. No mais, temos divergências na própria direção do SEPE-RJ como relação ao trabalho profissional de profissional A ou B. O fato é que estes, de uma maneira ou de outra, foram INDICADOS por um grupo ou outro que trabalha para este sindicato de nossa categoria, o que, acreditamos, possa “engessar” as ações deste ou desta profissional por causa da ação X ou Y ferir as “ideias” de tal grupo político sindical. E com todas estas misérias, quem perde são os nossos filiados. Filiados estes que podem ter que esperar anos e anos para que um pedido, estatutária e congressualmente de direito seu, seja encaminhado aos tribunais para uma decisão da justiça brasileira.

---

---

**“As diretores de Assuntos Jurídicos compete: (...) IV - coordenar o funcionamento do Departamento Jurídico” (ESTATUTO DO SEPE-RJ, ARTIGO 47)**

As duas citações abaixo, do próprio DJ do SEPE-RJ, Relatório do DJ/SEPE-RJ, entregue para a Direção no ano de 2003, com o tema “Diagnóstico e proposta de reestruturação organizacional do Departamento Jurídico do SEPE – novembro / 1997” são exemplos do que foi relatado até aqui. (1) “Tendo em vista o SEPE representar uma parcela não pequena do funcionalismo público – segmento social que pela própria natureza e cultura do Estado é continuamente tensionado por relações extremamente autoritárias e arbitrárias – pode-se considerar baixa a atual demanda. Há certamente um grande número de demandas na categoria, ficando como questão saber se existe interesse político em estimulá-las e, dentre elas, quais convém ao SEPE impulsionar. Embora a demanda presente também não possa ser considerada elevada em relação ao número de profissionais do DJ, não é pequeno o grau de exigência dos advogados, dada a extensão da base do SEPE, a dispersão da demanda e a multiplicidade de legislações e atos administrativos. Além disso, já se registra uma tendência a um crescimento da demanda no interior do Estado, ao lado de uma possível expansão também na área trabalhista. Os problemas organizativos identificados no acompanhamento das demandas também não podem passar ao largo. Desse modo, qualquer política que vise a estimular demandas, seja na base da categoria seja junto às direções municipais, ou simplesmente encaminhar aquelas previstas pela direção estadual, não poderá vir desacompanhada de uma proposta de reestruturação do DJ.” (2) “Internamente, o departamento não dispõe, como realçado no diagnóstico, de um procedimento específico e sistemático para o atendimento e acompanhamento das demandas encaminhadas pelas direções, estadual e municipais, tampouco de uma instância de coordenação, fatores que somados

---

---

**“É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: (...) III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 8º)**

possibilitariam um tratamento privilegiado e mais político dessas demandas.” Atualmente o quadro funcional do DJ do SEPE-RJ é formado por mais de 10 (dez) profissionais. Cada profissional recebe um salário mensal razoável em virtude de outras categorias profissionais fora de nosso sindicato. Alguns profissionais do direito, fora do SEPE-RJ, recebem honorários insignificantes para o valor profissional que estes “carregam em seus ombros”. As direções do SEPE-RJ, em muitos casos, são “omissas” na função eletiva junto ao DJ. OLHO: “As diretores de Assuntos Jurídicos compete: (...) IV - coordenar o funcionamento do Departamento Jurídico” (ESTATUTO DO SEPE-RJ, ARTIGO 47)

Nos núcleos e nas regionais a situação fica mais crítica. Temos muitos “braços do SEPE-RJ” espalhados por todo o Estado do RJ. Estes não estão suportando as demandas legais que a categoria, por direito, “São princípios organizativos do SEPE/RJ: I - defesa de um sindicalismo amplo, democrático, de base e unitário” (ESTATUTO DO SEPE-RJ, ARTIGO 3), apresenta no sindicato local. E o que temos na realidade: FALTA de um profissional do direito de plan-tão para atender as demandas IMEDIATAMENTE, sem burocracias desnecessárias. “Aquele que procura a justiça o faz geralmente com grande expectativa de ver ali seu problema resolvido; guarda, porém, em geral, desconfiança quanto à advocacia gratuita, pública ou sindical.” (Relatório do DJ/SEPE-RJ, entregue para a Direção no ano de 2003, com o tema “Diagnóstico e proposta de reestruturação organizacional do Departamento Jurídico do SEPE – novembro / 1997”) Por questões políticas de nossos grupos que trabalham neste sindicato, temos um “tipo de peneira” que, em tese, privilegia que apoia os tais grupos A ou B. E isto é ruim para o desenvolvimento de uma “política sindical saudável” realmente “de resultados”. Outras

duas citações, do próprio DJ do SEPE-RJ, Relatório do DJ/SEPE-RJ, entregue para a Direção no ano de

2003, com o tema “Diagnóstico e proposta de reestruturação organizacional do Departamento Jurídico do SEPE – novembro / 1997” são exemplos do que foi relatado até aqui. (1) “Considerando a importância da estrutura municipalizada para a sustentação política do SEPE, pode-se dizer que essas direções são mal assistidas pelo DJ, e que esta é a principal deficiência a se equacionar. Não se trata, no entanto, de um problema isolado cuja responsabilidade possa ser atribuída exclusivamente ao departamento jurídico. Ao contrário, verifica-se um cruzamento de fatores envolvendo o funcionamento interno de DJ e sua relação com a direção estadual, a organização das municipais e, muito provavelmente, a própria estrutura sindical.” (2) “Na maior parte das direções municipais, é perceptível, no trato das questões jurídicas, um insuficiente grau de organização, que se expressa na inexistência de um responsável junto ao departamento, na ausência de uma rotina para o atendimento à categoria e em uma relação pouco sistemática com o DJ para o intercâmbio dessa demanda individual. Em que pese a acentuada heterogeneidade entre as diferenças municipais, há indicativos de que mesmo suas demandas específicas sejam pouco trabalhadas politicamente antes de ingressarem no departamen-

---

---

**“(…) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 5º)**

to. Com características gerais, pode-se apontar, em todos os níveis de direção, a informalidade, a assiduidade e a falta de planejamento.” Nosso sindicato é formado por homens e mulheres de bem. Trabalhadores e trabalhadoras que saem de suas residências para “ganhar o pão” e alimentarem suas famílias. Não podemos brincar de “fazer sindicalismo”. “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 5º) OLHO: “É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: (...) III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 8º) Temos no Brasil alguns fantasmas que assombram nossa gente, com destaque para as misérias das Reformas Trabalhista, Sindical e Previdenciária, que “matarão nossa gente”. Em nossa tese propomos, não apenas criticamos, que o nosso Departamento Jurídico realmente funcione para atender TODAS as demandas de nossa categoria, em TODOS OS CANTOS deste Estado do RJ. Não podemos ter apenas “atendimentos especiais, localizados”. Não podemos ter atendimentos INSUFICIENTES, “temporários”. OLHO: “(…) LV

- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 5º) Defendemos a contratação, imediata, de escritórios de advocacia. A seleção dos escritórios precisa ser amplamente debatida com o conjunto da Diretoria Executiva do SEPE-RJ e dos SEPE’s locais, em fórum congressual e estatutariamente convocado, para tal tema. “A codificação do Direito Civil, herança liberal, trouxe consigo o dogma da completude no campo do Direito Privado (o Código tem as respostas para todas as questões, se não está codificado não pode ser decodificado e não pertence ao mundo jurídico), cuja influência ainda não foi de todo aniquilada.” (ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO: Doutor em Direito do Estado. Professor Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor da Universidade Federal do Paraná. DIREITO PÚBLICO X DIREITO PRIVADO) “Mas sendo inegável a importância dos princípios gerais do direito, independente da corrente jurídica que se adote, parece-nos acertado que entre as funções possíveis e imagináveis, talvez nos dias atuais, em que o direito privado precisa ser repensado, principalmente após a Constituição Federal de 1988, os princípios surgem como elemento integrador do ordenamento jurídico.” (Sergio Gabriel. Os princípios gerais de Direito Privado e o princípio da dignidade da pessoa humana no Direito das Obrigações)

---

## **Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (MTE)**

# Tese: O SEPE e a Saúde Pública

O artigo 196o da Constituição Federal relata: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Nos departamentos com uma grave situação de calamidade pública: falta uma Saúde Pública de qualidade que atenda a nossa população. O que nos resta? Sofrer, morrer nas eternas filas do SUS ou gastar o que não temos para pagar um Plano de Saúde privado. O que fazer? Somar forças para derrotarmos o “dragão da miséria” com a coisa pública. Como? Lutando. Os sistemas públicos de saúde passam por uma das maiores crises de todos os tempos. Faltam profissionais, remédios, espaços hospitalares dignos, enfim, políticas de Saúde Pública que atendam aos verdadeiros anseios de nossa população de pessoas trabalhadoras, lutadoras, sofredoras. Nossa população sonha com uma Saúde Pública que a valorize. Medidas paliativas dos governos não resolvem a raiz maior do problema da Saúde Pública brasileira. É preciso que aconteça uma verdadeira revisão do conceito de Saúde Pública no Brasil para que a partir daí possamos construir verdadeiras políticas de transformação radical da legislação vigente, o que, acreditamos, poderá fazer acontecer a garantia de direitos para nossa população. Outros fatores, como a corrupção e a falta de conscientização da própria população brasileira, colaboram diretamente para o fracasso da Saúde Pública no Brasil. (1) ONG’s de Saúde: Precisamos avaliar se as ONG’S de saúde são realmente importantes na construção de uma política de Saúde Pública de qualidade para o cidadão brasileiro. Elas são avanços ou retrocessos? (2) Cooperativas de Saúde: Até quando vamos assistir passivos ao desmantelamento, pelos governos, da Saúde Pública com a contratação de cooperativas de saúde? (3) Planos de Saúde: Temos que nos posicionar contra os Planos de Saúde. Somos a favor de uma Saúde Pública gratuita e de excelente qualidade para nossa população. (4) Estratégia de Saúde da Família: Precisamos avaliar profundamente a impor-

tância de programas como estes dentro de uma Saúde Pública que propomos seja de qualidade para todas as pessoas. (5) Contratação de médicos estrangeiros: Será uma solução para alertar nossas autoridades com relação ao caos nos sistemas de saúde do Brasil? O conjunto de nossa categoria precisa ser provocado para lutar com todas as forças por ações afirmativas que tirem das “macas dos hospitais que ficam em corredores sombrios” nossa população que paga altíssimos impostos e não recebe

---

---

**“Nossa população sonha com uma Saúde Pública que a valorize”**

nenhum “fruto” destas despesas. (6) SUS (Sistema Único de Saúde): O artigo 198o da Constituição Federal relata: “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (I) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; (II) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.” Relata ainda o artigo em seu parágrafo único: “O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.” O artigo 200o da Constituição Federal relata: “Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (I) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; (II) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (III) ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; (IV) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; (V) incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico; (VI) fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo

---

---

**“Falta fiscalização séria na aplicação dos recursos que a saúde recebe dos cofres públicos”**

humano; (VII) participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.” O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para atender a grande massa da população brasileira que busca uma Saúde Pública que resolva seus problemas de saúde. Entretanto, o que vemos: Um total descaso dos governos sobre matéria tão importante e decisiva. Hospitais, unidades mistas, postos de saúde e outros espaços públicos de saúde, agonizam em “leitos de mortes”. Pouco se destina de verbas públicas para a saúde pública. Faltam profissionais para atenderem as classes populares. Os hospitais, as clínicas e outros setores de saúde privada se apresentam como opções para solucionar tais e tais problemas que os governos não conseguem resolver. O poder aquisitivo de uma grande parcela da população é baixo diante dos valores que a saúde privada cobra. O SUS está quebrado. A Saúde Pública está dilacerada. Faltam investimentos sérios para o setor de saúde. Falta fiscalização séria na aplicação dos recursos que a saúde recebe dos cofres públicos. Para aonde estão indo os impostos que pagamos? O povo está morrendo nas portas e nos leitos dos setores de saúde pública. Até quando iremos assistir passivos, uma grande, enorme, parte de nossa população passando por tamanha via sacra de miséria, agonia e dor? O artigo 197o da Constituição Federal relata: “São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.” O artigo 30o da Constituição Federal relata: “Compete aos Municípios: [...] (VII) prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.” Leis precisam ser realmente aplicadas. O legislativo e a classe trabalhadora organizada precisam acompanhar de perto a aplicação das legislações relacionadas com a matéria da saúde pública. Uma CPI da Saúde Pública em todas as esferas de governos pode ser uma pista de como descobriremos, de fato, o nome do vírus que está matando o sistema público de saúde. Fóruns realmente representativos precisam ser

---

---

**“Um SEPE que tem uma Secretaria de Saúde decorativa”**

abertos para aprofundar o caso da saúde pública. Medidas eficazes precisam ser tomadas para transformar esta realidade de morte em realidade de vida e vida plena com dignidade humana. Quem é o grande agente para esta transformação? Cada um de nós. A organização é o caminho para uma vitória. Caminho que deve estar comprometido com mudanças profundas das estruturas que aí estão. Precisamos dizer um sonoro NÃO a privatização da saúde pública. Devemos lutar pela consolidação do SUS - Sistema Único de Saúde, com ampliação da rede pública de atendimento e atenção à saúde, garantindo a universalidade, gratuidade e qualidade para todos de acordo com a Constituição Federal. A classe trabalhadora organizada precisa fiscalizar, também, as ações da ANS (Agência Nacional de Saúde) e verificar se ela está atendendo, com clareza, aos objetivos para qual foi criada. É de fundamental importância que fortaleçamos os Conselhos Municipais de Saúde, com uma ampla participação da classe trabalhadora organizada, pois são instrumentos como estes que cobram dos governos uma maior transparência nas ações relacionadas com a saúde pública. (7) Aplicação dos recursos públicos: Para onde vão os impostos que pagamos diariamente aos governos para serem revertidos em melhorias para nossa gente? É uma questão que temos a obrigação moral de debater em todos os nossos espaços de discussões. Altos salários enriquecendo as contas, os bolsos, de poucos seriam muito bem vindos para aquele homem e aquela mulher que não tem R\$ 0,01 para comprar um comprimido. A corrupção e tantas outras misérias do Brasil de on-

tem e de hoje contribuem muito para as misérias na saúde pública. A população está morrendo nas portas dos locais de saúde por falta de atendimento e tantas outras demandas. A ciência tem evoluído muito na busca de medicamentos “com preços populares” para nossa população, entretanto os governos e os grupos privados de saúde atrapalham qualquer sucesso em termos de melhoria da qualidade de vida em termos de saúde para a nossa gente.

### **O SEPE e o profissional da educação pública**

Nosso Sindicato precisa aprofundar muito as discussões com relação a este tema tão importante: A busca de uma Saúde Pública de qualidade para o profissional da educação pública. Precisamos, enquanto categoria organizada, sair dos braços de uma saúde privada e entrarmos na luta, por exemplo, da melhoria de uma Saúde Pública de qualidade para todos e todas. Sabemos que o tema é difícil, delicado, entretanto, sabemos, também, que este tema precisa entrar nas rodas de discussões e não ser superficialmente citado em nossos calores de lutadores aguerridos. O que impede que nossa categoria discuta tão importante tese da Saúde Pública versus saúde privada?

### **Secretaria de saúde do SEPE: O que temos**

Um SEPE que não discute de maneira contundente a raiz do problema da saúde. Um SEPE que mantém convênios com a saúde privada. Um SEPE que tem uma Secretaria de Saúde parada. Um SEPE

que não busca a categoria para traçar um plano estratégico para solucionar os grandes problemas tocantes à saúde do servidor público. Um SEPE que ao longo de sua história pouco fez, ou nada fez, para combater o avanço da privatização da Saúde Pública no Estado e nos municípios do Rio de Janeiro. Um SEPE que de certa forma colaborou para o sucateamento de nossa Saúde Pública quando se omitiu de forma mais afirmativa. O SEPE deveria sair mais do campo das ideias e da burocracia dos papéis e levantar uma bandeira pela transformação radical do estado de precariedade pelo qual passa nossa SAÚDE no Estado do Rio de Janeiro e em nossos Municípios.

### **O que precisamos**

De um SEPE que defenda a manutenção e ampliação da rede pública saúde, gratuita e igualitária em direitos, em dignidade, para nossa população sofrida. De um SEPE que defenda diretamente os interesses profissionais dos servidores de sua categoria. De um SEPE que ouça a base da maioria dos filiados antes de partir para ações mais contundentes junto aos governos. De um SEPE que rompa o convênio com planos de saúde privados que contrariam a defesa deste Sindicato por uma Saúde Pública e gratuita para todos. De um SEPE que olhe para o sistema público de Saúde. De um SEPE comprometido com a manutenção das bandeiras históricas conquistadas pela classe trabalhadora ao longo dos séculos. De um SEPE que acompanhe o legislativo municipal, estadual e federal, na aquisição e aplicação dos recursos destinados à saúde pública. Enfim, de um SEPE que apareça mais nos debates da questão da Saúde Pública.

---

---

## **“Um SEPE que apareça mais nos debates da questão da Saúde Pública”**

---

## **Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (MTE)**



# Tese: O SEPE precisa melhorar seu Estatuto

Nosso Sindicato precisa avançar com relação a discussão da “reforma estatutária”. Algumas questões precisam de uma reflexão e de uma aplicabilidade prática no momento de revisarmos nosso Estatuto. Apresentamos algumas inclusões e outras transformações que poderão ser realizadas para melhor revisarmos nosso Estatuto: Inclusão na Estrutura Organizativa do fórum “Conselho de Ética”. Participação, com direito a voz e voto, de todos os membros das Direções Locais e de todos os filiados quites, no Congresso e na Conferência Estadual. O Conselho Deliberativo da rede estadual será constituído por um Representante de cada vinte escolas e/ou creches, eleito em Assembléia Geral e por todos os membros da Coordenação Estadual, titulares e suplentes. O Conselho Deliberativo da rede municipal é constituído por um Representante de cada cinco escolas e/ou creches, eleito em Assembléia Geral e por todos os membros da Coordenação Municipal, titulares e suplentes. Os Conselhos Deliberativos serão compostos por, no mínimo, cinquenta por cento mais um de professores e cinquenta por cento mais um de funcionários. A renovação dos Conselhos Deliberativos acontecerá, anualmente, no mês de abril. As competências do Conselho de Ética serão definidas pela Conferência Estadual, e este será eleito bianualmente, no mês de junho, nos anos em que não haja pleitos eleitorais do SEPE. O Conselho Fiscal será eleito juntamente com a Coordenação Estadual, será composto por dez conselheiros, sendo cinco funcionários e cinco professores, e poderá aprovar ou reprová-las Prestações de Contas do SEPE/RJ e locais. Os Coordenadores do SEPE serão eleitos em processo eleitoral, e será considerada eleita à chapa que obtiver a maioria dos votos válidos, tanto para a Coordenação Estadual quanto nos municípios. Inclusão na Coordenação Estadual de: (a) dois Coordenadores Gerais; (b) três Coordenadores

---

---

**“O Estado do Rio de Janeiro será dividido nas seguintes regiões: I - Baía da Ilha Grande; II - Baixadas Litorâneas; III - Centro-Sul Fluminense; IV - Médio Paraíba; V - Metropolitana; VI - Noroeste Fluminense; VII - Norte Fluminense; VIII - Serrana.”**

de Organização das redes Estadual e Municipais de Educação, que terão como funções: coordenar a divulgação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; secretariar todas as reuniões da Coordenação Estadual; organizar o Arquivo de Memória do SEPE; incentivar a formação de novos Núcleos do SEPE; coordenar, em nome da Coordenação Estadual, a estruturação do SEPE local; respeitar as deliberações dos fóruns do SEPE; (c) dois Coordenadores de Programas de Saúde Individual e Coletiva do Servidor em Educação, cujas funções serão definidas em seu Regimento Interno. São condições necessárias para o reconhecimento político de um Núcleo Municipal: (a) representação no Conselho Deliberativo Estadual; (b) endereço oficial de funcionamento; (c) filiação ao SEPE de, no mínimo, cinco por cento profissionais de educação das escolas e/ou creches públicas localizadas no município. O Estado do Rio de Janeiro será dividido nas seguintes regiões: I - Baía da Ilha Grande; II - Baixadas Litorâneas; III - Centro-Sul Fluminense; IV - Médio Paraíba; V - Metropolitana; VI - Noroeste Fluminense; VII - Norte Fluminense; VIII - Serrana. As novas regiões do Estado do Rio de Janeiro serão atendida, diariamente, por um advogado do Departamento Jurídico do SEPE/RJ que será remanejado em caráter permanente, para um dos núcleos municipais que melhor facilite o atendimento jurídico do SEPE na respectiva região. A Cidade do Rio de Janeiro será dividida nas seguintes regiões: I - Zona Sul; II - Centro; III - Zona Oeste; IV - Zona Norte. Com relação aos Representantes de Escolas e Creches: a eleição acontecerá anualmente; cada unidade escolar e/ou creche elegerá em Assembléia Geral os Representantes das Escolas e Creches, obedecendo

---

---

**“O SEPE contratará, provisoriamente, um especialista em Biblioteca e/ou Arquivo para revitalizar a Sala de Memória do SEPE”**

à seguinte proporção: I - a unidade escolar e/ou creche com até dez servidores elegerá um Representante; II - a unidade escolar e/ou creche com mais de dez servidores elegerá um Representante para cada dez servidores; III - a unidade escolar e/ou creche com fração superior a seis servidores elegerá um Representante; IV - a unidade escolar e/ou creche com mais de um Representante deverá fazer a distribuição por turno. Será vitoriosa nas Eleições do Sindicato a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos no pleito eleitoral. Todos os Coordenadores efetivos da Coordenação Estadual com matrícula na rede pública de ensino estadual e/ou municipais, têm direito à licença sindical. O SEPE contratará um ou mais funcionários para trabalhar na Sala de Memória do SEPE. O SEPE contratará, provisoriamente, um especialista em Biblioteca e/ou Arquivo para revitalizar a Sala de Memória do SEPE. Todos os Núcleos do SEPE deverão enviar publicações e outros materiais que contribuam para o enriquecimento da Sala de Memória do SEPE. O SEPE central e local manterão, mensalmente, um Fundo de Reserva para custear despesas extraordinárias, como nas eventuais greves e paralisações.

Serão elaborados concursos públicos de provas e títulos para o preenchimento das vagas do SEPE, os critérios para a elaboração da prova serão discutidos e deliberados na Conferência Estadual. Todo o CERTIFICADO de cursos de formação e atualização emitidos pelo SEPE terá CARGA HORÁRIA especificada. O conjunto das direções do SEPE discutirá a elaboração e a efetivação do Regimento Interno do SEPE. O SEPE-RJ e locais deverão funcionar nos turnos da manhã, tarde e noite, para melhor acolher a riquezas de horários disponíveis pela categoria dos filiados. Toda movimentação financeira do SEPE central e locais será processada por meio de cheque e não mais em forma de cédulas e/ou moedas. Os recursos financeiros do SEPE serão utilizados para a manutenção das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública dentro das esferas Estadual e dos Muni-

cípios, do Estado do Rio de Janeiro, e não poderão ser utilizados para ajudar ou colaborar com pessoas, grupos ou outros que não estejam envolvidos diretamente com as nossas lutas congressuais e estatutárias. O SEPE fará, ao final de cada gestão, uma Auditoria em suas contas e os resultados obtidos serão divulgados a categoria de filiados. As greves precisam ser realizadas como fruto de uma discussão ampla; O SEPE

precisa investir também em outros instrumentos de pressão e controle sobre as políticas governamentais: I - plebiscitos temáticos; II - momentos de avaliação das políticas educacionais; III - participar de todos os conselhos que temos direito; IV - utilizar melhor a mídia. As assembleias da categoria deverão ter no mínimo 20% dos filiados em primeira chamada e 10% em segunda chamada. As assembleias que não obtive-

rem o quórum mínimo deverá ser convocada outra até se completar a exigência de quórum mínimo. Todas as votações deverão obedecer o percentual do quórum para que tenham validade. O SEPE/RJ acionará o Ministério Público sempre que os direitos de nossa categoria forem violados. Todas as Moções aprovadas nos Congressos e nas Conferências serão encaminhadas, imediatamente, aos seus destinatários.

---

## **Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO ( MTE )**

## **Tese: Servidor Público da Educação Aposentado, SIM. Servidor Público da Educação Inativo, NUNCA.**

“Aposentar-se não é fácil. Você precisa conviver com esta ideia desde quando começar a trabalhar.” (Ana Fraiman) O trabalho é um bem que gera dinheiro, sustento, faz a sociedade crescer. O trabalho contribui com a existência da sociedade. É por meio dele que a pessoa humana também se torna uma pessoa ativa dentro desta sociedade. “O trabalho, como criador de valor-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.” (Karl Marx) Todavia, a exploração da pessoa humana é fato absurdo, ainda mais nos tempos de hoje. Existiu um tempo em que o homem “valia o que tinha no bolso”. Hoje este conceito mudou de uma forma nefasta: O homem que vence é o “mais poderoso” dentro da sociedade. Mesmo na modernidade ela ainda “vale o que tem”. O mercado “atropela”, em nome do capital, da modernidade, do progresso, tudo e todos. A pessoa humana é colocada em último plano. Esta só tem destaque quando é “útil ao mercado”. “Desde os primórdios, o trabalho acompanha a história da humanidade. As primeiras atividades agrícolas surgiram ainda na pré-história. No Egito Antigo, predominava no mundo laboral a servidão coletiva. Já na época de Aristóteles, na Grécia Antiga, a base era escravidão. Na Alta Idade Média, caracterizada pelo feudalismo, existia um regime restrito de servidão, entre os senhores feudais e seus vassalhos.” (Luiz Gonzaga Bertelli) . No Brasil de hoje o trabalhador é colocado como cidadão de segunda categoria. Ele só é lembrado no período eleitoral ou nas questões de proselitismos sindical, religioso, partidário, de grupos. É mais relevante para as empresas, públicas e até privadas, “o cara que dá lucro”, “o cara que é mais qualificado”, “o cara que atende as demandas do mercado”. Onde fica a digni-

---

---

### **“Onde fica a dignidade da pessoa humana?”**

dade da pessoa humana? É utopia? Só é fato no papel? Até hoje o Brasil mantém: subempregos; trabalho escravo formal e informal; assalariados que recebem misérias de dinheiro pelo suor de seu trabalho; e tantas outras enumeradas misérias relacionadas a trabalho e emprego dentro do Brasil, nos quatro cantos deste país. Merece destaque os “locais de péssimas condições”, onde o ser humano trabalha como se fosse “um nada”. O trabalhador brasileiro sofre assédios de todos os tipos. Nos tempos de hoje, o trabalhador brasileiro: “passa fome”; “não consegue se vestir com um mínimo de dignidade”; “morre nas filas dos postos de saúde”; “não tem dinheiro pra comprar 1 unidade de um comprimido”; além de outras desigualdades. E quando se fala aqui de trabalho se destaca o homem e a mulher que produz para o mercado e não aquelas pessoas da classe média e da classe alta que “vivem em melhores condições” dentro da sociedade, mesmo com muitas dificuldades. “O aposentado não serve a ninguém. Não trabalha nem para o Estado nem para a iniciativa privada. Ele usufrui de uma condição.” (Maria da

---

---

### **“O trabalhador brasileiro sofre assédios de todos os tipos”**

Glória Perez Delgado Sanches) O trabalhador do serviço público faz com que a máquina pública se movimente. É partir do seu suor que o Estado pode exercer suas funções, mesmo com os fantasmas das terceirizações já existindo a um bom tempo. O servidor público tem um regime especial de trabalho regido pela Constituição Federal e por normas regulamentadas nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Ele tem uma “certa estabilidade” diante dos empregados da iniciativa privada. Quando está em serviço o servidor público sofre com questões salariais e de condições de trabalho, principalmente. Quando se aposenta, a crise fica mais séria. “Os servidores, ativos \*(e inativos), destinatários das leis referidas no “caput” do art. 36, pas-

---

---

### **“Uma alma sem respeito é uma morada em ruínas.”**

sarão a contribuir, obrigatoriamente, para o RIO-PREVIDÊNCIA com a alíquota previdenciária prevista no art. 33 incidente sobre a base de cálculo instituída no art. 34.” (Art. 37, Lei Estadual nº 3189 de 22/02/1999) / \* Expressão suspensa por Liminar deferida pelo STF nº 2188-5. O servidor público aposentado além de ter que conviver com tantas misérias que surgem a partir do recebimento do primeiro dinheiro de aposentado, ainda sofre com o “carimbo de inativo” que os poderes legislativos, executivos e o próprio judiciário lhe caracteriza. Pra estes, ele é “inativo” pois “não produz mais”, é “um alguém que não é mais útil a máquina pública”. Muito além de ser apenas um termo “pra humilhar a pessoa humana” que tanto fez pra “alimentar” a máquina pública, é uma “palavra vazia” que não tem sentido, que não significa o que ele foi, o que é e o que ele continua sendo pra sociedade: um pessoa humana com dignidade e todos os direitos que a própria Constituição Federal lista para o cidadão brasileiro. “A desigualdade social como um abismo que separa os que ostentam e os que nada tem...sintoma de uma sociedade extremamente doente e egocêntrica, com valores distorcidos. Falência da dignidade humana. Isso é violência, isso também é vandalismo!” (Maria Zenith Andrade Brandão) Diante de tantas desigualdades sociais no Brasil, o servidor público aposentado que contribuiu com a economia do país, é ainda, a partir das últimas votações dos legisladores e sanções dos poderes executivos, contribuirá com a manutenção da máquina pública mesmo após sua morte, não pode ser tratado como “cidadão de segunda categoria”, “inativo”, “um ninguém. Ele tem dignidade. Tem direitos. Merece o respeito de todos. “Uma alma sem respeito é uma morada em ruínas. Deve ser demolida para construir uma nova.” (Código Samurai) O servidor público da Educação aposentado, que é tema desta tese específica, não está sendo respeitado pela própria sociedade. Tantos anos de dedicação as salas de aulas, as secretarias escolares, as cozinhas das esco-

las, aos banheiros das escolas, e outros espaços de escolas, faculdades e outros, para agora serem “esquecidos por todos”, como um “sapato velho usado jogado em um canto da sala”. É de chorar quando se procura e acha um trabalhador da Educação “pedindo esmolas”, “mendigando um remédio”, “vestindo trapos velhos rasgados”, “recebendo um prato de comida”, “morrendo nos postos de saúde por falta de assistência” e sem assistência dos poderes públi-

cos. Uma sociedade que não valoriza, não reconhece, homens e mulheres que “deram a vida” pela coisa pública, é uma sociedade miserável. Justos, dignos, salários e uma saúde pública de qualidade, seria o mínimo para se demonstrar o respeito ao servidor público aposentado. Não deveria ser fato que se assistisse homens e mulheres sendo assistido por instituições religiosas e

ONG'S para continuarem vivos já que o que recebe mal dá para comer. “Não espere por uma crise para descobrir o que é importante em sua vida.” (Platão) Aposentadoria não pode ser lida como sinônimo de “óbito” e sim como sinal de “vida plena, abundante”. Sindicatos, associações e os movimentos populares e sociais precisam, em conjunto, lutarem juntos a estes homens e mulheres aposentados para que seus direitos possam ser materializados, possam existir de direito e, principalmente, de fato dentro desta sociedade. Não bastam “palavras bonitas”, “promessas”, paliativos, para que estes direitos se transformem e realidades. A luta se faz com coragem, com esperanças e com certezas. Utopias podem ser realidades se as pessoas quiserem que sejam. É preciso abortar a ide “pobres” e “coitadinhos” dos “velhinhos aposentados”, ideias estas que apenas contribuem para processos de preconceitos, discriminações e fragmentação dentro da própria sociedade. “A força não provém da capacidade física. Provém de uma vontade indomável.” (Mahatma Gandhi) Ainda tem-se mais: O governo brasileiro juntamente com o legislativo nacional, apresentam, discutem, votam e sancionam, como projetos destes, as famigeradas “Reformas”. As principais: A Reforma Trabalhista, que propõe a precarização do Trabalho, do Emprego, do Trabalhador (em serviço e aposentado), dos Pensionistas, dos locais de trabalho, enfim, da manutenção dos direitos

do Mundo do Trabalho e da possibilidade de conquistas de outros. “A proposta corrompe completamente não apenas a CLT, mas também a diretriz constitucional acerca da proteção ao trabalho humano. Subverte a proteção edificada ao longo de dois séculos, não apenas em razão da luta e da organização dos trabalhadores, mas em face das necessidades do próprio capital. A história tem insistentemente demonstrado que sem direitos trabalhistas não há

consumo, não há concorrência saudável e, por consequência, não há como sustentar um sistema capitalista de produção. A leitura das proposições formuladas pelo relator, que deveria ter vergonha de apresentá-las ao Congresso Nacional, revela uma tentativa de negar toda a raiz que justifica a existência mesma do Direito do Trabalho. Melhor seria propor uma lei

com um único artigo: fica revogado o Direito do Trabalho no Brasil. E a partir daí preparar-se para a barbárie e estocar alimentos, como costuma dizer Lênino Streck.” (Valdete Souto Severo: Doutora em Direito do Trabalho pela USP/SP e Juíza do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região); A Reforma da Previdência, que propõe que a pessoa humana que tanto lutou com seu suor em prol da sociedade, com seu trabalho, morra e não usufrua de “um prêmio”, de direito, que é sua aposentadoria, pois, segundo alguns estudos, a soma do Tempo de Contribuição + Idade Mínima, homens e mulheres, tenham direito de se aposentarem aos 90 anos de idade. “A proposta apresentada, e que já é objeto de mudanças diante da pressão da sociedade, previa a adoção de uma idade mínima de 65 anos, similar à de países desenvolvidos, desconsiderando as disparidades regionais do Brasil e a idade precoce com que o brasileiro adentra o mercado de trabalho. Além disso, nos países desenvolvidos o trabalhador usufrui por muitos anos de sua aposentadoria, enquanto no Brasil o trabalhador usufrui por pouco tempo de seu benefí-

---

---

**“O servidor público aposentado além de ter que conviver com tantas misérias que surgem a partir do recebimento do primeiro dinheiro de aposentado, ainda sofre com o “carimbo de inativo”**

---

---

**“A história tem insistentemente demonstrado que sem direitos trabalhistas não há consumo, não há concorrência saudável e, por consequência, não há como sustentar um sistema capitalista de produção.”**

cio. O projeto também aumenta de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição para o trabalhador requerer sua aposentadoria. O problema é que, dado o enorme mercado informal e a rotatividade no mercado formal de trabalho, a maioria dos trabalhadores alcança a idade de 65 anos sem conseguir comprovar os 25 anos de contribuição. Caso consiga comprovar os 25 anos, o trabalhador receberá apenas 76% do benefício que teria direito, tendo que contribuir por 49 anos para receber o valor máximo.” (Paulo Teixeira: Advogado e deputado federal pelo PT-SP; Guilherme Mello: Economista e professor da Unicamp); Reforma Tributária, que propõe a melhoria da qualidade de vida de uns poucos, uns poucos privilegiados, empresários, industriais, donos das grandes fortunas. Além de tornar o pobre mais pobre com o aumento de impostos e o “aborto direitos”, constitucionais, sociais e fundamentais. “Para compreender a regressividade e a progressividade é necessário avaliar as bases de incidência econômica, que são: a renda, a propriedade, a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços. Conforme a base de incidência, os tributos são considerados diretos ou indiretos. Os tributos diretos incidem sobre a renda e o patrimônio, porque, em tese, não são passíveis de transferência para terceiros. Esses são considerados

impostos mais adequados para a questão da progressividade. Os indiretos incidem sobre a produção e o consumo de bens e serviços, sendo passíveis de transferência para terceiros, em outras palavras, para os preços dos produtos adquiridos pelos consumidores. Eles é que acabam pagando de fato o tributo, mediado pelo contribuinte legal: empresário produtor ou vendedor. Como o consumo é proporcionalmente decrescente

em relação à renda, conforme ela aumenta prejudica mais os contribuintes de menor poder aquisitivo. Com isso, a população de baixa renda suporta uma elevada tributação indireta, pois mais da metade da arrecadação tributária do país advém de impostos cobrados sobre o consumo, o que não é alterado pela proposta de reforma tributária ora apresentada.” (Evilásio Salvador: Assessor de Política Fiscal e Orçamentária do Inesc).

---

**Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (MTE)**

# Tese: Valorização e formação dos Professores

A formação e atualização torna-se necessário e urgente para o professor, pois as informações chegam com enorme velocidade e a cada momento com o avanço das novas tecnologias e das novas descobertas científicas, correndo o risco de nossas informações tornar-se obsoletas. O que temos visto e que os governos investem pouco ou quase nada (tendo em vista os nossos salários e o pouco número de universidades federais e estaduais e as mesmas com cursos que tem pouco a oferecer). Estes mesmos governos usam os meios de comunicação e fazem propaganda

---

---

**“Na verdade a nossa categoria agoniza acuada”**

alardeando que está tudo bem na educação mostrando a imagem de professores e alunos felizes e satisfeitos. Na verdade, a nossa categoria agoniza acuada. Os cursos, palestras e outros meios de formação e de atualização dos professores, oferecidos pelos governos, pouco acrescentam na nossa formação continuada (gasta-se muito dinheiro ou usam para justificar a verba recebida). A qualidade destes tipos de formação e capacitação está comprometida, pois muitas vezes faltam incentivos reais e os professores trabalham além da sua carga horária de traba-

lho. Corremos o risco de entrarmos em sala de aula e os alunos estarem mais bem informados do que nós profissionais da educação.

Princípios para uma boa formação e atualização do professor

- Formação acadêmica, completa, consciente e atualizada, e não apenas superficial. Investimentos na ampliação da oferta de cursos nas universidades com vistas a ampliação dos níveis de formação do professor.
- Criação de bibliotecas e salas de leitura voltadas para a formação do professor.

---

**Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (MTE)**



# XV CONGRESSO DEVE HOMENAGEAR AS APOSENTADAS E OS APOSENTADOS DO SEPE

A história do SEPE se confunde com a história de grande número de aposentadas e aposentados de nossa categoria.

Este Congresso, portanto, deve proclamar e reverenciar aqueles e aquelas que deram parte significativa de suas vidas e especialmente gastaram sua própria juventude para que a SEP se tornasse o SEPE combativo e simbólico das lutas em defesa dos Profissionais da Educação e da Educação Pública de Qualidade.

Com sofrimentos e tristezas pelas derrotas impostas pelos governos; com estresses pelas disputas internas de ideias e de espaços, próprias de um sindicato heterogêneo e democrático como o nosso, geralmente dolorosas; pelas perdas de companheiras e companheiros que nos

deixaram ainda no calor dos embates; por outro lado, com muitas alegrias e emoções pelas vezes que caminhamos no caminho certo e que travamos o bom combate.

É precioso, por isso, oferecer este Congresso e suas valiosas decisões, àqueles e àquelas que hoje, frente às políticas nefastas dos governos de plantão, são as pessoas que mais sofrem com os ataques aos direitos conquistados e à própria sobrevivência pessoal, especialmente as mulheres, em grande parte, responsáveis por suas famílias.

## **Neste sentido, vimos reafirmar as seguintes propostas para o Estatuto:**

Que seja uma prática a presença d@s

aposentad@s nas decisões e instâncias do Sindicato (Conselhos de Representantes e Deliberativos, Comissões de Negociações);

Que seja obrigatória a existência da Secretaria de Aposentad@s na direção de Núcleos, Regionais e Direção Central;

Que a Secretaria de Aposentad@s seja preenchida por um@ aposentad@;

Que além das assembleias específicas para a eleição de delegad@s ao Congresso, @s aposentad@s possam ser eleit@s em sua escola de origem ou em outra que o acolher.

Todas e todos vocês serão nós, amanhã. Estejamos junt@s, agora!

## **Assinam essa tese:**

### **Assinam essa tese:**

**Barra Mansa:** Mateus Werneck (SEPE BM); Pedro Ney Maximiliano (SEPE B.M.); Camila Andrade de P Diniz (SEPE BM); Cláudio Silvestre;  
**Belford Roxo:** Profº Áfranio Gonçalves; Prof. Maria Jose Carvalho (Prof. Zeze); Jorgete Feliciano/Aposentada; Profº Leo Manso; Profª Tania Santos; Profº Mauricio Cardoso; Verônica Lima;  
**Campos:** Natália Tavares Diniz  
**Duque de Caxias:** Profª Florinda Lombardi/Aposentada; Profª Cilda Sales; Profº Marcelo Martins de Farias/aposentado/Rio; Bruno Camera do Nascimento; Marcia Macedo; Vera Nepomuceno; Washington Williams;  
**ITABORAÍ:** Elaine Almeida; Jocilane Vargens; Kátia Beatriz Dias; Luisa Rosati;  
**Macaé:** Profª. Roberta Maiane; Profº. Alexandre Elias; Profª Tânia Graniço – Aposentada; Profª Natália Luz; Profª Sabrina Luz; Profº Rafael

**Pereira Borges;** Luiz Carlos Machado; Gleidson Fernando R Santos,  
**Niterói:** Profº Sérgio Bruno Alves Perdigão; Danielle Bornia, Agente Administrativo; Profº Anderson Cunha; Profª Rejany Lopes de Oliveira; Profª Lilian Azevedo; Profª Gleicimar Gonçalves de Lima; Profª Renata Pacheco Marins; Profª Camila Coutinho; Profª Mônica Gonçalves; Marcelo Loreto; Elisangela dos Santos Pereira (merendeira)  
**Nova Iguaçu:** Jeferson Eduardo Romano  
**Petrópolis:** Hugo Duarte  
**Piraí:** Erlon Couto.  
**Rio de Janeiro:** Julio Condaque (FAETEC);  
**Regional 1:** Alex Trentino; Haroldo Teixeira; Thiago Hasten; Maria Marlene; Robson Carvalho; Ana Maria; Daniel Luiz; Luiz Cesar; Carla; Alfredo; Zé Luiz; Mônica Aquino  
**Regional 3:** Renan Moraes; Gualberto Tinoco Piteú; Rosidalva Mendonça (Rosi); Igor Conde; Edna Felix;

**Regional 4:** Gellian Moreira; Samantha Guedes; Fernando Machado Filho; Claudilene da Silva Neves, Susana Gutierrez; Nadja Cristina M. S de Carvalho; Jessica Nascimento P Cunha; Oneida Aparecida Silva; Mariana Rangel;; Nanci Bermudes; Andrea Silva de Oliveira; Miguel Malheiros; Maristela Abreu, Beth Estaneck  
**Regional 6:** Felipe Campos; Gustavo Kelly;  
**Regional 7:** Larrissa Accioly Chometon  
**São Gonçalo:** Profª Dayse Oliveira; Prof. Roberto Baeta, Profª Judy Helen Rodrigues  
**São João de Meriti:** Geovani Pereira  
**Teresópolis:** Rosangela Alves de Castro; Rodrigo da Silva Melo;  
**Valença:** Júlia Ribeiro  
**Volta Redonda:** Isabel Fraga de Paula; Geraldo Henrique Honório (SEPE VR) aposentado; Juliete Guarino Dutra; José Geraldo da Silva (SEPE) VR; Mônica Teixeira Corrêa; Cláudio Luiz Silvestre; Dalila Rodrigues dos Santos;

# PARA QUE O SEPE JAMAIS ESQUEÇA DE SUAS RAÍZES

Dentre os objetivos do XV Congresso Ordinário do SEPE/RJ, destacamos dois que a nosso ver, marcaram os primeiros 40 anos de nossa entidade e que sempre estarão no centro de nossos embates contra os governos. São eles, o de:

“...\*elaborar estratégias e formas de luta que façam frente a desestruturação da Educação Pública e dos Movimentos Sociais pretendida pelos governos...”

&

“...\*avaliar e propor a organização do sindicato e da categoria de forma a garantir a democracia interna, a transparência e dar consequências ao Plano de Lutas...”

Capítulo 1-Dos Objetivos/XV Congresso Ordinário do SEPE/RJ.

Aqui, nos cabe apenas propor:

Regulamentar o uso do Fundo de Greve do SEPE/RJ;

Que seja destinado 1% dos recursos brutos do SEPE/RJ a cada uma das Secretarias ligadas a Movimentos Sociais destacadas a seguir:

-Secretaria de Funcionários;

-Secretaria de Aposentados;

-Secretaria de Cultura e Formação Sindical e Assuntos Educacionais;

-Secretaria de Saúde e Direitos Humanos;

-Secretaria de Combate a Discriminação Racial;

-Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia;

Estes recursos, com transmissão automática, têm sua origem na arrecadação bruta dos núcleos

- que tenham contribuições das Redes Municipais locais – e do Sepe Central a serem recolhidos em contas específicas;

Que os recursos oriundos das contribuições mensais pagas pelos associados sejam recolhidos através de expedientes autônomos em relação aos Governos Estadual e Municipais, isto é, que seja uma relação exclusiva entre o (a) servidor (a) e seu sindicato, sem a intermediação dos governos;

As defesas, argumentos, brigas, abraços, os afagos e tudo mais que temos direito. Guardamos para o plenário.

E no mais. Um salve a todas e todos que mais parecem “varas-de-marmelo”. Sim, pois envergamos mas não quebramos. E Pra essa mesma gente que mantém um Sepe de Raiz; um beijo carinhoso em vossos corações.

**SALVE OS 40 ANOS DO SEPE/RJ!**  
**SALVE OS 100 ANOS DA REVOLUÇÃO**  
**RUSSA!**

---

**Assinam essa tese:**

**RISCO CLASSISTA**

# TESE ESPECÍFICA DA REDE AUTÔNOMA DE LUTA PELA EDUCAÇÃO (R.A.L.E.) 15º CONGRESSO DO SEPE – RJ – 2017 - Agosto, 2017 MUDANÇAS NO ESTATUTO

A definição de estatuto é o conjunto de códigos com significado e valor de norma que estabelece os princípios de funcionamento de uma instituição. Sob a égide classista, um estatuto tem o caráter de cadenciar a organização dos trabalhadores dentro de parâmetros estabelecidos pelo campo da democracia operária. Portanto, o estatuto do SEPE deve ser um instrumento vital, não uma peça de ficção. Por exemplo, não se aproxima da Constituição Federal, burguesa, usada para limitar direitos, referendar desigualdades e reafirmar as opressões do Estado.

O estatuto do SEPE precisa ser uma peça textual viva, o conjunto de encaminhamentos estabelecidos pelo corpo de base da categoria. Destarte, deve refletir o engendramento da classe e propiciar o funcionamento da democracia operária na instituição, viabilizando seu amplo desempenho.

Não especulamos uma peça ficcional, de narrativa bem-feita, mas intangível. Ao contrário, refletimos sobre uma peça pragmática e esboçada democraticamente.

Não é o que acontece atualmente. Talvez o atual estatuto até tenha sido esta peça há décadas. Talvez este conceito tenha sido o vértice ao ser elaborado. Contudo, os que vivenciam a luta e a organização sindical minimamente já perpassaram por algum aspecto de obsolescência do estatuto do SEPE. Desta forma, entendemos que alterações, acréscimos e supressões devem ser feitas. A ver:

## Art 9

IV – O sócio, ocupante do cargo de direção do Sindicato, perderá o mandato se descumprir deliberações dos fóruns da categoria.

Parágrafo Único – Nos casos dos incisos II, III e IV, o Conselho de Ética deverá ser convocado em um prazo mínimo de 10 (dez) e no máximo de 30 (trinta) dias, e no qual será assegurado ao associado amplo direito de defesa.

## Art 12

V – Coordenação Estadual

VI – Conselho de Ética

VII – Conselho Fiscal

## Art 14

V – eleger o Conselho de Ética do SEPE RJ

Art. 16 – O CEO (Congresso Estadual Ordinário) se reunirá de 3 em 3 anos.

Art 19 – suprimir ...ou, pelo Conselho Deliberativo...

Art 20 – A Conferência Estadual ocorrerá ordinariamente de 3 em 3 anos, em ano posterior às eleições do SEPE, podendo ser convocada, também extraordinariamente, pelas seguintes instâncias:

Art. 24 –suprimir ...a eleição e posse da diretoria estadual,...

Art. 26 – A AGO será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de ampla divulgação e publicação nas unidades de ensino e veículos de comunicação físicos e digitais do sindicato.

Art 28 – As assembleias são soberanas em suas decisões, desde que não contrariem o presente estatuto e as decisões do Congresso e da Conferência, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos sócios presentes.

## Art 30

Parágrafo Único – A pauta da AGE deverá ser divulgada nos veículos de comunicação do SEPE após a reunião de Direção, podendo ser alterada pela AGE.

## Art 32

§ 1º - Para cada reunião do Conselho Deliberativo, seus membros serão eleitos na reunião de núcleos e regionais, no Conselho de Representantes

de núcleos e regionais e na reunião de Coordenação Estadual que antecederem o Conselho Deliberativo.

§ 2º - Os conselheiros devem considerar as decisões das assembleias locais em que foram eleitos.

§3º - Os conselheiros devem apresentar as atas das assembleias em que foram eleitos.

Art. 35 – Os conselheiros de base serão eleitos no Conselhos de Representantes de Escolas imediatamente anterior à reunião do Conselho Deliberativo.

§ 2º - Além dos três primeiros conselheiros, cada Conselho de Representantes terá direito a indicar um representante a mais para cada 10 (dez) ou fração superior a 5 (cinco) escolas organizadas no Conselho.

§ 3º - suprimir

Art. 38 – suprimir

Art. 40 – A Diretoria Estadual será composta por 5 (cinco) membros de cada núcleo e regional, eleitos em assembleia local, com mandato de um ano, distribuídos uniformemente, em sua primeira reunião, em um colegiado formado por Comissão de Coordenação Geral; Comissão de Coordenação da Capital; Comissão de Coordenação do Interior; Comissão de Funcionários Administrativos; Comissão de Aposentados; Comissão de Cultura, Formação Sindical e Assuntos Educacionais; Comissão de Assuntos Jurídicos; Comissão de Imprensa e Comunicação; Comissão de Saúde e Direitos Humanos; Comissão de Finanças; Comissão de Gênero e Combate à Homofobia; e Comissão de Combate à Discriminação Racial. Após um ano os membros deverão ter suas indicações reconfirmadas ou revogadas, com nova escolha, em suas assembleias locais.

Parágrafo Único – O mandato das direções de núcleos e regionais terá duração de 3 (três) anos.

## Art 42

IV – organizar a elaboração do projeto de orça-

mento participativo anual, remetendo-o ao Conselho Fiscal, cujo parecer será avaliado pelo Conselho Deliberativo, que deverá avaliá-lo em sua primeira reunião anual;

V – reunir-se em sessão plenária ordinária quinzenalmente ou em sessões extraordinárias sempre que necessário;

VII – assegurar o bom andamento das diversas comissões de trabalho e departamentos, observando se os trabalhos ferem normas estatutárias ou programáticas, decisões do Conselho Deliberativo, de Assembleia, de Conferência ou de Congresso, casos em que os impasses havidos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo;

Art. 53 – suprimir ...com mandato de 2 (dois) anos,...

Art 61

I – a unidade escolar com até 20 (vinte) servidores elegerá 1 (um) representante.

II – a unidade escolar com mais de 20 (vinte) servidores elegem 1 (um) representante para cada 20 (vinte) ou fração superior a 10 (dez) servidores; e

Art 62 – suprimir ...a Diretoria Estadual...

Parágrafo Único – suprimir ...estadual, de núcleos e regionais...

Art 64

III – suprimir ...para idêntico cargo não se tornando impedimento sua candidatura para outro cargo que não tenha sido ocupado por este nas duas últimas diretorias.

Parágrafo Único

suprimir item a)

Art 66

§6º

d) Membros da Comissão de Ética.

Art 81 – Fica estabelecido como critério para distribuição de licenças da rede estadual (serve como base para se reivindicar dos governos municipais): ½ (meia) licença para cada 400 (quatrocentos) trabalhadores na base.

Art 82

d) Caberá a Assembleia decidir sobre a continuidade ou não da licença sindical, a partir da avaliação apresentada pelo Conselho de Ética.

**“A cada novo golpe contra o muro que nos foi imposto, uma nova rachadura nascerá, até que o muro inteiro desabe ao chão”.**

---

## Assinam essa tese:

**REDE AUTÔNOMA DE LUTA PELA EDUCAÇÃO (R.A.L.É.)**

# TESE ESPECÍFICA DA REDE AUTÔNOMA DE LUTA PELA EDUCAÇÃO (R.A.L.E.) 15º CONGRESSO DO SEPE – RJ – 2017 - Agosto, 2017 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO CONTEXTO PRÉ E PÓS REVOLUÇÃO RUSSA NO BRASIL

Os partidos políticos que compõem os sindicatos brasileiros fazem questão de ignorar sua história. Não é um esquecimento espontâneo, é proposital. É disseminada a falsa idéia de que o movimento sindical no Brasil só alcançou alguma relevância com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Esse sofisma legitima a crença de que partidos políticos e sindicatos são as duas faces da mesma moeda. Não são.

Acreditamos que a categoria precisa conhecer a história dos sindicatos brasileiros para acumular subsídios que contribuam para a construção de um sindicato forte e combativo. Assim, nossa tese, entre outros objetivos, pretende um breve resgate histórico sobre o movimento sindical brasileiro.

Em 1889 aconteceu a proclamação da República e com ela surgiu uma nova concepção de relacionamento entre o cidadão e o Estado brasileiro. Entre 1889 e 1930 muitos sindicatos brasileiros se organizaram através do sindicalismo revolucionário. Nele trabalhadores de várias matizes ideológicas se organizavam em sindicatos que utilizavam estratégias anarquistas para enfrentar o poder dos patrões encastelados no governo.

As estratégias do sindicalismo revolucionário eram ação direta, propaganda pela ação, auto gestão dos sindicatos organizados horizontalmente, greves da categoria e a greve geral. A greve geral era um princípio organizativo no qual diversas categorias entravam em greve por tempo indeterminado, paralisando a produção do país, levando-o ao colapso financeiro e, assim, o capitalismo entraria em crise e seria derrubado.

Atualmente o termo “greve geral” tem sido manipulado por sindicatos organizados por centrais sindicais, comandadas por partidos políticos. Tais partidos possuem o único objetivo político partidário de enfraquecer o governo Temer com paralisações em um único dia, pavimentando o caminho para o Partido dos Trabalhadores reconquistar o poder nas eleições em 2018.

Os militantes anarquistas nos sindicatos bra-

sileiros não acreditavam na organização dos trabalhadores através de partidos políticos. Pois o partido político pretende a conquista do poder, governar e usufruir dos privilégios do poder. Portanto a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, de trabalho e de superação das contradições do capitalismo deixaria de ser a prioridade para os partidos políticos.

Os interesses dos partidos políticos se sobrepõem aos interesses dos trabalhadores. As atas dos três congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e de 1920 aconselhavam profeticamente os trabalhadores a não se organizarem através de partidos políticos.

Nos primeiros anos do século XX, o sindicalismo revolucionário não era a única forma de organização dos sindicatos brasileiros. Existiram os sindicatos amarelos, ou pelegos, que acreditavam na conciliação de classes e na negociação com os patrões. Surgiram alguns partidos socialistas em São Paulo e no Rio de Janeiro, que se propuseram a organizar os trabalhadores brasileiros em sindicatos porém tiveram uma trajetória efêmera.

O fato é que durante as três primeiras décadas do século XX, o sindicalismo revolucionário foi o principal e o mais combativo paradigma de luta sindical no Brasil contra as inóspitas condições de vida e de trabalho do referido período.

Em 1917 aconteceu a Revolução Russa, fato que influenciou o movimento operário internacional e brasileiro. A revolução bolchevique despertou euforia nos sindicatos revolucionários brasileiros. Tal fato foi interpretado positivamente, pois resultou no fim do capitalismo na Rússia. Foi saudada com entusiasmo, embora algumas lideranças sindicais anarquistas pedissem cautela para com o novo governo revolucionário russo.

As greves gerais, a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro, a brutal repressão governamental contra os sindicatos brasileiros comprovam que os sindicatos revolucionários ficaram ainda mais fortalecidos enquanto instrumentos de luta operária.

A força e a influência da Revolução Russa no Brasil confundiram e fortaleceram as organizações anarquistas que atuavam no país.

Tal fortalecimento foi representado pela criação de um efêmero partido comunista em 1919, impregnado da ideologia anarquista. Este fato demonstra que muitos militantes libertários consideraram a possibilidade de conquista de poder pelo proletariado através do modelo revolucionário bolchevique.

As elites dominantes no Brasil gradativamente criaram eficientes mecanismos de repressão contra o proletariado organizado pela ideologia ácrata. A repressão era forte nos primeiros anos do século XX. Foram criadas leis que legitimavam a repressão aos militantes anarquistas organizados nos sindicatos, líderes sindicais estrangeiros eram expulsos do país através da lei Adolfo Gordo. As sedes dos sindicatos eram invadidas e destruídas, as tipografias que rodavam os jornais operários eram empasteladas. As associações operárias, os sindicatos eram banidos continuamente.

Os sindicalistas eram perseguidos, presos, torturados e assassinados nas prisões. Em meados dos anos 20 muitos militantes operários foram enviados para morrer na colônia penal da Clevelândia, no norte do país. Dificilmente o preso sobrevivia ao “inferno verde”. Foram enviados para lá principalmente os sindicalistas anarquistas.

O aumento significativo da repressão e violência contra os sindicatos brasileiros demonstrou que a burguesia precisava destruí-los. O fantasma da queda do capitalismo na Rússia assombrava as elites capitalistas de todo o mundo e com o Brasil não foi diferente. Os mecanismos de violência contra os sindicatos brasileiros aumentaram no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) e alcançaram o seu auge durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926).

Em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil foi fundado na cidade de Niterói. Segundo Astrojildo Pereira, foram nove os fundadores do PCB, presentes no congresso de fundação do partido. Desse grupo, sete eram ex-militantes libertários.



A criação do PCB tornou-se um processo singular, pois foi um partido comunista criado por ex-militantes anarquistas influenciados pela revolução bolchevique. O primeiro livro de Marx publicado no Brasil foi O Manifesto do Partido Comunista em 1924. Curiosamente o PCB foi criado sem que nenhum livro de Marx tivesse sido traduzido e publicado no Brasil.

Nos dias atuais é evidente o esgotamento e os limites do sindicalismo corporativista de concilia-

ção de classes reproduzido no SEPE. A opressão do capital aumenta a cada dia e esse modelo sindical decrépito não consegue mobilizar e organizar os trabalhadores.

Passeatas das centrais sindicais são realizadas pagando pessoas para se passarem por trabalhadores organizados pelos sindicatos. Seguranças são contratados por essas centrais sindicais para agredir manifestantes independentes e apartidários presentes nas manifestações de rua.

Atualmente grupos anarquistas estão novamente ganhando força política em diversas partes do mundo. Nos sindicatos brasileiros estão surgindo gradativamente coletivos anarquistas contribuindo para fortalecer a combatividade da luta dos trabalhadores contra a opressão capitalista.

**“A cada novo golpe contra o muro que nos foi imposto, uma nova rachadura nascerá, até que o muro inteiro desabe ao chão”.**

---

## **Assinam essa tese:**

**REDE AUTÔNOMA DE LUTA PELA EDUCAÇÃO (R.A.L.É.)**

# Tese: Em defesa do FIM dos Sábados Letivos

“Todo o homem recebe duas espécies de educação: a que lhe é dada pelos outros, e, muito mais importante, a que ele dá a si mesmo.” (Edward Gibbon) A educação é algo muito especial pra ser tratada como “coisa qualquer”. Patrões e governantes esquecem, em muitos casos concretos, que “empregado” e servidor também são pessoas humanas, seres humanos, com sentimentos, desejos, qualidades e defeitos. A pessoa do educador, o alunado, a família do educador e do alunado, além dos demais trabalhadores da educação, precisam ser respeitados, considerados, até mesmo homenageados por seus protagonismos. Sem as pessoas que são os protagonistas da educação não existe educação. Educação não é parede, não é papel, não são ideias “vazias”, “transcendentes”, “utópicas sem esperanças” de realizações de fato e até mesmo de direito. “A vida deve ser uma constante educação.” (Gustave Flaubert) A bandeira da educação precisa ser a arma de uma vida melhor, mais plena, abundante em toda a sua complexidade. Ter vida digna, ser uma pessoa digna, passa, principal e fundamentalmente, por uma educação de qualidade, uma qualidade muito mais forte do que a qualidade proposta por empresas, indústrias, comércio e até mesmo proposta pelo “imaginário popular”. “A educação integral pressupõe uma escola viva, que esteja concatenada a realidade em que está inserida, objetivando que esta escola não atue apenas intramuros, mas que viva em completa simbiose com a comunidade que a permeia.” (Jeovany Machado dos Anjos) Entender a educação como algo especial para a vida da pessoa humana é entender a própria vida humana. Não apenas em “teses academicistas” ou em “teses utópicas”. A pessoa humana quer muito mais do que coisas: Ela quer direitos e direitos fundamentais para dar sentido a sua própria existência. “A escola da experiência é a mais educativa.” (Molière) O sentido da escola e da própria sala de aula são muito mais complexas do que pode alcançar a mente humana. Esta “dupla” precisa estar unida entorno de um único objetivo: fazer educação de qualidade com

garantias de direitos para as pessoas e não para empresas, fabricas, indústrias, mercado, comércio, enfim, tudo o que está além da pessoa humana. A escola precisa ser prazerosa, agradável, com condições físicas perfeitas, onde todos se sintam “gente” e não “números”. É na escola, na sala de aula, que as pessoas convivem parte dos seus tempos, em se tratando do espaço escolar. “Refere-se aos dias do calendário escolar dedicados ao efetivo trabalho escolar, ou seja, às atividades pedagógicas, mesmo fora da sala de aula, necessariamente relacionadas à disciplina ou área de conhecimento. (...)” (Ebenezer Takuno de Menezes) “Um dia letivo é aquele programado para aula, não importa a quantidade de alunos presentes. (...)” (Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/375/legislacao-define-dia-letivo>) “(...) LDBEN (...) artigo 12, inciso III, cabe as instituições assegurarem o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas. (...) existem (...) dias letivos e horas letivas ou horas-aula, duas categorias importantes do chamado período letivo. (...) hora-aula (...) o espaço de tempo estipulado para o desenvolvimento de uma aula, isto é o período em que o professor desempenha atividade docente com os alunos, em grupo ou individualmente. Em geral, a duração de cada Hora-aula é de 50 minutos. (...) dia letivo (...) duas acepções (...) trabalho escolar efetivo. (...) prescreve a LDBEN, que o dia letivo não compreende aqueles reservados às provas finais ou resultados de recuperação. (...) compreende que o dia letivo é aquele em que os alunos ocupam seu tempo em atividades relativas ao desenvolvimento do currículo, na escola ou fora dela (visitas, excursões ou viagens, desde que devidamente planejadas. Assim, quando o professor vai à escola, mesmo não ministrando horas-aulas, está ministrando (observe que estou repetindo o verbo no gerúndio) seus dias letivos. (...)

**“A vida deve ser uma constante educação.”**  
**(Gustave Flaubert)**

**“Ser contrários aos SÁBADOS LETIVOS é ser favorável aos que fazem, e querem fazer, Educação com Qualidade, uma Qualidade mais relevante do que a outra.”**

O artigo da 13, da LDB, diz, entre as incumbências dos docentes (a rigor, os professores com cargos públicos ou contratados segundo as normas trabalhistas da CLT) está a de ministrarem “dias letivos e horas-aulas estabelecidos (...)” Numa exegese simples, significa que os docentes devem ministrar os dias letivos, dentro ou fora do estabelecimento de ensino, com ou sem a presença dos alunos, como no caso do tempo de preparação para suas atividades didáticas em sala de aula. De outro modo, aos docentes deve ser assegurada a tarefa de ministrar horas-aula, dentro ou fora também dos estabelecimentos de ensino, sendo que, neste caso, unicamente nesta situação, com a presença obrigatória dos alunos.” (Vicente Martins) Sábado letivo, existindo, é para “professor regente de turma” apenas, os demais servidores não precisam registrar presença pois “não preenchem diário de classe com avaliações e frequências”. Sábado letivo é apenas para aluno. O professor tem uma carga horária semanal, se ele cumpre esta, não precisa “fazer um extra”. Qual é a disciplina obrigatória para trabalhar no sábado letivo? Sábado letivo é para repor feriados, greves e outras. Pensar que o sábado letivo “não é obrigatório”, tanto pra alunos quanto para professor, é entender que o mercado não pode ser mais importante do que a pessoa humana. Nossa Constituição Federal, nossas normas dos tribunais e nossas leis, desde os seus processos de construção, já asseguram o respeito a dignidade da pessoa humana, dentro de um estado democrático de direito. Ser contrários aos SÁBADOS LETIVOS é ser favorável aos que fazem, e querem fazer, Educação com Qualidade, uma Qualidade mais relevante do que a outra. Patrões, governantes, “povo dos tribunais”, Ministério Público, legisladores, e outros, precisam entender que só existiram uma Educação no sentido completo da palavra se os “outros mortais” forem valorizados, e não apenas uma valorização salarial, uma total valorização do trabalho do cidadão que tanto contribui para o crescimento desta sociedade.

**Assinam essa tese:**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (MTE)**

# Funcionários de escola, para onde iremos?

Vivemos uma política educacional de um país que tem privilegiado a desqualificação do profissional da educação. Os funcionários de escola tal como: merendeiras que na verdade não são, pois nas escolas das redes estaduais e municipais são confeccionadas refeições completas com cardápios, agentes educadores, serventes entre outros, vem sofrendo com a terceirização do trabalho, baixos salários e ao adoecimento. A luta desses trabalhadores tem sido árdua para com os governos, que não reconhecem que a educação é um processo construído a partir das relações sociais que são estabelecidas no interior das unidades escolares. Esta política longe de resolver os problemas criados a partir da implementação do neoliberalismo aprofunda ainda mais a crise da educação pública. As pequenas vitórias que os funcionários haviam conquistado no início da década de noventa sofre uma brutal derrota. Com isso, umas séries de cargos estão sendo extintas e as funções determinadas a eles são impostas aos que restam nas escolas públicas, sobrecarregando estes profissionais por não realizarem concurso público, mantendo péssimas condições de trabalho e os levando ao adoecimento. Vivemos um processo muito cruel no Estado com o fim dos cargos públicos. A terceirização é um mecanismo usado pelo governo para explorar o trabalhador, prova disso é que os empresários contratam mão-de-obra insuficiente visando tão somente o lucro e atrasando o pagamento dos salários. Nós funcionários de escola somos contra a terceirização!!! Por esse motivo não podemos aceitar que o

governo acabe com os funcionários concursados que contribuem efetivamente por uma educação pública de qualidade.

## VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

Essa categoria vem através do governo não recebendo a sua devida valorização mesmo se esforçando em cumprir as tarefas colocadas pelas necessidades impostas. A única maneira de valorizar o ensino público é ter uma política que aumente as verbas, que construa novas escolas, que garanta concurso público, autonomia pedagógica, que melhore os salários dos educadores e que garanta um plano de carreira unificado.

## PLANO DE LUTAS

Para que a escola de conta de suas tarefas e não se transformem em um terreno não-fértil, é necessária uma recomposição das equipes de trabalhadores com seus respectivos cargos e funções. Para isso o concurso público é fundamental. Assim como o fim da terceirização, o desvio de função, as trinta horas de trabalho, mas isso só não basta é preciso recuperar os cargos que já foram extintos. Precisamos de um servente para cada dez alunos, uma merendeira para trinta refeições; um agente educador para cada cinquenta alunos; um agente administrativo para cada cem alunos. Em escolas com até quinhentos alunos por turno precisamos de um (a) bibliotecária, um (a) secretária; um (a) bombeiro hidráulico; um

(a) eletricista; dois porteiros.

Também é necessário fazer justiça e mudar a nomenclatura do cargo de merendeira para cozinheira escolar. Estes profissionais já realizam tarefas típicas desta atividade profissional, muitas dessas (o) vem sofrendo com a readaptação por motivo de doença adquiridas por falta de condição de trabalho e falta de concurso público, por isso lutamos por: concurso público que supra todas as carências dos funcionários, piso de três salários e meio, defesa da estabilidade, 30 horas semanais, fim da terceirização e contratos, o reconhecimento do papel de educador do funcionário, por um plano de carreira unificado para todos os educadores, que os funcionários possam participar da eleição da escola. Em defesa da escola pública, laica, democrática, gratuita e de qualidade.

O SEPE é um sindicato dos profissionais da educação pública que no ano de 2017 completa 40 anos e 30 anos de unificação com os funcionários de escolas, precisa aprofundar o debate em relação aos funcionários, pois vivemos momentos difíceis onde sofremos ataque de toda ordem, descumprem planos de carreiras, mexem nas nossas aposentadorias, não reconhecem a doença funcional, nos submetem ao assédio moral de todas as formas nos locais de trabalho. A única forma que conhecemos para mudar esse quadro que hoje assola todos os profissionais da educação é através da luta, e precisamos resgatar e organizar curso de formação política para os funcionários, fortalecer essa categoria que muito lutou e luta para que o nosso sindicato seja, cada vez mais de luta.

## Assinam essa tese:

**Elisangela dos Santos Pereira (Merendeira, UMEI Professor Irio Molinari), Gellian da Silva Domingos Moreira (Merendeira, Escola Municipal Professor Carneiro Ribeiro), Janaina Rosaria Merendeira (Escola Municipal Walt Disney), Cristiane Carvalho (Merendeira), Paula Pinho (Merendeira).  
Barra Mansa: Mateus Werneck (SEPE BM); Pedro Ney Maximiliano (SEPE B.M.); Camila**

**Andrade de P Diniz (SEPE BM); Cláudio Silvestre;  
Belford Roxo: Profº Áfranio Gonçalves; Prof. Maria Jose Carvalho (Prof. Zeze); Jorgete Feliciano/Aposentada; Profº Leo Manso; Profª Tania Santos; Profº Mauricio Cardoso; Verônica Lima;  
Campos: Natália Tavares Diniz  
Duque de Caxias: Profª Florinda Lombardi/**

**Aposentada; Profª Cilda Sales; Profº Marcelo Martins de Farias/aposentado/Rio; Bruno Camera do Nascimento; Marcia Macedo; Vera Nepomuceno; Washington Willians;  
ITABORAÍ: Elaine Almeida; Jocilane Vargens; Kátia Beatriz Dias; Luisa Rosati;  
Macaé: Profª. Roberta Maiane; Profº. Alexandre Elias; Profª Tânia Graniço – Aposentada; Profª Natália Luz; Profª Sabrina Luz; Profº Rafael**

Pereira Borges; Luiz Carlos Machado; Gleidson Fernando R Santos,  
Niterói: Prof<sup>o</sup> Sérgio Bruno Alves Perdigão;  
Danielle Bornia, Agente Administrativo;  
Prof<sup>o</sup> Anderson Cunha; Prof<sup>a</sup> Rejany Lopes de Oliveira; Prof<sup>a</sup> Lilian Azevedo; Prof<sup>a</sup> Gleicimar Gonçalves de Lima; Prof<sup>a</sup> Renata Pacheco Marins; Prof<sup>a</sup> Camila Coutinho; Prof<sup>a</sup> Mônica Gonçalves; Marcelo Loreto; Elisangela dos Santos Pereira (merendeira)  
Nova Iguaçu: Jeferson Eduardo Romano  
Petrópolis: Hugo Duarte  
Piraí: Erlon Couto.  
Rio de Janeiro: Julio Condaque (FAETEC);

Regional 1: Alex Trentino; Haroldo Teixeira; Thiago Hasten; Maria Marlene; Robson Carvalho; Ana Maria; Daniel Luiz; Luiz Cesar; Carla; Alfredo; Zé Luiz; Mônica Aquino  
Regional 3: Renan Moraes; Gualberto Tinoco Piteú; Rosidalva Mendonça (Rosi); Igor Conde; Edna Felix;  
Regional 4: Gellian Moreira; Samantha Guedes; Fernando Machado Filho; Claudilene da Silva Neves, Susana Gutierrez; Nadja Cristina M. S de Carvalho; Jessica Nascimento P Cunha; Oneida Aparecida Silva; Mariana Rangel; Nanci Bermudes; Andrea Silva de Oliveira; Miguel Malheiros; Maristela Abreu, Betth Estaneck

Regional 6: Felipe Campos; Gustavo Kelly;  
Regional 7: Larrissa Accioly Chometon  
São Gonçalo: Prof<sup>a</sup> Dayse Oliveira; Prof. Roberto Baeta, Prof<sup>a</sup> Judy Helen Rodrigues  
São João de Meriti: Geovani Pereira  
Teresópolis: Rosangela Alves de Castro; Rodrigo da Silva Melo;  
Valença: Júlia Ribeiro  
Volta Redonda: Isabel Fraga de Paula; Geraldo Henrique Honório (SEPE VR) aposentado; Juliete Guarino Dutra; José Geraldo da Silva (SEPE) VR; Mônica Teixeira Corrêa; Cláudio Luiz Silvestre; Dalila Rodrigues dos Santos;

**TESE ESPECÍFICA PARA O COMBATE AO RACISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA – GT DE COMBATE ÀS OPRESSÕES- SEPE-NITERÓI: POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA E MILITÂNCIA SINDICAL ANTIRRACISTA**

# **Conjuntura e Educação Antirracista**

**CONJUNTURA NACIONAL COM UM NOVO OLHAR SOCIALISTA, ARTICULANDO RACISMO E MARXISMO:**

*“O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado à ferro”.*  
Karl Marx

**A CONJUNTURA NACIONAL QUE ESTAMOS VIVENCIANDO NA ATUALIDADE EM NOSSO PAÍS, TEM SE REFLETIDO PRINCIPALMENTE NA PRECARIZAÇÃO AINDA MAIS ACIRRADA, DA VIDA E DO TRABALHO DA POPULAÇÃO NEGRA (E DE ORIGEM INDÍGENA) \_ EM TODAS AS SUAS ORIENTAÇÕES OU INTERSECCIONALIDADES-, NOS FAZENDO PERCEBER O QUANTO O PENSAMENTO DE KARL MARX, QUE ARTICULA RACISMO E SOCIALISMO, NOS PERMITE ANALISAR DE FORMA AINDA MAIS APROFUNDADA, COMO O CAPITALISMO É OPRESSOR, EXCLUDENTE, RACISTA, HETEROPATRIARCAL, SEXISTA E XENOFÓBICO. PRINCIPALMENTE NESSE CAPITALISMO NEOLIBERAL EM QUE O ESTADO SE DEFINE COMO MÍNIMO PARA A POPULAÇÃO EMPOBRECIDA**

**– E QUE TEM COR (ESPECÍFICA) EM NOSSO PAÍS – E MÁXIMA, PARA OS INTERESSES DO CAPITAL – BANCÁRIOS, GRANDES EMPRESAS, AGRONEGÓCIO, TRANSNACIONAIS - E PARA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE POLÍTICOS CORRUPTOS. PORTANTO, ESSA ARTICULAÇÃO AO ANALISAR A NOSSA CONJUNTURA NACIONAL, NUNCA FOI TÃO URGENTE E TÃO NECESSÁRIA EM NOSSO PAÍS. TAMBÉM PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SOCIALISMO E DE UM SINDICALISMO, PLENAMENTE, ANTIRRACISTA**

Como afirma Angela Davis, Abdias Nascimento, Steve Biko, Malcon X, o Racismo financia o Capitalismo, se tornando cada vez mais usurpador e cruel moedor da carne mais barata do mercado: a negra (indígena), que continua sendo torturada, morta, explorada e escravizada em sua força de trabalho.

O Governo ilegítimo temerário, junto com todos os seus comparsas, fecharam um plano “perfeito” de leiloar o Brasil de forma mais eficaz e rápida aos estrangeiros, rifando a nós, trabalhadores brasileiros, principalmente os mais explorados, os negros e os índios, retornando com mais força uma herança escravocrata e um ideário eugenista que insiste em nos inferiorizar, embranquecer, exterminar e escravizar, perpetuando-se em nossa cultura brasileira, em nosso imaginário coletivo enquanto povo.

Esse Racismo à Brasileira que se materializa

dentro das esferas políticas, econômicas e sociais, incluindo a Educação pública, usada como um dos aparelhos ideológicos para a manutenção de privilégios, reproduzindo uma hierarquia racial que se respalda numa benção teológica, numa inferiorização pseudo-cientificizada, numa mítica democracia racial, fortalecida num processo doloroso e complexo de miscigenação, para higienizar a mancha africana de nossos corpos e mentes.

Pautada nesta hegemonia racial, o erroneamente nomeado como “padrinho das mulheres negras”, pela ministra Luis Linda no início desse ano, permite (i)legalmente mercantilizar ainda mais a nossa carne, através de terceirizações, cuja reforma foi aprovada em final de março com ainda menos direitos trabalhistas e também com a escravização moderna, condenando a trabalhar até morrer, reeditando praticamente a “Lei do Sexagenário”, (em que o escravizado-nos negro, só estaria liberto, depois dos 65 anos) numa realidade de expectativa de vida baixa entre os negros (aproximadamente entre 55 e 60 anos). Essa mercantilização de nossas vidas, que se resume em trabalhar até morrer, sem direitos trabalhistas e sem gozar do fundo previdenciário, diz respeito às contrarreformas do Governo impopular de Michel Temer: a Trabalhista (já aprovada) e a Reforma Previdenciária, que ainda irá à votação. Também tem como plano, privar nossos filhos de alcançar qualquer mobilidade social, através do desemprego em massa, dos fechamentos de escolas e ameaças de privatizações das universidades públicas, somadas a já aprovada contrarreforma do Ensino Médio que deixa de



garantir um ensino básico universalista, rasgando a LDB/96.

É o ódio racial e o ódio de classes se institucionalizando cada vez mais. Comprometendo as relações em nossa sociedade brasileira! Que nunca foram cordiais!!!

Já que não podem acabar com as cotas raciais, que faz parte de um programa de ações afirmativas de cunho reparatório, a solução planejada por esses governos golpistas e racistas, é acabar/encerrar/fechar escolas, turmas e turnos inteiros, a solução é privatizar as universidades estaduais e federais e acabar com os concursos públicos.

O Sistema Capitalista, do alto de sua hegemonia racial brasileira, além de nos mercantilizar para as grandes empresas brasileiras e/ou transnacionais e para o agronegócio, que procura recorrer até mesmo as titulações de terras quilombolas, alcançadas em 2003, que correspondem menos de 1% do território nacional. Também nos chacina e nos violenta sexualmente, nós mulheres, negras (e indígenas), reproduzindo uma cultura do estupro e de violência contra as mulheres, reinante e presente desde a tomada de posse das terras brasileiras pelos europeus, colocando o Brasil em 5º lugar no ranking mundial de feminicídios no mundo e em 1º lugar no ranking de assassinatos e violências contra os lgbtt. E a grande maioria dessas pessoas assassinadas e violentadas são negras.

Também intensifica o genocídio negro, quando treina e autoriza a polícia militar, também majoritariamente negra, a matar ou morrer junto aos negros que crescem sem oportunidades e tratamentos iguais nos morros e favelas, criando-se sozinhos, enquanto suas mães e avós negras trabalham até morrer em casas de famílias, como eternas “tias Anastácias”, sem carteira assinada, sem remuneração, sem direito a estudos, sem moradia e sem condições dignas de vida.

É o Sistema Penal brasileiro tão excludente, racista e genocida, como o seu mentor, capaz de aprisionar ‘Rafaéis’, arrastar a carne no asfalto de ‘Claudias’ e atingir ‘Marias Eduardas’, dentro das escolas.

Como resistir coletivamente a tudo isso e subverter essa situação?

### **A CONTRUÇÃO DE UMA MILITÂNCIA SINDICAL AFIRMATIVA E UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:**

A solução é fortalecermos as nossas identidades raciais, capazes de fazer com que negras e negros, em suas interseccionalidades (também mulheres, homens e lgbtt) e numa concepção luterana de combate ao racismo, ao lado de brances que se declaram antirracistas, lutarmos todes juntas, por uma Educação pública de qualidade social realmente inclusiva da diversidade étnica e sexual existente em nossa sociedade brasileira.

A construção de uma Educação Antirracista se faz urgente! Uma Educação pública que implemen-

te as leis: 10.639/03, que foi sancionada graças a luta de vários expoentes e movimentos negros, deve ser sempre lembrada como denúncia, pelos anos que não estão respeitando a sua obrigatoriedade, exatos quatorze anos e a lei 11. 645/08, que amplia a obrigatoriedade de ensino sobre a questão indígena, na Educação Básica, que defendemos aqui que seja ampliada também para as universidades, em suas graduações e pós-graduações. É urgente essa luta, pois para se construir as identidades raciais necessárias e imprescindíveis, que garanta o fortalecimento da população negra em sua solidariedade racial, em seus pertencimentos negros, quanto ao reconhecimento positivado de suas afrocentricidades, de suas negritudes, precisam ver suas memórias salva-guardadas também pelos governos também nas escolas, precisam ver suas histórias e culturas representadas no currículo escolar, conforme nos aponta Beatriz Nascimento, Azoilda Loretto da Trindade, Petronilha Beatriz e Ana Flauzina.

Essa luta é para ontem e é de todes, pois o Capitalismo se mantém através da manutenção do Racismo em nossa sociedade e através das demais opressões, do machismo e da lgbttfobia. O fortalecimento e a construção de uma militância sindical afirmativa, com protagonismo de negras e negros, como uma militância que visa à reparação histórica e política para com negras e negros (e descendentes indígenas), nas esferas de poder sindical dos profissionais da Educação do estado do Rio de Janeiro, SEPE Central e seus núcleos é necessária. Capaz de fortalecer esses atores sociais e políticos, para potencializar e lutar por uma Educação Antirracista, pois se configura como uma das armas mais poderosas que podemos ter, para construirmos coletivamente um novo sistema, uma nova sociedade e uma nova Educação Brasileira, verdadeiramente antirracista, logo contra hegemônica.

Diante de tudo que aqui defendemos, apresentamos as seguintes pautas, que precisamos lutar:

- Pela implementação real das ações afirmativas: a lei 12.999/14, que obrigam a existência de cotas raciais nos concursos públicos, junto à rede estadual e os municípios e as leis 10.639/03 ampliada pela 11.645/08, que obriga sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;

- Construção de uma nova concepção de sindicato dos profissionais da Educação, enquanto espaço de formação e valorização profissional legítimo por natureza;

- Autonomia e protagonismo para negras e negros se organizarem em Secretarias de Combate ao Racismo de modo autogestionário, para a construção de uma militância sindical afirmativa;

- Construção de Grupo de Trabalho de Combate às Opressões no SEPE CENTRAL e em cada núcleo sindical, com protagonismo e poder decisório para com negros e negras, mulheres, lgbtt, entendendo-o como espaço de fortalecimento e resistências específicas de enfrentamento ao Capitalismo, com uma autonomia ancestral próxima aos quilombos;

- Cotas raciais de no mínimo 30% para negras, negros e indígenas na escolha de chapas para as votações referentes às direções colegiadas em cada núcleo e no SEPE-CENTRAL;

- Garantia de creches para as famílias dos militantes deixarem seus filhos enquanto participam das atividades promovidas e realizadas no SEPE-CENTRAL e nos núcleos;

- Construção de bibliotecas específicas sobre as pautas negras, indígenas e as outras opressões em cada núcleo e no SEPE Central, como nome de uma representatividade mulher e negra ou mulher e indígena, para dar visibilidade, afim de subsidiar a formação (continuada) categoria, fomentando práxis educativas antirracistas e discriminatórias;

- Criação de uma Comissão de Ética sobre Questões Raciais, composta pela direção colegiada e dois convidados externos da Academia e/ou movimento negro, que estudam, pesquisam ou militam sobre a questão racial em nosso país. A fim de avaliar as denúncias de racismo no meio sindical. Resultando na apuração dos fatos e, se necessário, na aplicação de sanções;

- Revisão na distribuição/divisão do quantitativo de advogados/jurídico e/ou estagiários para cada núcleo, de modo a integrar o quadro de funcionários, devido ao número de processos de assédios morais motivados por racismo na atualidade.

### **Organização e conceituação do Grupo de Trabalho de Combate às Opressões:**

O grupo de trabalho deverá ser composto por lideranças negras, sendo homens, mulheres ou lgbtts, assim como lideranças de mulheres e lgbtts de outras raças e etnias, principalmente do seio da categoria dos profissionais da Educação pública, assim como, militantes, pesquisadores e intelectuais, lideranças de movimentos negros, sociais, lgbtts, estudantes e de pais e responsáveis que lutam por uma Educação Pública com qualidade social, antirracista, anti-machista e anti-lgbttfóbica, dando total protagonismo e visibilidade a esses sujeitos históricos e políticos que, historicamente, são silenciados e excluídos dos espaços de poder.

O grupo de trabalho deverá ser composto por secretarias representativas, de cada uma das minorias majoritárias que o compõem. Com total respeito ao protagonismo daqueles que sejam lideranças referentes a cada uma das pautas do GT. Que se organizem de modo a respeitarem plenamente as divisões de tarefas e representatividades, independente de serem ou não organizados em linhas político-partidárias, devendo prevalecer à construção de uma identidade e solidariedade coletiva em prol das lutas reivindicadas.

O grupo de trabalho deverá realizar atividades com as mais variadas metodologias para tal, terá que se reunir com periodicidade mensal ou bimestral, de acordo com as demandas, com registro em livro ata das deliberações tomadas, sendo disponibiliza-

dos esses registros e garantida a categoria a participação plena e de todas as construções no seio das reuniões do GT.

As decisões tomadas no GT, inclusive sobre questões financeiras, deverão ser lidas nos espaços deliberativos de assembleias, reuniões ampliadas, dentre outras.

O GT deverá desenvolver, com ampla divulgação junto à categoria:

- Seminários de formação continuada, sobre as pautas relativas às suas lutas;
- Realização de cursos de extensão ou outros, com parceria de universidades e/ou planejados/de-

envolvidos pelo próprio GT;

- Palestras e atividades variadas desenvolvidas junto às escolas, em seus planejamentos ou grupos de estudos;

- Cine- Debate sobre as pautas raciais, feministas e lgbtts, dentro e fora do sindicato, de preferência envolvendo escolas das redes;

- Saraus temáticos e outros eventos culturais em espaços públicos, abertos ou fechados;

- Seminário do Novembro Negro, com duração de um a dois meses ou mais, com um calendário de apresentações, palestras e participações dos integrantes dos GTs nas escolas públicas estaduais e

municipais, sempre abrindo e/ou fechando, com um Seminário de formação ou um Seminário de mostra pedagógica e valorização das práticas educativas dos próprios profissionais da educação das redes públicas, valorados enquanto formadores;

- Participação na parada LGBTTT e outras mobilizações ou encontros;

- Reuniões periódicas com as secretarias municipais e estadual, sobre as pautas raciais, de gênero e diversidade sexual, lutando pela implementação das ações afirmativas;

- Construção de Boletins de Combate às Opressões semestral ou anualmente.

---

## Assinam essa tese:

**GT de Combate às Opressões – SEPE Niterói**  
**Josiane N. Peçanha de Souza, professora da rede municipal, NITERÓI e orientadora pedagógica da E.M. Professora Zilla Junger da Silva; Robson Wellington dos Santos. E.M. Professor Horácio Pacheco; quesia Rodrigues**

**Frazão – rede Municipal de Niterói; Andréa C. Peçanha – Rede municipal de Niterói; Diogo Oliveira – IEPIC- SEPE—NITERÓI; Ricardo Pereira – CE Lara Villela/Duque de Caxias; Rejane Machado – SEPE-NITERÓI; Ronaldo da Silva – E.M. Solano Trindade/Duque de**

**Caxias; Eliane Peçanha da Silva – Colégio Estadual Paulo Assis Ribeiro/ Niterói; Helida Gmeiner Matta, rede municipal de Niterói, E.M. Helena Antipoff; Luiz Claudio de Almeida, C.E. David Capistrano e pandiá Calógeras; Rejane Machado, UMEI Professor Irio Molinari;**

# ESTATUTO E FORTALECIMENTO DO SINDICATO E DE SUA REPRESENTATIVIDADE

## Conjuntura

Se estamos vivendo uma crise do capitalismo, seja ela cíclica ou estrutural, o fato é que estas crises trazem consigo mudanças significativas na sociedade e afetam a todos os trabalhadores. Afinal, vivemos um momento de crise econômica e política, para quem e contra quem?

Se entendermos que um modelo econômico deveria ser voltado para oferecer a todos os cidadãos, sem distinção, condições de vida que os tornem capazes de superar suas deficiências, observamos que esta não tem sido a lógica adotada pelos governantes. Sabemos que, no modelo de uma sociedade capitalista, esta premissa não prevalece, pois o capital se torna mais importante do que a solução de problemas mais prementes para as pessoas, como a fome, a miséria, as guerras, a opressão e desigualdade. Estes fatos angustiantes são, na verdade, causados pela própria característica do capitalismo de polarizar a sociedade em classes antagônicas, como nos dizia Marx em seus escritos ao expor as contradições básicas do modo capitalista de produção.

Na atualidade, os problemas sociais gerados pelo capitalismo ainda são os mesmos de outrora com nova roupagem: vivemos tempos de incertezas e de discursos conservadores, imperialistas, xenófobos e racistas; na proporção em que manifestações e protestos no mundo todo, expõem o poder do povo como único instrumento de força para conduzir a uma revolução significativa da sociedade.

“No Brasil os donos do poder ainda são os mesmos”, como dizia Raymundo Faoro, que em seu livro “os donos do poder” analisa a estrutura da economia política brasileira do início da colonização aos dias atuais.

Temos assistido em nosso país, após as eleições, o crescimento dos grupos políticos de direita, diversos setores das oligarquias rurais e grupos de interesses financeiros. Grupos estes que sempre dominaram o espaço político, assumem a posição de uma política

pautada no neoliberalismo. Partidos grandes, como o PSDB e PMDB além de outros menores, vêm alterando as leis em favor de grandes grupos econômicos, bem como corrompendo a prática política para garantir apoio nos parlamentos. Há ainda políticas de conciliação de partidos considerados de esquerda até então, como o PT, fato que, se de um lado tirou milhões da miséria e os incluiu na sociedade de consumo, por outro, conduziu a refração da participação política do cidadão assim como dos movimentos sociais.

As políticas econômicas caminham a passos largos para as privatizações de setores estratégicos do Brasil e para a perda de direitos trabalhistas. Esta se efetiva com a aprovação da lei de terceirização; a flexibilização do trabalho com a prevalência do negociado pelo legislado, o que afeta diretamente o sindicato como instituição de organização da categoria, o fim do imposto sindical, enfim, uma série de mudanças que afetarão a vida de milhões de trabalhadores brasileiros. Lamentavelmente, vemos nossos direitos sendo dissolvidos em sessões pagas no congresso nacional por aqueles representantes escolhidos pelo povo, que agora lhe tira o direito mais imprescindível, o de viver com dignidade e do fruto do seu trabalho, conduzindo os trabalhadores a uma vida de incerteza e de luta pela subsistência. A CLT, criada em 1943, está sendo duramente modificada para atender às demandas do capitalismo rentista, com a precarização do trabalho. A criminalização dos movimentos sociais, como o indígena, quilombola, e outros, demonstra que a luta pela dignidade deve se centrar na compreensão desse processo político e econômico em curso.

Adiante, não devemos nos esquecer das inúmeras lutas, da grande greve de 2016 e manifestações da categoria da rede pública estadual, da ocupação das escolas e o apoio aos estudantes, da união do funcionalismo da CEDAE, justiça, educação, segurança e saúde, contra os ataques do governo do esta-

do na implementação de reformas. Lutamos contra a reforma da previdência, contra as privatizações, contra a lei da mordaza propagandeada cinicamente como “Escola sem partido”, e ainda assistimos pasmos a distribuição de cestas básicas aos colegas aposentados.

**“é fundamental encarar questões que vem provocando debate e questionamento sobre a representatividade e atendimento das necessidades e anseios da base da categoria...”**

O momento é de repensar as formas de luta com que o movimento sindical tem atuado em diversas categorias de trabalhadores, buscar uma unidade de luta que faça frente aos ataques do governo, assim como fortalecer a base do sindicato em uma estratégia de luta, de análise de estudos econômicos e políticos da sociedade, de união de todos os trabalhadores, visto que não é possível reformar o capitalismo. Neste sentido estabelecer táticas e estratégias com o conjunto da categoria para além de questões econômicas que viabilizem a participação da sociedade como agente político.

É preciso socializar a perspectiva na qual os trabalhadores são os agentes da construção de um mundo melhor, pois sabem e entendem que nossas forças unidas são a base da construção desta mesma sociedade que, por séculos, nos nega o pleno direito de dela usufruir.

Numa autocrítica, constatamos o desafio de aumentar a representatividade do SEPE, aumentando o número de filiados, bem como elevando a participação no processo eleitoral interno, visto que o número de votantes na última eleição demonstra um afastamento entre a categoria e o sindicato.

O movimento sindical tem como fundamento a defesa dos interesses de classe. Compreendendo que o SEPE – RJ é representante dos interesses coletivos do funcionalismo público da educação

estadual e municipais do Estado do Rio de Janeiro, defendemos a organização do sindicato e da base da categoria numa ação democrática e transparente entre todos os seus membros.

### **Contexto e Justificativas**

Parte da militância do município de Nova Iguaçu se faz presente na construção deste sindicato e vem contribuir para a organização dos planos de luta neste XV Congresso Ordinário do SEPE /RJ, buscando a união de todos os segmentos de profissionais da educação das redes públicas estadual e municipais, principalmente frente aos recentes ataques e sucateamento com mais fechamento de escolas, turnos e turmas. Fica claro que, a partir dessa conjuntura de intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores e às instituições que os representam, se faz necessário reorganizar e fortalecer as estruturas representativas do sindicato, de forma a dar maior representatividade e confiança para base da categoria e permitir maior aproximação com o Sepe.

Para tanto, é fundamental encarar questões que vem provocando debate e questionamento sobre a representatividade e atendimento das necessidades e anseios da base da categoria, tanto no tocante à estrutura, quanto ao comportamento ético de parte dos membros da direção, aqueles que devem auxiliar no esclarecimento da base e representar os interesses desta.

#### **Por esses motivos e com tais objetivos, apresentamos alguns pontos no estatuto que acreditamos ser fundamental intervir.**

1) Que se mantenha o atual limite de mandato. O limite de mandato permite evitar a acomodação na burocracia da estrutura e estimular a participação e renovação das lideranças, contribuindo para o progressivo fortalecimento da luta

dos trabalhadores da educação.

2) Que os filiados não pertencentes a alguma rede pública de ensino no âmbito deste sindicato (aqueles fora de rede) possam se filiar, mas não possam votar e/ou ser votados. Limitar a participação desse tipo de filiado é corrigir distorções, pois, assim como para outras categorias de sócios (provisório, honorário e benemérito), permitir que profissionais sem vínculo com a rede pública de educação votem e sejam votados gera graves consequências para a luta:

a) tendo licenciatura, podem não ser da área da educação, portanto não necessariamente defendem o interesse dos profissionais da educação;

b) não sofrem qualquer consequência na participação de assembleias, greves ou mobilizações, mas podem influenciar seus rumos;

c) possuem flexibilidade na contribuição mensal obrigatória;

d) incoerentemente, sem efetivamente fazer parte da categoria ou sofrer com determinações dos governos estadual ou municipais, podem influenciar o curso das lutas e até fazer parte da direção do sindicato ou das negociações.

3) Que somente os filiados com no mínimo 12 meses de filiação e pertencentes a alguma rede pública de ensino, não estando cedidos, possam concorrer a algum cargo eletivo no sindicato. Acreditamos ser inadmissível o fato de um filiado(a) poder contribuir apenas com o valor referente aos últimos 6 meses e já concorrer à direção do sindicato. Quanto este filiado(a) verdadeiramente conhece da rede? Que vínculos estabeleceu com a comunidade e com os colegas de trabalho? Como pode filiados(as) possuírem privilégios de contribuição em detrimento dos pertencentes a rede pública de ensino que contribuem continuamente?

4) Que o Conselho de Ética seja instância permanente da estrutura do sindicato, sendo as competências do Conselho de Ética, sua composição, procedimentos e prazos de eleição definidos por

Conferência Estadual específica, realizada a partir de data definida neste congresso. É grave o fato de comportamentos que apontam graves desvios de conduta por parte filiados(as), inclusive de diretores, não ter o devido tratamento e a base ficar sem resposta, mesmo com relação a casos especificados no estatuto. Isso porque grupo(s) interessado(s) em emperrar ou inviabilizar a apuração de uma denúncia, não indicam representação ou propositalmente se negam a participar, não sendo responsabilizados ou sofrendo as consequências de sua atitude antidemocrática e duplamente antiética.

5) Que o tempo mínimo de filiação seja de 12 meses. É necessário inviabilizar ou minimizar a utilização de filiações para manipulação de votos e procedimentos, principalmente em casos onde a desfiliação ocorre imediatamente ou logo após votação ou atividade, seja de mobilização/greve ou de auxílio.

6) Que o SEPE se mantenha independente/autônomo em relação a qualquer Central Sindical. Como constante em nosso estatuto, devemos “lutar ao lado de outros setores da sociedade por liberdade de organização e manifestação para todos os trabalhadores” mas devemos também preservar nossa “independência e autonomia face a organizações e partidos políticos,...” Sendo assim, manter-se independente e autônomo em relação a qualquer central sindical parece ser, atualmente, a melhor forma de cumprir essas condições.

7) Que o processo de eleição do SEPE seja com base na majoritariedade. Entendemos que os grupos ou filiados(as), organizados ou não em forças políticas, podem se articular para compor uma chapa e concorrer à direção do SEPE, permitindo a formação de chapas organizadas por afinidade programática, o que traz maior clareza, durante o processo eleitoral, às propostas e visões de sindicato, assim como garante maior unidade e coesão em torno de um projeto no decorrer da gestão.

---

## **Assinam essa tese:**

**Nilson L. Nagamine, Flávio A. B. de Souza, Luiza L. da Silva, Maria Lúcia C. de Azevedo, Elisa de F. Brito, Diego A. Sodré, Sônia Regina A. L. dos Santos, Denise Serpa, Luiz Cavalcanti, Janeth de S. e Silva**